

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**DISCURSO E NECROPOLÍTICA NAS LIVES DE JAIR BOLSONARO
DURANTE A PRESIDÊNCIA**

Discente: Hiorrana Diniz Braga

Orientador: Paulo Rodrigues
Gajanigo

AGOSTO/2023.

HIORRANA DINIZ BRAGA

**DISCURSO E NECROPOLÍTICA NAS LIVES DE JAIR BOLSONARO
DURANTE A PRESIDÊNCIA**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da
Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro, como
requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Sociologia
Política.**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo

CAMPOS - RJ

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

B813

Braga, Hiorrana Diniz.

DISCURSO E NECROPOLÍTICA NAS LIVES DE JAIR BOLSONARO DURANTE A PRESIDÊNCIA /
Hiorrana Diniz Braga. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

132 f. : il.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023.

Orientador: Paulo Rodrigues Gajanigo.

1. Necropolítica. 2. Discurso. 3. YouTube. 4. Bolsonaro. I. Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

**DISCURSO E NECROPOLÍTICA NAS LIVES DE JAIR BOLSONARO
DURANTE A PRESIDÊNCIA**

Hiorrana Diniz Braga

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da
Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro, como
requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Sociologia
Política.**

Aprovado em: ____/____/____

Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo
Doutor em Ciências Sociais – UERJ
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
(Presidente)

Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof. Dr. Carlos Eugênio Soares de Lemos
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Lucas Piter Alves Costa
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Campos dos Goytacazes – RJ
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por renovar suas misericórdias sobre minha vida a cada manhã. A minha mãe por acreditar e me sustentar em oração todos os dias da minha vida e ao meu pai, por todo auxílio material nesses muitos anos de estudo.

Agradeço aos amigos que ouviram minhas reclamações nesses últimos anos... da falta de dinheiro, dos medos provocados pela pandemia, das minhas inseguranças e principalmente do governo Bolsonaro.

Aos amigos de Muriaé e Juiz de Fora que entendem minha ausência constante e ainda assim me incentivam cheios de amor. Sou melhor porque tenho vocês!

A Luana e o Yves por me socorrem sempre nos momentos de dúvidas, garantem a fofquinha sociológica e me fazem esperar ansiosa as idas a Campos para tomar uma cervejinha no Gordo. Valeu universo! Acertou de novo.

Deixo ainda meu agradecimento a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP). Muito obrigada!

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro disponibilizado no último ano.

Agradeço a banca pela disponibilidade desde a qualificação e agradeço com especial carinho o Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo que cumulei função de orientador/psicólogo com muita paciência e boa vontade. Sua calma nos momentos em que minha cabeça não estava muito boa garantiram a manutenção de alguma sanidade.

Agradeço também ao Prof. Dr. Lucas Piter Alves Costa que com paciência ouviu minhas ideias, apresentou a Análise de Discurso Crítica, enviou inúmeros livros em PDF e respondeu incontáveis mensagens relacionadas a essa dissertação durante os últimos anos.

Por fim, agradeço aos muitos brasileiros que, como eu, resistiram ao presidente Jair Bolsonaro. Ver as instituições democráticas serem atacadas e o futuro seguro se esvaír durante quatro anos foi aterrador. Foram anos ruins para o país, sobretudo para os que sonham.

À todas as mulheres (pretas) que
fazem política resistindo. À
Marielle Franco. À minha mãe e
avós. À mim.

E quando o ar da bonança soprar
E o dinheiro virar abundante
Só qualidade, Versace, malote La-la
Meu bonde anda nos pisante
Muitos me chamam até de hipócrita
Eu não! Comunista elegante
Eu quero o luxo pra preto, pra pobre, pra índio
Todos portam diamantes
(...)

Lembra em 2006 como é que tava a nossa renda?
Cinco conto dava pra marmitta e a sobremesa
E dólar a 2, 50
Lembrando, eu tenho pena do tanto que ele manipulou
Veja, te apresento o nervo onde pulsam os problemas
É que nós elegeram um governo de direita
Que favorece quem tem renda
E renda gera renda em cima dos trabalhador
(Comunista Elegante - Yago Oproprio, Patricio Sid)

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com
ela.
(Angela Davis)

RESUMO

Ao prescindir a intermediação dos meios de comunicação tradicionais no contato entre candidatos e eleitores, a internet alterou a dinâmica da comunicação política. Nesse caminho o presidente Jair Bolsonaro, figura pública assídua nas plataformas digitais consolidou as redes como principal meio de comunicação com eleitores e correligionários. Presente na plataforma de vídeos YouTube desde 30 de junho de 2009 Bolsonaro passou a realizar lives de bate-papos semanais, reunindo audiência diversificada e constante para ouvir e ver os temas apresentados pelo presidente. Todavia, a pesquisa em questão limita a análise aos três discursos de maior audiência proferidos por Bolsonaro no curso de seu mandato político como presidente da república e a possibilidade desses discursos serem meios de realização ou efetivação de necropolíticas, conceito elaborado pelo filósofo camaronês Joseph-Achille Mbembe. Desse modo, o objetivo geral desse trabalho está na análise das lives de maior audiência realizadas pelo presidente da república Jair Bolsonaro na plataforma de vídeos YouTube em 18/06/2020, 25/06/2020 e 29/07/2021. Considerando a capacidade que os discursos têm de dizer a realidade e ao mesmo tempo ser constituído dela, bem como a importância do discurso presidencial em ordens democráticas, o caminho metodológico escolhido para essa pesquisa é Análise de Discurso Crítica (ADC) proposta por Fairclough - discurso como prática social. Especificamente objetiva-se: 1. Analisar se a prática discursiva realizada por Bolsonaro é capaz de selecionar corpos para eliminação, 2. Compreender como e se necropolíticas podem ser incentivadas discursivamente, 3. Examinar se há discursivamente um processo de naturalização da morte como elemento constitutivo de um estado de violência cotidiana. Considerando a remodelação do discurso político nas últimas décadas, o crescimento da extrema direita no Brasil e o fenômeno bolsonarista é necessário atentar-se a possibilidade de o discurso presidencial determinar quem morre e quem vive. Verificamos que os discursos analisados segmentam a população em grupos antagônicos “nós/eles”. “Nós”, Jair Bolsonaro e os bolsonaristas representam honestidade, a moralidade, a estabilidade social, enquanto “eles” simbolizam a corrupção, a falência de valores, a imoralidade e a violência. A responsabilização “do outro” por todas as questões que prejudicam o desenvolvimento do país justifica, portanto, a eliminação de tais como inimigo do estado. Assim, a análise das lives selecionadas apontam que o presidente se dirige a um público específico e interessado que o acompanha politicamente e que os pronunciamentos repisam o antagonismo entre nós- apoiadores e eles- não apoiadores.

Palavras-chave: Necropolítica, Discurso, YouTube, Bolsonaro

ABSTRACT

By dispensing with the intermediation of traditional means of communication in contact between candidates and voters, the internet has changed the dynamics of political communication. On this path, President Jair Bolsonaro, a regular public figure on digital platforms, has consolidated networks as the main means of communication with voters and supporters. Present on the YouTube video platform since June 30, 2009, Bolsonaro began to hold weekly live chats, bringing together a diverse and constant audience to hear and see the topics presented by the president. However, the research in question limits the analysis to the three speeches with the highest audience given by Bolsonaro during his political mandate as president of the republic and the possibility of these speeches being means of carrying out or putting into practice necropolitics, a concept elaborated by the Cameroonian philosopher Joseph-Achille Mbembe. Thus, the general objective of this work is to analyze the lives with the highest audience held by the president of the republic Jair Bolsonaro on the YouTube video platform on 06/18/2020, 06/25/2020 and 07/29/2021. Considering the ability that speeches have to express reality and at the same time be constituted of it, as well as the importance of presidential speech in democratic orders, the methodological path chosen for this research is Critical Discourse Analysis (CDA) proposed by Fairclough - speech as a social practice. Specifically, it aims to: 1. To analyze whether the discursive practice carried out by Bolsonaro is capable of selecting bodies for disposal, 2. To understand how and if necropolitics can be discursively encouraged, 3. To examine whether there is a discursive process of naturalization of death as a constitutive element of a state of violence every day. Considering the remodeling of political discourse in recent decades, the growth of the extreme right wing in Brazil and the Bolsonarist phenomenon, it is necessary to pay attention to the possibility that the presidential speech determines who dies and who lives. We found that the analyzed discourses segment the population into antagonistic "us/them" groups. "Us", Jair Bolsonaro and the Bolsonarists represent honesty, morality, social stability, while "they" symbolize corruption, the failure of values, immorality and violence. Making "the other" accountable for all issues that harm the country's development justifies, therefore, the elimination of such as an enemy of the state. Thus, the analysis of the selected lives shows that the president addresses a specific and interested audience that follows him politically and that the pronouncements repeat the antagonism between us-supporters and them-non-supporters.

Keywords: Necropolitics, Discourse, YouTube, Bolsonaro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Print da Tela do Programa CQC no Youtube 28/03/2011	p.30
Figura 2 – Print da Tela de vídeo dos “melhores momentos” do Programa SuperPop com Bolsonaro	p.31
Figura 3 – Concepção tridimensional do Discurso	p.51
Figura 4 – Print da Tela inicial do Canal de Jair Bolsonaro no Youtube	p.73
Figura 5 – Print do Youtube demonstrando as 6 primeiras opções de compartilhamento	p. 77
Figura 6 – Print do Youtube demonstrando a segunda tela de 6 opções de compartilhamento	p. 77
Figura 7 – Print do Youtube demonstrando a última tela de 6 opções de compartilhamento	p. 76
Figura 8 – Print das 4 primeiras mídias digitais disponíveis no site do Bolsonaro	p. 84
Figura 9 – Print de mais 4 mídias digitais disponíveis no site do Bolsonaro	p. 84
Figura 10 – Print das últimas 4 mídias digitais disponíveis no site do Bolsonaro	p. 85
Figura 11 – Print da “Live da Semana com Presidente Jair Bolsonaro – 18/06/2020”	p. 90
Figura 12 – Print da Descrição do vídeo da Live 18/06/2020 contendo os temas abordados	p. 91
Figura 13 – Print da tela do Vídeo da Live de 25/06/2020	p. 97
Figura 14 – Print da descrição e da duração do Vídeo da Live de 25/06/2020	p. 98
Figura 15 – Print de corte de 0:21 da Live da Semana dia 29/07/2021	p.103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lives analisadas	p. 69
Quadro 2 – Especificidades das Lives observadas	p. 79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: DA INSATISFAÇÃO ÀS ELEIÇÕES DE 2018	21
2.1 (Re) emergência da nova direita e nascimento do bolsonarismo	21
2.2 Bolsonaro e as eleições de 2018	28
3 A NECROPOLÍTICA	37
3.1 Biopolítica e Biopoder	37
3.2 Necropolítica e Necropoder	42
4 AS LIVES DO PRESIDENTE	50
4.1 Análise de Discurso Crítica (ADC)	50
4.1.1 Discurso e Discurso político	59
4.2 Escolha do corpus – YouTube	68
4.2.1 Lives (Transmissões “ao vivo”)	79
4.2.2 Lives como gênero do discurso	85
4.3 Lives de maior audiência do presidente Jair Messias Bolsonaro	89
4.3.1 Live da Semana com o Presidente Jair Bolsonaro – 18/06/2020	89
4.3.2 Live da Semana com Presidente Jair Bolsonaro - 25/06/2020	93
4.3.3 Live da Semana – Presidente Jair Bolsonaro - 29/07/2021	102
4.3.4 A construção discursiva do “outro”	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

1 INTRODUÇÃO

A internet facilitou o contato direto entre candidatos e eleitores por dispensar a intermediação dos meios de comunicação tradicionais como televisão, rádios e jornais impressos. O ambiente digital permite a produção de informações descentralizadas e garante liberdade e interação entre os atores políticos. Além disso, as novas tecnologias refletem no modo como a informação política é passada e recebida e também como a coletividade se apropria dos espaços de participação.

Ante o ínfimo tempo de fala no horário eleitoral gratuito, cerca de oito segundos, o presidente Jair Bolsonaro encontrou, nas redes sociais, espaço para articular interesses liberais e conservadores em um movimento que lhe consagraria vencedor das eleições no ano de 2018 e figura central de um “novo” movimento, o bolsonarista.

Com auxílio dos filhos e aliados, o presidente chegou ao executivo “com um estilo de comunicação e mobilização do povo, que se vale do farto uso das plataformas de mídias sociais, em tentativa de estabelecer canais de participação direta da população” (Almeida, 2021, p. 473). Durante todo processo eleitoral e período de governo o ex-militar optou por não se vincular à mídia tradicional, adotando inclusive postura de duras críticas a esses canais, com exceção de emissoras abertamente apoiadoras como Jovem Pan e Rede Record de televisão. Nesse caminho, Leonardo Avritzer (2021, p.17) observou que a construção de uma base de comunicação sólida na internet é uma estratégia política que perpassa por degradar a instituições, nesse caso a imprensa.

Ituassu, Lifschitz, Capone e Mannheimer (2019, p.11) demonstram que o político alcançou 2018, ano eleitoral, com posicionamento consolidado no Facebook, trabalhado ao longo de anos e superior ao de seus adversários. Inclusive durante a campanha presidencial Jair Bolsonaro conseguiu alcançar em uma única transmissão pico de 1,3 milhão de interações e 6,6 milhões de visualizações.

Todavia, o posicionamento irreverente e a destreza na comunicação pública são características que acompanham Bolsonaro em toda vida política. Desde antes das eleições presidenciais o capitão da reserva já fazia aparições constantes em programas televisivos e era conhecido por não ter “papas na língua”. Ao ser eleito, dispensando protocolos, manteve as características comunicativas que o marcavam, alterando a dinâmica estabelecida por seus antecessores quanto na dinâmica executivo, cidadãos e entes federados.

Com Bolsonaro a comunicação institucional migrou dos canais oficiais do Planalto para o canal pessoal do presidente, estabelecendo uma via acessível com apoiadores, ao invés de uma comunicação global direcionada a todos. Ritos inerentes ao cargo deram lugar a discursos ao vivo, tweets e postagens online e nesse contínuo informações de interesse coletivo passaram a ser divulgadas nas redes sociais do presidente de modo pessoal e personalizado. É importante observar que canais oficiais do governo brasileiro seguiram produzindo conteúdos institucionais e publicando informações oficiais nas redes sociais, todavia, Jair Bolsonaro também usava as redes com esse fim.

É interessante pensar que a comunicação institucional também é política. Cada ente federativo, dentro de suas múltiplas competências produz conteúdos informativos, diretivos, normativos ou de opinião na área que está circunscrito. Todo esse material engloba variados discursos. O que é comercializado na mídia é “apenas a ponta mais visível de uma estrutura que inclui impressos dirigidos aos usuários dos serviços públicos, canais públicos de rádio e televisão, portais de Internet, presença em redes sociais, agências de notícias, banners e outdoors, etc.” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.79)

Assim, além de liberdade para expor suas opiniões pessoais e políticas, os discursos na rede mundial de computadores permitiram que o presidente da República não vinculasse a própria imagem a veículos de comunicação tradicionais como canais de televisão, rádios e jornais. Segundo Almeida (2021, p.439) “atacar a mídia tradicional é um elemento que afeta diretamente o controle, pois o povo se vê diante de uma imagem distorcida do que é o governo e suas ações”. Ou seja, a rede mundial de computadores tem sido a arena política em que Jair Bolsonaro se destaca e consegue aglomerar ouvintes mais diversos, apoiadores ou não, em pautas controvertidas e reacionárias.

Desse modo, on-line, o presidente fala de maneira descontraída, acompanhado ou não, sobre inauguração de estradas, aumento de impostos, vacinação e outros diversos assuntos. Contudo, por não ser o canal oficial da União, Bolsonaro também apresenta suas opiniões sobre questões morais e ideológicas como o socialismo, a sexualidade, o perigo que outros partidos representam à sociedade... a questão relevante varia de acordo com as redes e com os interesses políticos administrados.

Na internet, Jair Bolsonaro encontrou espaço sem regulação para disseminar suas ideias políticas e pessoais, e as lives realizadas semanalmente na plataforma de vídeos YouTube somam mais de 3.57 milhões de inscritos e 254.075.795 visualizações.

Diferentemente dos veículos de comunicação tradicionais que são regulados e/ou fiscalizados diretamente pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e/ou Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o ciberespaço é uma rede aberta, interativa, internacional, dotada de múltiplos operadores, descentralizada, regulada a partir do costume, acelerada perante o tempo histórico e favorável a uma economia baseada na informação, que reduz drasticamente os custos de transmissão (Madalena apud Lorenzetti, 2004).

A internet permite que os conteúdos postados alcancem um número indefinido de pessoas e se propaguem eternamente no tempo. Considerando a relevâncias desses espaços para construção de realidades sociais é que essa pesquisa propõe analisar as lives de maior audiência realizadas por Jair Bolsonaro na plataforma de vídeos YouTube em 18/06/2020, 25/06/2020 e 29/07/2021, averiguando como o discurso do presidente da República se relaciona com a concepção de necropolítica, a partir da análise crítica de discurso.

Raquel Recuero (2009, p.118) expõe que a comunicação mediada pelo computador (CMC) a partir de ferramentas técnicas e o uso da internet modificaram a forma como as pessoas se comunicam. Segundo a autora “sites de redes sociais refletem estruturas sociais construídas e modificadas pelos atores através das ferramentas de comunicação proporcionadas pelos sistemas, aqui compreendidas como grupos de indivíduos (atores) cujas trocas conversacionais vão gerar laços e capital social. “

A partir do uso das *livestreams* como modelo midiático, novas formas de linguagem se estabeleceram. Houve uma reconfiguração das práticas comunicativas institucionais e a criação de um novo posicionamento político face aos eleitores.

A realização de lives pelo presidente da República não iniciou no período pandêmico. Contudo, durante a pandemia a regularidade das transmissões aumentaram na internet. O cenário pandêmico facilitou a espetacularização das *lives* e o posicionamento de determinados sujeitos de acordo com interesses políticos e sociais.

A opção pelas transmissões mencionadas leva em consideração o número de visualizações e o impacto que podem produzir posto que juntas alcançam quase um milhão de streamings. No uso das redes políticos “escapam do controle das elites” e conseguem “explorar vários temas, sem que canais de comunicação controlem o que é relevante politicamente”. Entretanto, o discurso (político) nas plataformas sociais podem ser usados com múltiplas intenções e o estabelecimento das lives como modelo midiático de comunicação institui uma nova forma de linguagem e delimitação do público alvo, se

que necessariamente isso uma “comunicação direta, horizontal e plural”. (ALMEIDA, 2021, p.432)

Live Streams são mídias de massa, posto que conseguem atingir um grande número de pessoas. Contudo, diferem da televisão pela imprevisibilidade, espontaneidade e dinamismo das transmissões realizadas entre os dispositivos de rede conectados.

A linguagem, de modo geral, não pode ser pensada sem seu aspecto social, assim, por meio da linguagem, é possível comunicar, organizar e estruturar ideias e pontos de vista de modo significativo. Dessa forma, o uso multimodal das várias formas de linguagens e seus processos de interação social que se configuram nesse modelo são uma forma de representação social dos sujeitos dentro do campo midiático das lives e dos seus lugares de fala, ou seja, os lugares institucionais que são representados. (ORMUNDO et al, 2020, p.32)

A comunicação entre os indivíduos ocorre por meio de gêneros do discurso (oral ou escrito) e cada gênero carrega seu próprio padrão de acordo com a finalidade comunicativa que deseja alcançar. Desse modo, todo processo comunicativo é elaborado de acordo com o público, a mensagem e o veículo que será reproduzido. Em maior ou menor medida, o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe possuem conhecimento e expertise adequada para compreender a dimensão e a abrangência de seu posicionamento online e ao vivo semanalmente em milhares de telas pelo Brasil e o mundo, e as lives como opção não podem ser consideradas aleatórias.

Considerando a capacidade que os discursos têm de dizer a realidade e ao mesmo tempo ser constituído dela, bem como a importância do discurso presidencial em ordens democráticas, o caminho metodológico escolhido para essa pesquisa é Análise de Discurso Crítica proposta por Fairclough (2016), doravante também denominada ADC. Na ADC os discursos são considerados sempre em interação constante com o meio em que são produzidos, devendo ser analisados em uma concepção tridimensional - como prática social, prática discursiva e texto.

A Análise de Discurso Crítica surgiu a partir de estudiosos da língua e da linguagem interessados em compreender os métodos de análise do discurso em uma perspectiva crítica. A crítica está na possibilidade de realizar análises discursivas que considerem a realidade histórica e o contexto social na qual o objeto de estudo se desenvolve.

A abordagem metodológica adotada nessa pesquisa é a Dialético-Relacional cujo principal representante é o linguista britânico Normal Fairclough. Os estudos de Fairclough (2016) perpassam o conceito de ordens do discurso em que o filósofo Michel Foucault (1996) expõe como as instituições formalizam o e silenciam o discurso através

de uma série de rituais pré-determinados. Assim, o discurso está intimamente relacionado ao exercício do poder e ao limitar o discurso as instituições limitam ou ampliam o poder exercido por determinados sujeitos.

Na relação dialética estabelecida entre discurso e estrutura social, ambos têm o mesmo peso. Fairclough (2016, p.96) coloca que esse equilíbrio deve ser observado a fim de que se evite ênfase indevida seja na determinação social do discurso ou na construção social do discurso

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam, o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significações. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95)

O estudo social a partir da perspectiva analítica crítica toma a sociedade como uma estrutura móvel, não rígida e a linguagem como fruto da estrutura social. Nesse contexto, os estudos linguísticos são indissociáveis dos sistemas ideológicos. A ADC auxilia na verificação de mecanismos de dominação e poder institucionalizados socialmente.

Na ADC a linguagem é uma forma de prática, não mera representação social. Assim, o processo de discurso constitui a realidade e ao mesmo tempo é construída por essa. Há, portanto, um processo de interação contínuo entre discurso e realidade. A análise crítica intenciona observar problemas sociais e políticos de seu tempo e estudá-los metodologicamente além do campo teórico ou acadêmico.

Neste trabalho, a análise considera as três dimensões da teoria método faircloughiana, todavia, daremos ênfase à da prática social, posto que fornece elementos interessantes para percepção da construção discursiva realizada pelo presidente ao longo de sua vida política, dentro do escopo de tempo observado na pesquisa.

Como prática social o discurso está submerso em ideologias pré-determinadas e manifestações de poder e luta de classes. Fairclough (2016, p.122) explica que as manifestações ideológicas são representações do mundo e são construídas em variadas formas discursivas contribuindo para produção ou reprodução de práticas de dominação e opressão. Através do processo discursivo pode haver a naturalização de ideologias transformando-as sem senso comum.

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de “senso comum”, mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada porque minha “referência” a transformação aponta a luta ideológica como dimensão da prática, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as

ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2016, p.122)

A ADC proposta por Fairclough considera também as relações discursivas e suas alterações nas relações de poder a partir da hegemonia. Observando a ordem do discurso político contemporâneo é possível compreender a

prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens do discurso existente (FAIRCLOUGH, 2016, p.122)

Fairclough (2016, p. 132), afirma que a função de seus estudos sobre discurso e mudança social está em analisar o funcionamento discursivo na vida social contemporânea. Esse processo tem duplo foco: entender como os processos de mudança ocorrem nos eventos discursivos e como esses processos de rearticulação afetam as ordens do discurso. Desse modo, a opção metodológica pela Análise de Discurso Crítica intenta alcançar um modo denunciativo, engajado e pedagógico de investigar a realidade ligando as mudanças nas ordens do discurso contemporâneas as mudanças que afetam, em vários aspectos a vida cotidiana. (MELO, 2018, p.25)

Teoricamente, a pesquisa parte da contribuição de Michel Foucault (1999) e Achille Mbembe (2016, 2018) para identificar quais corpos podem viver ou devem morrer. O primeiro analisa como as tecnologias de poder e suas estruturas estão presentes no cotidiano e influenciam ações e o arranjo social de campos como o discurso e disciplina. Foucault ainda demonstra como poder e biopoder organizam as relações sociais e políticas com base na dominação econômica e biológica sobre os corpos, sobre a vida e sobre a morte.

Na biopolítica foucaultiana, o poder soberano inicialmente atua sobre os corpos, manobrando técnicas disciplinares na busca pelo aumento da produtividade. Posteriormente, o uso dessas técnicas avança para alcançar toda população a partir do controle da saúde e da segurança. Adentrando questões como território, medicalização e saúde, a biopolítica indica quem pode viver e quem pode morrer. Trata-se da administração biológica e social do povo através da intervenção política e governamental. A gestão da morte é usada como mecanismo de seleção de pessoas em uma espécie de darwinismo social. O Estado, em um contexto de terrorismo social, cria e executa políticas que matam ou deixam morrer, exterminam ou expõem ao eminente extermínio.

Considerando os estudos de Foucault (1999), Achille Mbembe (2018) observa como a biopolítica se transforma em necropolítica a partir da organização de um constante

estado de exceção, em que determinados grupos são expostos ao perigo de total eliminação. Vida e a morte deixam de ser fenômenos naturais e passam servir as estruturas de dominação no controle biopolítico.

Em um alargamento epistemológico do conceito de biopolítica apresentado por Foucault (1999), Mbembe (2018) descreve necropolítica e necropoder. Ambos são estruturados sob o palio da soberania e do estado de exceção e demonstram como, nas sociedades capitalistas e neoliberais, o Estado atua gerindo o modo de vida social, criando o que o autor chama de “mundos de morte”.

A morte tida como mecanismo de poder e instrumento estatal é o sentido último da política. Soberania política se apresenta como o processo de decisão sobre quem vive e quem morre. Nesse sentido, Mbembe (2018, p.5) afirma que, se considerarmos a política como uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder?

A morte a ser considerada vai além da morte do corpo físico. É a morte social, como subproduto da invisibilidade desses cidadãos ante a mecanismos sutis (ou não) de liquidação. A conceituação de Mbembe, assim como a de Foucault, destaca o papel relevante do racismo na gestão da vida e da morte como mecanismo de neutralização do outro indesejável, dispensável.

Implementadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”. O ensaio também esboçou algumas das topografias reprimidas de crueldade (fazenda e colônia, em particular) e sugeriu que, sob o necropoder, as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade desaparecem. (MBEMBE, 2018, p. 147)

Assim, essa pesquisa retoma brevemente o biopoder e a biopolítica foucaultianas, visto que é fundamental a compreensão da necropolítica discursiva produzida por Jair Bolsonaro em suas maiores transmissões ao vivo.

Mbembe (2018) aponta que, embora na modernidade guerra e política sejam associadas à ideia de racionalidade, isso não acontece de fato. Para o filósofo, os estados modernos usaram o exercício da soberania para instrumentalizar a vida e a morte, separando os indivíduos entre úteis e não úteis. A racionalidade da modernidade está justamente em operacionalizar a soberania para sujeição de grupos sociais.

Nesse caminho, sob o prisma decolonial, Mbembe (2018) apresenta como, em nações periféricas, os poderes de dominação biopolítica se reorganizaram no poder de

matar ou deixar viver, denominado necropolítica. Em um momento de aprimoramento radical das tecnologias de dominação, os Estados soberanos tornam rotina os excessos. Desse modo, se o estado biopolítico gerencia a vida e a morte, o estado necropolítico regula a vida através da violência e do controle irrestrito das massas.

Posicionado como salvador da nação, Bolsonaro é visto como única possibilidade de resgatar o país da falência política e moral. A força que lhe é atribuída muitas vezes é quase soberana. Contudo, o filósofo explica que “minha preocupação é com aquelas formas de soberania” cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p.10).

A necropolítica sustenta ainda uma relação de inimizade em que o outro não é reconhecido como indivíduo. Há, pelo contrário, reconhecimento do outro como indigno ou sem humanidade numa espécie de relacionamento negativo. Desse modo, determinação de indivíduos enquanto “outros” ocorre a desagregação e desumanização necessárias a autorizar a eliminação.

É importante retomar que a eleição de quem pode viver e quem deve morrer a partir do exercício da soberania não está necessariamente fixada na morte física. A capacidade de decidir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é, pode ser manifestada através da manipulação da violência e do terror deixando os indivíduos em estado de total abandono social sem as condições mínimas de sobrevivência diante a falta de infraestrutura. (MBEMBE, 2016, p.4)

O polo mais importante da comunicação de Estado é a presidência da República, cuja política subordina os outros órgãos do Poder Executivo federal. (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.79) E o fato do presidente Jair Bolsonaro não usar os canais oficiais para as tratativas relativas ao governo nacional é um marco na ruptura política demonstrada ao longo dos anos de mandato como presidente da república. Há uma dissociação do povo no aspecto unitário e dos demais órgão do governo. Nas redes sociais particulares, embora os assuntos sejam de interesse de todos, Bolsonaro não fala para população, mas sim para um povo específico.

O apelo ao povo ou à comunidade idealizada como um princípio geral de legitimidade é dinâmica corrente da disputa eleitoral, mas Bolsonaro encarna um povo simbólico, apresentando-se como sua expressão única, correta e verdadeira, e excluindo aqueles que com ele não se identificam. (ALMEIDA, 2021, p. 428)

Sendo assim, tomando por objeto de análise as *lives* realizadas pelo presidente, a pesquisa pretende verificar se, através do discurso político on-line, Bolsonaro promove a realização de necropolítica selecionando corpos matáveis. A problemática cinge-se em torno da questão: é possível identificar no discurso de Jair Bolsonaro elementos que colaborem para a realização de políticas de morte através da seleção de corpos?

A hipótese principal é que o presidente Jair Bolsonaro profere discursos que podem ser enquadrados em uma política de morte na medida que suas falas online selecionam criam ou efetivam políticas de morte – necropolíticas. Já as hipóteses secundárias afirmam que Bolsonaro age passivamente ante problemas que atinjam diretamente grupos socialmente marginalizados; o discurso político do presidente apresenta elementos biopolítico, de estado de exceção; o discurso de Bolsonaro cria a imagem de um inimigo a ser combatido pelo Estado; o presidente, em suas *lives*, dissemina o medo e o terror na população; e através do discurso Jair Bolsonaro normaliza a violência cotidiana e a morte.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as *lives* de maior audiência realizadas pelo presidente da República Jair Bolsonaro na plataforma de vídeos YouTube em 18/06/2020, 25/06/2020 e 29/07/2021, através da Análise de Discurso Crítica de Fairclough – discurso como prática social.

Especificamente é objetivado: 1. Analisar se a prática discursiva realizada por Bolsonaro é capaz de selecionar corpos para eliminação, 2. Compreender como necropolíticas podem ser estruturadas a partir do discurso presidencial; 3. Verificar se ocorre, por meio do discurso online, um processo de naturalização da morte ou neutralização/eliminação do outro.

A pesquisa a ser desenvolvida justifica sua relevância na necessidade de identificar se através de discursos políticos o presidente da República Jair Messias Bolsonaro fortaleceu a implementação de necropolíticas selecionando corpos específicos para eliminação física e/ou social. Na ampliação de discursos extremados e ante a enxurradas de desinformação disponibilizada na rede mundial de computadores interessa saber como o líder do executivo nacional por meio de falas públicas em seu canal na internet pode selecionar corpos que podem viver e devem morrer. Nesse jaez, o dever de morte pode ser percebido não somente como atividade do estado “interessado” na eliminação, como ocorre nos casos de violência policial. Mas também no contrário, quando por meio de omissões ou inércia, camadas inteiras deixam de ser atendidas por políticas de estado que garantem a vida.

A pesquisa revela-se extremamente atual por congrega a análise de elementos que trazem em si múltiplas formas de violência. Em um ambiente hostil e de fragilidade social e política, as lives realizadas por J. Bolsonaro no YouTube alternam a imagem do homem público e do cidadão comum na tentativa incessante de conferir credibilidade e legitimidade às informações apresentadas.

Mbembe (2018, p.19) retoma o biopoder de Foucault para interligar o poder do Estado moderno e a morte. O filósofo camaronês aponta como o francês percebeu e afirmou que o direito do soberano e os mecanismos de biopoder são constrictivos de todos os Estados Modernos.

A relevância da pesquisa também está na importância das ciências sociais se apropriarem da análise dos espaços digitais como *locus* de relações interpessoais. A configuração social contemporânea é digital e cabe ao sociólogo do seu tempo estudar esse novo mundo e como ele se organiza.

Em termos sociológicos, o que nos interessa como cientistas sociais não é analisar equipamentos, sistemas operacionais ou plataformas, antes as relações sociais que elas permitem, moldam ou negociam. Constatação que pode auxiliar a não confundir o estudo de um tema com o de um site ou rede social online, pois as fronteiras de um campo investigativo não costumam ser delimitadas por uma única plataforma. Também é necessário reconhecer que elas permitem uma miríade de usos, inclusive articulados, assim como tais tecnologias comunicacionais globalmente disseminadas não contradizem contextos culturais localizados. (MISKOLCI, 2016, p.285)

Desse modo, as transformações sociais estão diretamente relacionadas ao aprimoramento das tecnologias digitais. Não se trata de abandonar o estudo das relações face a face, mas de compreender que na modernidade as relações mediadas ganham relevo importante na construção dos indivíduos e da coletividade, de modo que a ampla divulgação de discursos extremados é potencializada como antes nunca vista.

Essa dissertação é resultado de análises qualitativas, uma vez que buscou interpretar a realidade social a partir da análise das *lives* de maior alcance realizadas pelo presidente da República. A escolha do *corpus* caminha com a necessidade de análises que considerem o avanço das novas mídias digitais e a relevância social que essas têm na formatação das relações. Além disso, a sociologia não pode desprezar a produção massiva de informações disponibilizadas digitalmente, nem os efeitos e impactos destas sobre as populações marginalizadas. É preciso se apropriar do que Leonardo Fernandes Nascimento (2016, p. 221) define como prática sociológica digitalizada, em que há inserção do mundo digital em todos os fenômenos da sociologia.

A pesquisa se organiza em dois grandes eixos: o primeiro consiste no levantamento bibliográfico e elaboração teórica necessárias ao entendimento do contexto social em que os dados analisados são produzidos. Trata-se da contextualização histórica e do marco teórico. No momento seguinte, de acordo com o método analisamos as *lives* realizadas em 18/06/2020, 25/06/2020 e 29/07/2021. Optamos por baixar as publicações diretamente no site YouTube, no canal do presidente Jair Bolsonaro. As duas primeiras transmissões estão disponíveis, todavia, a segunda foi retirada do site por violar as diretrizes de uso da plataforma contendo conteúdo falso e atentando contra o processo eleitoral.

Não há uma lista rígida de parâmetros a serem identificados no momento da análise, daí sua dificuldade. Não obstante, seguiremos as orientações indicadas por Norman Fairclough (2016, p.303) na elaboração da teoria/método de Análise de Discurso Crítica (ADC) apresentada no livro “Discurso e Mudança Social”.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre as três transmissões realizadas por Jair Bolsonaro e como através do discurso o presidente atualiza as formas de eliminação, principalmente quando fixa a existência de grupos contrários que não devem/podem ser considerados adequados a formação de Estado liberal/conservador em implementação.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: DA INSATISFAÇÃO ÀS ELEIÇÕES DE 2018

2.1 (Re) emergência da nova direita e nascimento do bolsonarismo

Em 2013 uma série de protestos, a maioria organizados pelo coletivo nacional denominado Movimento Passe Livre, agitou o Brasil. Inicialmente a movimentação ocorreu em torno do aumento da tarifa de transporte público em diversas cidades brasileiras e apresentava-se como apartidária. Lorenci e Souza (2014, p.2) afirmam que “foi um movimento difuso, incentivado por redes sociais, e formado por diversos grupos de interesse”.

Todavia, com o passar dos dias as manifestações foram se multiplicando alcançando a todas as capitais e cidades de todos os tamanhos, de modo que “o povo começou a questionar a corrupção, os gastos com a Copa do Mundo de 2014, a qualidade de ensino, a falta de saúde pública, a privatização do Maracanã, mais outras tantas insatisfações”. (SILVA, 2020, p.59). Ou seja, as questões relacionadas a mobilidade urbana cederam espaços para outras pautas e inquietações populares articulando partidos e seguimentos políticos interessados em amplificar suas próprias questões e angariar correligionários.

O caráter organizacional dos atos públicos de 2013 não configurava uma agenda político-partidária específica, sendo enfatizado pelos membros do Movimento Passe Livre (MPL), em reportagens, o sentido “horizontal” das ações, sem lideranças ou porta-vozes definidos. A falta de um “poder centralizado” refletiu-se na pluralidade, envolvendo diversos segmentos sociais e heterogêneas reivindicações. Os discursos versavam sobre problemáticas estruturais do Estado brasileiro, sendo os ataques direcionados ao PT e à Dilma Rousseff, temáticas recorrentes nas mobilizações. (FERREIRA, 2021, p.47)

Adalberto Cardoso (2020) traz como argumento no livro “Uma sociologia política do Bolsonarismo” que os protestos de 2013 conseguiram unificar parcela da população, principalmente classe média e classe média em ascensão, em torno de uma frustração coletiva até então possivelmente sentida apenas individualmente. A frustração individual por não conseguir alcançar ou manter o padrão necessário ao consumo de bens públicos como educação e saúde (de qualidade e/ou particulares) desaguou em classes sociais politicamente emblemáticas como os mais pobres, a classe média e a classe média em ascensão.

No cenário de crescente aborrecimento coletivo a Copa das Confederações de 2014 também exerceu papel relevante para compreensão do processo sócio-histórico que

catapultou e agitou a direita brasileira favorecendo a posterior a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018 e a ascensão do bolsonarismo. As inúmeras denúncias de superfaturamento, fraudes e desvio de verbas mobilizou setores sociais e econômicos contra a corrupção. A presidente Dilma Rousseff foi hostilizada na cerimônia de abertura realizada no jogo inicial da copa e agitações contrárias e contundentes a acompanharam até o fim do seu mandato em 2016.

Com os ânimos acirrados a corrupção tornou-se assunto recorrente entre os manifestantes que saíram as ruas, Cardoso (2020, p.54) aponta que

o tema sempre figurou como elemento central da agenda conservadora no Brasil em conjunturas políticas cruciais, como a crise que levou ao golpe de Estado sustado pelo suicídio de Vargas em 1954 (Jaguaribe, 1954), e a que desembocou no golpe militar de 1964.

Foi nas redes sociais que grupos de indivíduos se organizaram de acordo com afinidades desenvolvidas pelo gosto ou desgosto. Na internet, multidões com propósitos semelhantes se uniram no ódio comum e levantavam hashtags *#saímosdofacebook* e *#estamosmudandoopaís*. Mobilizada através de perfis nas redes sociais, embora a convocação fosse virtual o ato de ir para as ruas exigia dos manifestantes proximidade e confiança, sobretudo diante da violenta repressão policial que havia marcado as mobilizações da primeira fase, principalmente em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

As relações entre as pessoas, nas redes, emulam os encontros face a face, e o fazem de maneira apenas aparentemente superficial e estereotipada. É fato que aquelas relações não comprometem de forma cabal a personalidade. O corpo (o olhar, a héxis corporal, o toque, o abraço ou a cusparada) não está envolvido nos encontros, na tentativa de persuadir ou convencer o outro ou de ganhar sua simpatia ou antipatia. Mas as redes sociais dão acesso, sem mediações (e isso é muito importante), ao “outro generalizado” sem o qual nenhuma moralidade é possível. Isso torna muito complexas as relações nesse espaço social virtual (CARDOSOS, 2020, p. 63).

Em uma verdadeira mudança de rumos, no dia 19 de junho de 2013 o grupo Anonymous Brasil (2013) publicou na plataforma de vídeos YouTube cinco causas que deveriam nortear os protestos, indicando por onde um novo Brasil deveria começar. Nessas causas o aumento da tarifa não foi considerado e todos os cinco motivos giravam em torno do combate à corrupção – 1. Não à PEC 37/2011 que limitava o poder de investigação criminal a policiais civis e federais, 2. Saída imediata de Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional, 3. Imediata investigação e punição de irregularidades nas obras da Copa pela polícia federal e ministério público federal, 4. Criação de lei que torna corrupção crime hediondo e 5. Fim do foro privilegiado.

Sob a bandeira anticorrupção e reavivando o anticomunismo, estratégias econômicas contrárias às implementadas nos 13 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) eram exibidas como fundamentais para a retomada do crescimento do país. Liberalismo econômico, livre mercado, privatizações são apresentados como solução a onda de corrupção que assolava o Estado e suas instituições. Lynch e Cassimiro (2020, p.95) explicam que a “retórica anticomunista tem uma longa história no Brasil. Seu uso tem sido instrumento para organizar forças políticas desde os anos 20”.

As crenças em uma cruzada contra a corrupção e contra a esquerda associaram-se nas manifestações de 2015 para atribuir uma nova “explicação” para os problemas do Estado brasileiro: os últimos 13 anos de governo do petista não haviam apenas mantido o modelo corrupto, ineficiente e populista de Estado erigido na Era Vargas; agora ele também serviria ao projeto revolucionário da esquerda em direção ao solapamento dos valores e da liberdade política. (LYNCH, CASSIMIRO, 2020, p.96)

Embora a mídia tradicional (empresarial/corporativa) estivesse fortemente empenhada em fortalecer a narrativa antipetista, a direita se reestabelecia com modéstia dentro da ordem discursiva posta. A participação, em certa medida moderada, não poderia ser limitada ao fortalecimento do sentimento antipetista ao risco de circunscrever o debate político as demandas sociais da esquerda. Assim, mais uma vez a internet ofereceu espaço propício para organização de grupos de interesse.

Cardoso (2020, p.88) citando estudos de Camila Rocha (2019) aponta que financiados por grupos econômicos liberais, “grupos dispersos encontraram na rede de *think tanks* o apoio e os recursos financeiros para prosperar e atingir públicos mais extensos, principalmente depois do surgimento do Facebook e do Twitter”. Grupos liberais e ultraliberais alimentaram e forneceram meios para que o movimento antiesquerda se fortalecesse. Numa espécie de contra movimento esses setores se organizaram para alcançar insatisfeitos com os anos de governo petista, tendo como base a liberação econômica e o conservadorismo moral.

A nova direita brasileira começou a se organizar a partir de fóruns de discussão na internet logo após a reeleição de Lula em 2006, buscando romper com os limites do pacto democrático de 1988 que condicionaram a atuação da direita tradicional desde então. (...). Na época, a popularidade de Lula era tal que grupos e movimentos posicionados à direita do espectro político tentaram protestar contra o governo nas ruas e foram alvo de desdém e escárnio até de políticos de oposição a gestão petista. Sem se sentirem representados pela oposição institucional do Partido dos Trabalhadores (PT), os descontentes passaram a frequentar a internet em busca de um ambiente no qual pudessem se expressar livremente contra o governo de esquerda. Nesses espaços digitais, buscavam conhecer pessoas que pensassem parecido, seja porque defendessem o livre-mercado, punições mais severas para criminosos, a instauração de um novo regime militar ou mesmo a volta da monarquia. (SOLANO; ROCHA, 2021, p.21)

Ou seja, até 2014 a direita vinha se desenvolvendo acanhadamente, em parte por um certo receio de ser alcançada pelos escombros da ditadura militar, mas também por esta oprimida pela popularidade manifesta pelo presidente Lula nos últimos anos (CARVALGO, 2018 apud SOLANO; ROCHA, 2021). No que tange o petismo/esquerdismo, as manifestações já haviam iniciado o processo de ataque e quanto a ditadura militar, Cardoso (2020, p.110) bem aponta que Bolsonaro foi um parlamentar excepcionalmente diferente nesse quesito, “defendendo abertamente a ditadura que, na avaliação dele, não fez o trabalho que deveria ter feito”. A partir de 2014 a bancada evangélica conseguiu firmar no parlamento congressistas conservadores direcionados a emperrar qualquer avanço relacionado a direitos humanos, comunidade LGBTQIAPN+, direito das mulheres e outras minorias. O discurso conservador já estava instaurado e as eleições de 2014 tornaram o Congresso Nacional o mais conservador desde o fim da ditadura militar de 1964 (BEDINELLI, 2014). Almeida (2021, p.415) afirma que “essas lideranças religiosas costumeiramente gravitam em torno do poder instituído”, mas as relações instituídas com o governo Bolsonaro se mostraram mais “orgânicas e densas” que com os governos FHC, Lula, Dilma e Temer.

Em 2013, enquanto deputado, Jair Bolsonaro proferiu fez o seguinte discurso no plenário da Câmara, evocando o povo brasileiro nas mais diversas religiões e associando homossexualidade a pedofilia:

Outra coisa, Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Povo brasileiro, evangélico, católico, espírita, etc., ateus, vocês sabem o que é isso? Isso é um estímulo à pedofilia. Vou falar por quê. Este lixo aqui foi adotado como Cartilha de Direitos Humanos, do Deputado Domingos Dutra e dos que o antecedeu! Entendeu, Deputado Mário Miranda?

Então, o que está escrito neste lixo aqui? *"Inserir nos livros didáticos a temática das famílias LGBT."* Dilma, se a tua família é esta, é problema teu; se apoia gente com esta família, problema teu. Nós brasileiros não apoiamos! (BRASIL, 2013)

Nos anos seguintes houve uma intensificação da polarização política e ideológica, e os temas até então levantados pelas descontentes direcionou forças a destituição da presidente Dilma, reeleita em 2014.

De acordo com Cardoso (2020, p. 114) parte da indignação que a classe média revelou nos protestos de 2014 tem fundo moral e acabou respingando principalmente em partidos políticos (de esquerda), sindicatos e movimentos sociais. Nesse caminho o autor apresenta que os gastos para a Copa do Mundo acabaram levando à condenação da política de um modo geral, e as manifestações de 2013 em diante tiveram forte caráter de repúdio à institucionalidade democrática como um todo.

No processo eleitoral entre Dilma Rousseff e Aécio Neves a polarização e as diferenças entre os partidos em disputa foram amplamente explorados por ambos lados. O candidato do PSDB, Aécio Neves, logo se associou às cores verde amarela e vinculou a oponente à cor vermelha. Junto a isto a propaganda eleitoral vinculava a candidata do PT e o próprio Partido dos Trabalhadores a ditaduras autoritárias e ao comunismo.

Assim, o antipetismo tornava-se o cerne não apenas da antipolítica em seu viés anti-institucional, mas também da disputa eleitoral de forma mais ampla. Fosse apenas o antipetismo a valer, talvez o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), antagonista nacional desde 1990, pudesse ser beneficiário eleitoral. (...) A polarização simétrica entre esquerda socialdemocrata do PT e a centro-direita liberal do PSDB deu lugar a uma polarização assimétrica, entre o mesmo PT – estigmatizado não só como inescapavelmente corrupto, mas também radical, bolivariano, comunista etc. – e a extrema direita representada por Bolsonaro – que, espantosamente, foi normalizado por boa parte do *establishment* liberal conservador e, em especial, pela imprensa tradicional. (COUTO, 2021, p.37)

Ainda assim, a presidente Dilma saiu vencedora das eleições de 2014. Porém, com o país extremamente dividido os apoiadores de Aécio, derrotado, retomaram a narrativa de fraudes e crimes eleitorais. “Dilma Rousseff venceu as eleições, mas não venceu o discurso. Quem falava em nome do Brasil, quem dizia o que era o país, o que iria acontecer, era a oposição partidária e alguns grupos organizados nas redes sociais.” (PINTO, 2017, p.29)

A campanha de difamação foi amplamente divulgada pela mídia. Os setores políticos entreguistas utilizaram a imagem de um nacionalismo “verde amarelo” tendo como base as classes média e alta, analfabetas políticas, raivosas e preconceituosas contra as classes populares, mostrando arregimentação em manifestações-espetáculo televisionadas como um verdadeiro show de horrores pseudopatriótico, mas que causavam grande efeito entre a classe média e alta. (OLIVEIRA; LIMA, 2017, p. 149)

Todos os problemas nacionais decorriam da tríade “PT-corrupção-Dilma” que impediam o país de crescer social e economicamente, além de significarem o risco de uma possível implantação do comunismo. Pinto (2020) apresenta que era comum nas manifestações de 2015 cartazes com dizeres “a nossa bandeira jamais será vermelha”; “chega de doutrinação marxista”; “basta de Paulo Freire”, “O Brasil não será uma Cuba”; “O PT é o câncer do Brasil”.

Na trajetória que o produziu, desapareceram vestígios de luta por direitos, por melhores salários, por melhores serviços públicos, por passe livre nos transportes públicos, ou por performances simbólicas contra o capitalismo. As grandes manifestações foram lideradas por moradores de bairros nobres, de classe média e média alta, antipetistas, muito dispostos a bater panelas e usar uma linguagem vulgar para se referir à presidenta da República e lutar por seu impeachment. (PINTO, 2017, p.34)

A Operação Lava Jato crescia exponencialmente e denúncias e delações premiadas apontavam o PT como beneficiário de um grande esquema de corrupção, sendo

para muitos o equivalente a uma organização criminosa. Posto isto, a presidente viu seus esforços de governo serem minados pelo engavetamento de projetos fundamentais para o exercício da governança e os pedidos de impeachment aumentarem significativamente.

Em dezembro de 2015, após contínuas manifestações e 68 pedidos de impeachment, enfim Eduardo Cunha, presidente da Câmara do Deputados, autorizou a instauração do procedimento parlamentar que culminaria no afastamento da presidente eleita em 31 de agosto de 2016. (OS PEDIDOS..., s.d.)

Observamos que durante a votação para o impedimento Bolsonaro discursou inflamado no plenário da Câmara enaltecendo o torturador coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Tal discurso, naquela época, já era mais do mesmo vindo do futuro candidato a presidente e embora tenha chocado parcela da população não foi visto como significativo de perigo (BARBA; WENTZEL, 2016). Jair Bolsonaro ¹fala o que grande parte da população revoltosa queria ouvir – era tudo culpa da Dilma, do comunismo e do PT.

Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S. Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é 'sim!'" (BOLSONARO, 2016)

É importante pontuar que esse processo se deu em parte pelas manobras políticas realizada em torno de grandes grupos econômicos organizados por empresários de filiação política a direita ou a extrema direita, autodenominados liberais e conservadores, interessados em frear políticas públicas e privilegiar o setor financeiro.

Oliveira e Lima (2017, p.139) nomeiam o impeachment de 2016 de golpe por haver “do ponto de vista formal a destituição da chefia do Poder Executivo como um golpe de estado, substituindo a força das armas pela articulação política entre parcelas majoritárias do Poder Legislativo em ambas as casas – Congresso e Senado – e a cúpula do Poder Judiciário, por meio do Superior Tribunal Federal.

Logo, podemos afirmar que as jornadas de protestos iniciadas em 2013 catalisaram no antipetismo a força necessário para inflamar a opinião popular a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, reverberando o discurso extremado utilizado

¹ Video onde contém todo o discurso que o referido deputado fez antes de seu voto no processo de impeachment da ex Presidente Dilma em 2016, que se encontra Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=h3VoCM91gu4>

por Jair Messias Bolsonaro. O MBL – Movimento Brasil Livre, grupo apartidário formado majoritariamente por jovens com grande inserção nas redes sociais, “após o impeachment começa a defender pautas conservadoras como o projeto Escola Sem Partido e censura às expressões artísticas como a exposição Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”. (PENTEADO; LERNER, 2020, p.15)

Percebemos que a insatisfação apresentada em 2013 foi encaminhada ideologicamente para o combate a corrupção e que ser anticorrupção, nesse contexto, implicava necessariamente ser antiesquerdista e/ou antipetista. Resolver problemas como educação, saúde, crise econômica e desemprego passava essencialmente por livrar o Brasil da esquerda que, nos últimos 11 anos havia permitido que a corrupção generalizada se instalasse.

Michel Temer assume a presidência em meio a de” uma das maiores recessões de sua história”. (FERREIRA, 2021, p.52). Na tentativa de realinhar as contas públicas buscou reduzir os juros e inflação e propôs emenda constitucional para limitar os gastos públicos durante 20 anos (PEC do Teto de Gastos).

Em um contexto de crise política e econômica, o governo de Temer realizou a Reforma Trabalhista (Lei 13.467, de 2017), que incorporou novos regramentos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que impactou diretamente, por exemplo, na remuneração, no plano de carreira e na jornada de trabalho dos brasileiros. A gestão de Temer também retomou o debate a respeito da Reforma da Previdência, projeto que viria a ser aprovado pelo Congresso em 2019. (FERREIRA, 2021, p.52)

Ou seja, o sucessor da presidente Dilma, assim que tomou posse pôs-se a trabalhar para proteger seus sectários e alavancar reformas liberais que aplacassem os ânimos do empresariado e mostrassem algum efeito sobre a crise econômica. Entretanto, difícil era a missão de garantir um estado mínimo para liberais e distribuir milhares de verbas para a base política que apoiou o golpe. Nessa linha tênue a “velha política” estava de volta mais depende do que nunca de um presidencialismo de coalisão capaz de frear a “insatisfação popular com o quadro político pós-impeachment, com o caos social e econômico e com os setores empresariais e industriais insatisfeitos”. (OLIVEIRA, LIMA, 2017, p. 147)

Quase no fim do mandato Michel Temer foi acusado por diversos crimes que desgastaram ainda mais a frágil imagem do presidente, acusado por alguns de golpe. Assim, em 2018 diversas questões demarcaram a nova eleição presidencial: crise econômica, arrastamento das altas taxas de desemprego desde a presidente Dilma Rousseff, os constantes escândalos de corrupção minando a segurança internacional para

investimentos, além da radicalização política entre direita e esquerda. (FERREIRA, 2021, p.54)

Desse modo, precisamos atentarmos que desde 2005 – investigação do mensalão – vem se instalando no Brasil um estado de constante insatisfação política, e esse sentimento está intimamente relacionado aos diversos casos de corrupção denunciado ao longo dos últimos anos. E oportunamente nesse caminho a extrema direita vem ascendo, construindo e requeitando discursos eficazes como anticomunismo, nacionalismo, anticorrupção e antiesquerdismo. É “a ascensão do radicalismo da extrema- -direita que colocou nos holofotes nomes como o de Jair Bolsonaro como presidenciável” (OLIVEIRA, 2017, p.146).

A inserção de Jair Bolsonaro como figura necessária a salvar o país é fruto de uma construção da direita brasileira com muitos interesses “em jogo”, mas sem nenhum representante capaz de bem representa-los, amargando sucessivas derrotas com José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves. Assim, com certa estabilidade, em 2018 Bolsonaro é tido como opção viável para direita e a extrema direita e capaz, dado seu histórico controvertido, de fazer frente ao petismo e seu principal representante, Luís Inácio Lula da Silva.

2.2 Bolsonaro e as eleições de 2018

As eleições de 2018 foram emblemáticas por cindir a oposição histórica PT/PSDB e mobilizarem o uso redes sociais como instrumento de marketing político. Após 16 anos o principal adversário do maior partido de esquerda do país, o Partido dos Trabalhadores (PT) não era o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), outra gigante. O Partido Social Liberal (PSL) despontava com a figura do deputado estadual Jair Bolsonaro como candidato à presidência e a promessa de congregar liberalismo econômico e conservadorismo social.

O candidato do Partido Social Liberal (PSL), Jair Messias Bolsonaro, figurava, tanto no primeiro como no segundo turno, com maior popularidade em comparação com o candidato do PT, Fernando Haddad. Esta mudança no quadro eleitoral pode ser explicada, tanto pela disseminação no meio social de práticas discursivas “antipetistas”¹⁸, justificadas, em parte, pelos escândalos de corrupção protagonizadas pelo PT e seus aliados políticos; pela busca por “renovação” política, tal qual ocorreu na eleição de 1989, quando Fernando Collor de Mello, então filiado a uma legenda pequena, foi eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN); como também por uma mudança nas estratégias de marketing político dos candidatos e partidos nacionais, cada vez mais voltadas às plataformas digitais, o que dá margem à persuasão de novos públicos. (FERREIRA, 2021, p.56)

Todavia, Jair Messias Bolsonaro não estava tão apartado da velha política como se apresentou. Com décadas de experiência como vereador e deputado federal (1991 a 2018) o presidenciável era conhecido por aparições caricatas, descontraídas e polêmicas. Sempre vinculado a pautas moralizadoras e moralizadores de mobilização popular. (BOLSONARO, 2009c, s.p.)

Nascido em São Paulo, o militar da reserva é formado pela Academia Militar das Agulhas Negras – AMAM e em educação física pela Escola do Exército. Teve uma participação modesta no exército até 1986, quando após escrever um artigo para revista Veja reclamando do baixo salário, acabou preso violando o regimento da caserna.

No ano seguinte continuou protestando contra o baixo salário e foi acusado de organizar um ataque a bombas em unidades militares. Julgado e inocentado pelo Superior Tribunal Militar (STM), Bolsonaro se afastou das atividades militares e no mesmo ano foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Cumpriu pouco tempo a vereança, já que em 1991 se tornou deputado federal pelo mesmo partido.

Em mais de 27 anos de vida política Jair Bolsonaro não mediu palavras para defender suas crenças. Nesse período foram inúmeras situações controversas que o alinhavam a defesa da ditadura militar e a celebração do golpe de 1964, proibição do aborto em todos os casos, prisão perpétua, pena de morte e trabalhos forçados, acusações de racismo e homofobia, liberação do porte de armas e superioridade cristã sobre as demais religiões devendo as minorias se dobrarem a maioria.

Ou seja, o posicionamento político ideológico do presidente nunca foi diverso do que amplamente divulgado a partir de 2018 (ano eleitoral). Muito pelo contrário, desde o início da vida política ele trabalha com a mesma base, sem nenhuma ressalva ou moderação de conteúdo. Assim a imprensa² tem compilado os discursos desde a década de 1990.

Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso Nacional dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo. (Bolsonaro, 1993)

Não há dúvida de que ontem esta Casa impôs grande derrota ao povo brasileiro. Ela não tem a ver com a democracia neste país. Maldita democracia! (Bolsonaro, 1999)

² Neste contexto, usa-se como exemplo a compilação fornecida pela Carta Capital, onde a mesma reuniu 25 frases polêmicas fornecendo seu contexto. (BOLSONARO EM..., 2018)

Nas décadas de mandato parlamentar embora tenha apresentado em torno de 172 projeto, somente 2 foram aprovados, um sobre isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para produtos de informática e o segundo sobre a fosfoetanolamina sintética, a pílula que prometia curar o câncer. Em 2015 apresentou proposta para implementação da impressão do voto pela urna eletrônica, porém tal proposta também não foi adiante.

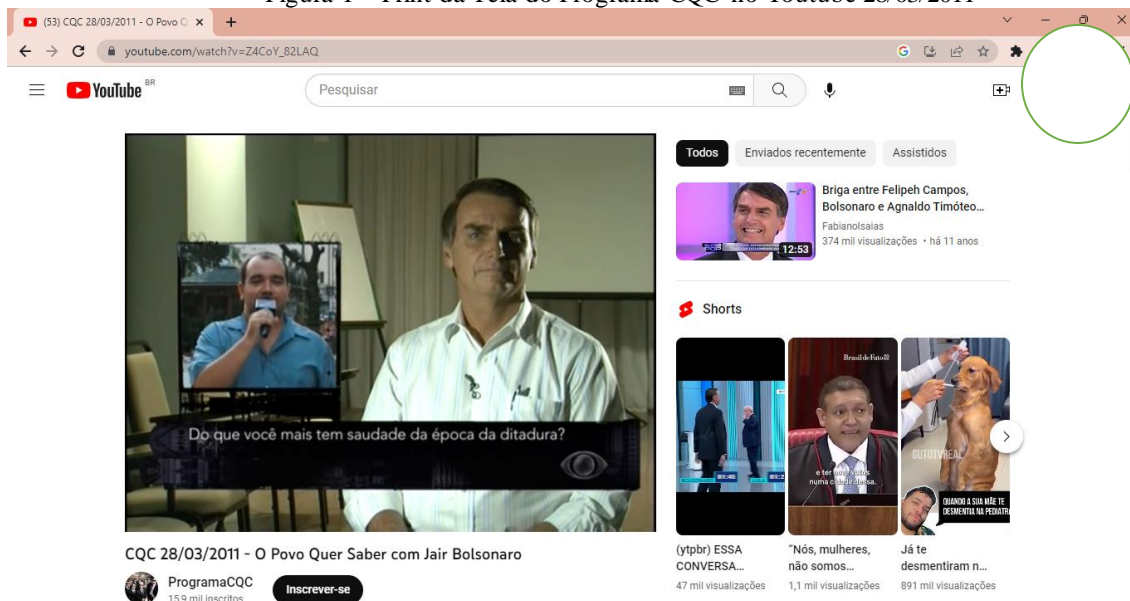
Se hoje crítico da mídia tradicional, Jair Bolsonaro já se valeu muitas vezes desses canais para aparições públicas. Enquanto deputado federal fez inúmeras aparições em programas de televisão populares e usou esses espaços para debater temas de ampla relevância social, sempre com vocabulário e explicações simplificadas que atendessem o grande público. Desse modo, pode-se dizer que vocabulário acessível e bom humor são marcas da forma de comunicar do presidente construídas durante anos de vida pública.

As apresentações do presidente sempre foram conturbadas e desde antes das manifestações de 2013 acontecerem ele já se posicionava como um político antiesquerda e antipetista. Para Dibai (2018) a popularização de Bolsonaro começou a acontecer com a adesão de nichos além dos militares, principalmente com a disseminação da fake news sobre a distribuição do “kit gay” – material distribuído a professores no programa “Brasil sem homofobia” para auxiliar nas tratativas educacionais de questões relacionadas e gênero e sexualidade. (TSE DIZ..., 2018; STYCER, 2018.)

Antes disso era comum aparições em programas humorísticos de televisão como extintos Pânico na Tv e CQC, ou programa de entrevistas como SuperPop. Na televisão aberta Bolsonaro fez bom uso tempo que lhe era dado para repetir incessantemente sua posição política “diferente” do tradicional. Em 2011, após ao participar de um quadro de perguntas respostas, ao ser indagado pela cantora Preta Gil o que faria caso seus filhos fossem gays, Bolsonaro responde que os filhos não poderiam ser gays porque foram bem educados. Tamanha foi a repercussão da resposta que deputado foi denunciado no conselho de ética da câmara e processado. (STYCER, 2018; Canal Youtube CQC; BRASIL, 2011; TJ MANTÉM..., 2019)

Nesse episódio “O povo quer saber”, visto na Figura 1, abaixo, o deputado também respondeu perguntas feitas por populares – “Você é briguento assim em casa? Como sua mulher te aguenta?” e “Do que mais tem saudade da época da ditadura?” e “Se te convidarem pra sair num desfile gay, você iria?”.

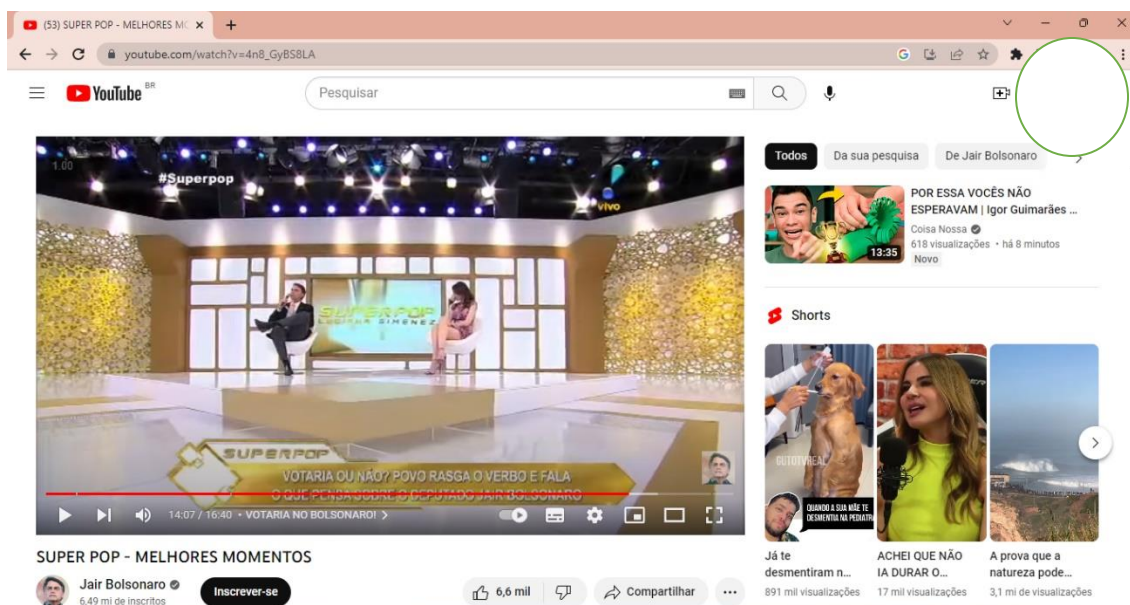
Figura 1 – Print da Tela do Programa CQC no Youtube 28/03/2011



Fonte: Canal Youtube Programa CQC

Em fevereiro de 2016 o programa SurperPop, no canal de televisão aberta Rede TV foi inteiramente dedicado ao com o deputado. Nessa oportunidade temas como perseguição política, machismo, e porte de armas foram apresentados. No fim, algumas pessoas na rua eram chamadas a responder “Voltaria ou não? Povo rasga o verbo e fala o que pensa sobre o deputado Jair Bolsonaro”. No dia seguinte o programa foi publicado no canal no YouTube do presidente.

Figura 2 – Print da Tela de vídeo dos “melhores momentos” do Programa SuperPop com Bolsonaro



Fonte: canal no YouTube de Jair Bolsonaro (2016)

Ou seja, a espetacularização midiática é um elemento constitutivo da figura política de Jair Bolsonaro. Quando adepto a participar de programas de televisão as oportunidades de aparição pública sempre giravam em torno de algum assunto polêmico ou de grande apelo popular. Segundo Nascimento (2012) na sociedade contemporânea governar e exibir os feitos tornou-se comum para promover os serviços, mas também o benfeitor. Nesse contexto a internet tem papel fundamental na medida que assegura aparição contínua e ilimitada com baixo custo. Uma vez criado e publicado o conteúdo político usuários ou robôs podem compartilhá-lo centenas ou milhares de vezes.

A internet como principal meio de comunicação com eleitores e correligionários surge como uma resposta necessidade de mais espaço para defesa de pautas reacionárias e ao mesmo tempo para ocupar um vácuo comunicativo ainda não tão explorado por outros políticos brasileiros. Com uma equipe atenta aos caminhos tomados pela direita no mundo, Bolsonaro assume posição de vanguarda usando as redes para reestruturar a comunicação política até então “educada pela televisão” em que os políticos eram comedidos ante as telas e não gritavam ao microfone.” (NASCIMENTO, 2012, p.23)

O enfraquecimento da esquerda, os escândalos de corrupção explorados ao máximo na Operação Lava Jato, o avanço das ideias liberais, o afastamento da presidente Dilma Rousseff e as contínuas manifestações deixaram espaço vago para que a imagem de Bolsonaro fosse trabalhada a exaustão como a melhor saída viável, o Messias capaz de salvar o país desestabilizado.

É evidente que esse ator soube explorar os temas da violência urbana, corrupção e ataque ao PT (reforçando os sentimentos anti-PT e anti-Lula), para disputar apoios e referendar seu nome entre as lideranças do fragmentado e vasto campo da direita brasileira, de maneira que sua imagem pouco convencional foi capaz de atrair e interessar a uma parcela da população, identificada com uma ou várias de suas posições anti-LGBT, antidireitos humanos, anti-menor infrator, anticomunismo, anticorrupção, pró-armas, pró-pena de morte e pró-autoridade da família tradicional, etc. (DIBAI, 2018, p.88)

Com o discurso cada vez mais extremado Bolsonaro se aproximou de setores conservadores da política sendo acolhido pelos evangélicos. Apoiado em parte da comunidade evangélica Bolsonaro seguiu reproduzindo um discurso de senso comum e de oportunidade. Apesar de presentes no congresso desde a constituinte, a bancada religiosa na tentativa de frear pautas progressistas auxiliou no refinamento do discurso político na busca de

assegurar a preservação de interesses doutrinários relacionados à moral e aos costumes, merecendo destaque a proibição do aborto e da união civil entre homossexuais; por outro, suprir as necessidades operacionais das igrejas, cabendo citar os pleitos pelas concessões para emissoras de comunicação (que se mostraram cruciais para a propagação da “palavra”) e os projetos que permitem isenções fiscais para movimentações financeiras das instituições religiosas e de seus líderes. (QUADROS, MADEIRA, 2018, p.11)

O fundamentalismo religioso, segundo Luís Felipe Miguel (2018) é um dos fundamentos estruturantes da extrema direita que Jair Bolsonaro explora amplamente. Para o presidente, a doutrinação esquerdista, aparelhando o estado, estaria retirando do pai de família cidadão de bem, o direito máximo de gerenciar sua família da maneira que achar mais adequada. A família tradicional perde liberdade na medida que o Estado garante proteção social a família, mulheres, crianças, empregados e etc.

O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate a homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, numa ação conjunta para fortalecer a todos. (MIGUEL, 2018, p.21)

Bolsonaro alcança à presidência disposto a implementar um aglomerado de promessas baseado em valores ultraconservadores. Se limitado em propostas e tempo de aparição, Bolsonaro mirou seus esforços em angariar seguidores “a partir de uma estratégia de afinidade ideológica”. (ALMEIDA, 2019 apud BENTO 2020). Assim, em 2018, usou as redes sociais a seu favor produzindo a campanha à presidência da República majoritariamente pela internet.

Sob o slogan “BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS”, o representante da extrema-direita, que nunca ocupou um cargo no centro do poder nacional - o que o torna um caso único na presidência do país - articulou seu marketing político a partir das redes sociais. Ainda que pouco conhecido, saído de uma posição no chamado “baixo clero” da Câmara dos Deputados, a

popularidade de Bolsonaro começou a crescer conforme a imagem da esquerda perdia credibilidade no interior da esfera social. Se a postura agressiva, a falta de apoio e estrutura partidária e as declarações preconceituosas e extremadas faziam com que a figura de Bolsonaro não fosse sequer considerada uma ameaça eleitoral, o crescente antipetismo, a insatisfação com a velha política e o conservadorismo emergente parecem aos poucos ter encontrado no ex-deputado federal a imagem de um líder. (BENTO, 2021, p.15)

Nas eleições de 2010, em que os principais candidatos eram Dilma Rousseff e José Serra o horário eleitoral gratuito teve grande audiência em ambos turnos. Já nas eleições seguintes, entre Dilma e Aécio Neves o Facebook foi amplamente usado para expor os candidatos que “juntos, geraram um total de mais de 7.6 milhões de interações em seus posts.” (MÜLLER, 2014 apud FERREIRA, 2021, p.90)

Outra tática muito utilizada nesse pleito foi a reprodução na internet de materiais produzidos para mídias tradicionais. Sousa (2016.p.143) apud Ferreira (2021) explica que houve uma transposição para as redes sociais de pronunciamentos em televisão aberta, falas em rádio, discursos e debates.

Miguel e Biroli (2011p.78) explicam que após impeachment do presidente Collor em 1992 houve uma reorganização dos partidos na profissionalização das campanhas eleitorais para que esses não ficassem à mercê da mídia tradicional. Assim, ocorreu um processo de “pasteurização” do discurso político e substituição dos compromissos programáticos por estratégias de marketing.

As vitórias de Lula e de Dilma são indicativas que embora a mídia tradicional exerça influência sobre os eleitores, não é mais o determinante para a vitória. Ambos presidenciáveis receberam duras críticas, principalmente pós mensalão, dos veículos tradicionais e ainda assim conseguiram sair vencedores nos pleitos de disputaram. E a vitória de Bolsonaro em 2018 é o indicativo de outro caminho, visto que a aparição mínima nas mídias tradicionais não impediu o êxito na corrida presidencial e a tática de manter as redes sociais com reprodução de conteúdo no formato tradicional, o mantiveram ativo.

Assim, em 2018 as eleições diminuíram os limites da comunicação alcançando públicos diversos com conteúdo direcionado. Transmissões ao vivo de pronunciamentos e compromissos de campanha, disseminação de notícias falsas (fake news) em grupos e canais de aplicativos de mensagens como Telegrama e WhatsApp, conteúdos produzidos para YouTube e interação direta com os eleitores pelo Twitter. (FERREIRA, 2021, p.94)

O território digital cria uma zona dentro de outros territórios onde é possível acessar, produzir e distribuir informação, de maneira autônoma, estabelecendo

33 redes colaborativas e processos comunicativos mais complexos. Assim, qualquer indivíduo pode fazer fotos ou um vídeo pelo celular e rapidamente enviar para sua comunidade no YouTube, Orkut ou blog. Essa gestão do fluxo da informação é incontrolável (a priori) pelo território físico onde se dá a conexão. (LEMOS, 2009, p.45 apud FERREIRA, 2021, p.94)

Enquanto candidato à presidência, Bolsonaro intensificou o uso das redes sociais e produziu inúmeras lives, com diversos participantes. Com reduzido tempo de aparição no horário eleitoral gratuito, a distribuição de material político aconteceu através de redes de interação organizadas através da internet.

Percebemos, portanto, que as aparições públicas populares e temas polêmicos de fácil adesão social são estratégias de imagem adotadas por Bolsonaro construídas durante décadas no caminho entre a Câmara dos Deputados e o Palácio do Planalto. Com a imagem de político honesto e promessas de uma nova política, Jair Messias Bolsonaro, foi um produto midiático bem aproveitado pela direita.

De acordo com Nascimento (2012, p.23), é possível trazer que, tanto políticos quanto “outros membros da sociedade que são conhecidos por sua imagem, portanto, acabam se tornando produtos midiáticos, inclusive alguns atores da política trabalharam nos meios de comunicação anteriormente.”

Nos negócios, pessoas também se tornam marcas e têm seu nome em franquias de produtos diversificados. A aparência, gestos, roupas e falas são expressões dessas marcas nesses políticos assim como ocorre com os produtos. (NASCIMENTO, 2012, p.32)

O presidente empresta face a um modelo político já em ascensão e estabelecimento, mas ainda carente de uma figura que o personalize-o e o aproxime do grande público. Avritzer (2021, p.13) explica que “Bolsonaro chega à presidência como o terceiro outsider que a direita brasileira levou ao cargo em sessenta anos.” Segundo o autor todos tinham uma agenda econômica liberal, mas Bolsonaro inova por apresentar

Preocupação zero com a governabilidade, expressa em nomeação de cargos para seu ministério e na forma como ele enfrentou a pandemia do novo coronavírus; a relação de oposição e cooptação como sistema político, fazendo com que a oposição a ele no Legislativo não se manifeste como forma de instabilidade política; e a ampla base ratificadora de suas posições nas redes sociais, que lhe permite revitalizar a oposição midiática por ele enfrentada. (AVRITZER, 2021, p.13)

A construção da imagem de um outsider político já estava em franca estabilização quando movimentos conservadores e neoliberais apostaram em um “conservador nos costumes e liberal na economia”. Nesse conjunto Bolsonaro podemos entender o presidente Jair Bolsonaro como líder de um movimento – o bolsonarismo. É interessante a explicação de Leonardo Avritzer para o bolsonarismo

Por fim, o bolsonarismo constitui um raro tipo de associação entre o governo não virtuoso e conservadorismo. O conservadorismo no Brasil tentou historicamente constituir-se em uma forma envergonhada de defesa do status quo. Desde o período abolicionista até o final da ditadura militar, essa foi a postura hegemônica: ser conservador e tentar passar uma imagem de progressista para o mundo. Assim, o regime militar se importou com as críticas na área de direitos humanos, do mesmo modo que Collor demarcou terras indígenas e dialogou com forças na área do meio ambiente. O bolsonarismo apresenta uma nova forma de conservadorismo: ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuosos em troca das ideias de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda. (AVRITZER, 2021, p.18)

Se para a esquerda e o Partido dos Trabalhadores existia Luiz Inácio “Lula” da Silva, para o centro e o Partido da Social Democracia Brasileira, Aécio Neves, a direita, já tendo pertencido a 8 partidos diferentes, estava Jair Bolsonaro que em 2018, estabelecido e presidenciável filia-se ao “nanico” Partido Social Liberal (PSL) e reverbera sua já anunciada candidatura a presidente da república.

Políticos deixam no Brasil uma marca ainda mais visível quando seu nome é associado a uma linha de pensamento e modo de agir como nos exemplos do malufismo (Paulo Maluf), brizolismo (Leonel Brizola), carlismo (Antonio Carlos Magalhães), sarneyismo (Sarney), fernandismo (Fernando Henrique Cardoso) e lulismo (Lula). (NASCIMENTO, p.37)

Portanto, entendemos que Bolsonaro é importante na retomada do orgulho direitista e sua influência é percebida não por fazer nascer o discurso, mas por dar cara a esse grupo que imagneticamente estava pouco representado. Sua ascensão é gradual e faz parte de “uma onda recente e de empoderamento de atores populistas situados a direita do espectro ideológico.” (STABILE, BÜLOW, 2021, p.484). A ascensão do presidente não foi meteórica, muito pelo contrário, é resultado de décadas de radicalidades em aparições públicas. O acirramento da crise política e econômica e a cisão ideológica foram bem aproveitadas pelo militar que “adotou um discurso antissistema e surfou na onda que lhe parecia favorável”. (AVRITZER, 2021, p.27).

3 A NECROPOLÍTICA

3.1 Biopolítica e Biopoder

No século XX a normalização passou a alcançar setores sociais como saúde e costumes. Partindo da teoria do contrato social as imposições jurídicas passam a ser legitimadas na justificativa de um poder que proteja a vida dos cidadãos de ameaças externas e internas. Foucault (1999) observa que, baseados na teoria contratualista os Estados nos séculos XVII e XVIII desenvolvem técnicas de poder centradas no corpo humano. Tais técnicas, “modificam o espaço e racionalizando um poder que otimize processos de reprodução ou interdição dos fluxos vitais.” (FEDERICO, 2020, p.58)

Via contrato social o soberano é constituído para proteger a vida. Entretanto, “viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual”, na tentativa de “aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento etc.”. Num sistema de vigilância, hierarquias, inspeções, escriturações e relatórios, os corpos eram disciplinados para o trabalho. (FOUCAULT, 2005, p.288). O poder deveria ser exercido de maneira menos dispendiosa possível.

Todavia, com o avançar do século XVII a tecnologia disciplinar vai acomodando nova tecnologia de poder. Não se trata de excluir ou substituir a disciplina dos corpos, pelo contrário, a nova tecnologia é acoplada a disciplina e consegue estabelecer-se porque esta lhe é anterior. Enquanto o poder disciplinar “se dirige ao corpo”, “vida dos homens” ou ao “homem vivo”, na nova tecnologia Foucault (1999, p.289) explica que “a disciplina tenta reger a multiplicidade de homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos.”

Ao final do século XVII e no decorrer do século XVIII, verifica-se o aparecimento de uma nova tecnologia humana em face do desenvolvimento das novas formas de utilização dos fatores de produção e mão de obra servil. A utilização da tecnologia da disciplina do trabalho centra suas características na utilização do corpo humano. Destarte, a intenção agora determinava que o corpo humano deveria ser preservado e, aumentada a sua força útil para servir aos propósitos desta nova forma de poder centrada na disciplina do corpo. A intenção passou a ser a manutenção e aprimoramento do corpo humano como força motriz, dando ênfase ao corpo físico individual, através da disciplina, hierarquia e vigilância. (DUTRA, 2021, p.23)

Assim, enquanto a primeira tecnologia de tomada de poder atua sobre o indivíduo, a segunda atua sobre o coletivo. A intenção é exercer controle sobre mecanismos globais como nascimento, mortalidade, doenças, reprodução. No acontecer do século XVII ocorre, portanto, uma virada da “antomo-política do corpo humano” para “biopolítica da

espécie humana”. (FOUCAULT, 2005, p.289)

Implementando mecanismos com funções de previsão, estimativas e estatísticas, o biopoder passa ser exercido numa série de processos e procedimentos de intervenção social, diretamente sobre as populações.

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver” A soberania fazia morrer e deixar viver. Eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 2005, p.289)

Enquanto poder de decidir sobre a morte estava diretamente concentrada no soberano, a biopolítica, centrada no poder estatal realiza um movimento contrário focando na vida. O ritualismo da morte o agrega ao poder soberano, justificado como sacral, transcendental. Nos rituais a morte perde a centralidade, e paulatinamente vai ficando oculta nos espaços tornando-se tabu que Foucault (1999, p.294) apresenta como a “desqualificação progressiva da morte”.

Como resultado das transformações das tecnologias de poder a morte toma lugar no privado, se alocando no oculto das relações. O foco na vida coletiva retira o domínio da morte do soberano e o transfere ao Estado. Isso porque, na biopolítica a prioridade não está em otimizar os corpos para as relações de trabalho, mas sim otimizar um estado de vida que propicie um equilíbrio para o desenvolvimento das relações de força. O cerne do biopoder está em dominar (para quando necessário contornar) a mortalidade.

Na aula de 17 de março de 1976, Michel Foucault explica,

Enquanto, no direito de soberania, a morte era ponto em que mais brilhava, de forma manifesta o absoluto poder do soberano, agora a morte vai ser, ao contrário, o momento em que o indivíduo escapa a qualquer poder, volta a si mesmo e se ensimesma. O poder já não conhece a morte. No sentido estreito, o poder deixa a morte de lado. (FOUCAULT, 2005, p.296)

Ainda nessa aula o filósofo aponta a existência de tecnologias sobrepostas, a regulamentadora da vida e a disciplinadora do corpo. Enquanto essa age individualmente sobre o corpo, para torná-lo dócil manipulando a força que produz, aquela atua sobre a vida, com a iniciativa de controlar os efeitos em massa. A tecnologia regulamentadora é voltada para prevenção, ligada à coordenação e gestão de processos massificados. Nesse sentido, enquanto o poder sobre o corpo é exercido por instituições, o poder sobre as massas é exercido por processos regulamentares prévios.

Como exemplo, tem-se a sexualidade, regulada primeiramente num processo

individual, no âmbito do corpo (castidade, masturbação). Já em um segundo momento a sexualidade é delimitada para/como procriadora, num processo de determinações gerais de natalidade. Ou seja, os poderes atuam em sobreposição sobre o corpo e a população.

O elemento que liga corpo e coletividade, disciplina e regulamentação é norma. A vida é regulamentada através de uma série de normas que incidem sobre o corpo e sobre o coletivo. O alcance da norma é global e é aplicada tanto para disciplinar o corpo, quanto para regulamentar a sociedade. Portanto, o poder no século XIX “conseguiu cobrir toda superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação de outra.” (FOUCAULT, 2005, p.302)

A estatização da vida carregaria consigo duas dimensões de intervenção. Uma primeira anátomo-política, centrada em extrair a força produtiva do indivíduo através do adestramento e da repressão aplicada sobre o corpo humano. E uma segunda dimensão biopolítica centrada nos fenômenos e tendências globais, que atingem uma população de conjunto. O objetivo desse regime é normatizar a diversidade humana, no sentido de torná-la produtiva economicamente. A disciplina aplicada sobre o corpo humano através das instituições médicas e jurídicas desloca a plataforma das relações de poder para o âmbito da vida. O controle biopolítico dirigido sobre a população, através da gestão dos processos biológicos, colocaria em ação um conjunto organodisciplinar, e uma biorregulamentação estatal. Foucault procura diferenciar o âmbito de atuação das instituições do Estado, pois considera que as disciplinas ultrapassam o âmbito institucional em que estão circunscritas. (FEDERICO, 2020, p.61)

Alves, Seixas e Nogueira (2019, p.153) explicam que na normalização biopolítica há um processo classificatório do que é ou não normal. Citando Agamben (2004) os autores retomam que “através da biopolítica pode-se determinar o que é normalmente humano e o que não é, o que pode contribuir para o fortalecimento da espécie ou afetar de modo nocivo”.

Para Agamben (2004) a biopolítica entrecortada pelo racismo moderno do século XX decide para além de “poder viver ou deixar morrer” determinando quem fará sobreviver. E é nessa condição de sobreviver que a espécie humana se animaliza e passa a apresentar uma condição de vida despolitizada e desprovida de direitos básicos.

Nas aulas de 1978 Foucault apresenta o conceito de governabilidade como uma rede complexa de elementos que permitem o exercício do poder diretamente sobre as populações. Ampliando o entendimento do Estado moderno para além da teoria da soberania, o filósofo compreende que da organização do capitalismo na modernidade surgiu uma racionalidade baseada na economia.

A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população no sentido lato, o que se chama precisamente “economia”. Eu dizia a vocês na última vez que a economia política pôde se constituir a partir do

momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito, que era a população. Pois bem, é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada “economia política” e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população. (FOUCAULT, 2008, p.302)

É nesse modelo de Estado em que a a bipolítica sustenta a economia, que o Estador modernos de desenvolvem. Guarnecidos de dados, estaticas e parametros populacionais a racionalidade política moderna atua sobre a coletividade, inclusive militarmente, limitando espaços e liberdades.

Todavia, explica Federico (2020,p. 64) que a governabilidade moderna e transpassada de subjetividades, de modo que desenvolve-se “a possibilidade de uma relação de complementaridade entre liberdade e relações de poder, no sentido de desenvolver uma normatividade, que favoreça a autorregulação das instituições do Estado.”

A eficácia do poder estaria em não se apoiar exclusivamente na violência, e moldar com certa naturalidade a subjetividade de indivíduos e grupos. Segundo Foucault, a razão de Estado estabelece uma diferenciação com a noção de poder patriarcal ao desenvolver novos marcos de ação do Estado no governo da população. Para o autor, estes conhecimentos diferem dos desenvolvidos desde a antiguidade, compreendendo que governar é diferente de reinar. (FEDERICO, 2020, p.64)

Na racionalidade moderna pensada por Foucault (2005) Estado a instituições agem sobre as necessidades sociais, enquanto o poder pastoral herdado da igreja católica orienta as condutas. Assim, na governabilidade da modernidade Estado possui um formato burocrático-estatal com dispositivos organizados para extrair o máximo de produtividade da população.

O poder de polícia orienta as condutas sociais organizando a economia e o fortalecimento do Estado, e o poder religiosos (cristão) é o elo entre a o divino e o soberano. A “economia das almas” (FOUCAULT, 2008, p.255) atua sobre as subjetividades individuais sendo fundamental ao para o exercício do poder religioso.

Desse modo, a partir do século XVII o Estado começa a agir sobre as populações intensificando o interesse na vida coletiva para extrair o máximo de produtividade possível para o capital. Reitera-se é que o corpo não deixou de sofrer constrações disciplinares, mas agora o coletivo também está sendo regulado. Contudo, se o Estado biopolítico é a maximização da vida, em que momento e de quem modo a morte ocupará o espaço que lhe cabe? A resposta para essa pergunta é: no racismo. E na emergência do

fazer viver que o racismo, na biopolítica, cumpre a função de fazer morrer. É no racismo que biopoder exercer

um ponto de corte, uma forma de identificar, dentro da raça humana algum grupo, alguma ideologia, algum fator para ser utilizado como determinante de inferioridade. Esse fator, capaz de determinar, no contínuo biológico de evolução da espécie humana, quais seriam as possíveis raças boas e as contrárias, as possíveis raças mais fortes e mais aptas, capaz de criar uma subespécie ou uma divisão em grupos e subgrupos é a essência do racismo utilizado pelo estado moderno. Sem o racismo, a lógica do fazer viver, ponto central do exercício do poder pelo controle da vida, não seria capaz de sustentar-se. Essa foi a fórmula para a ascensão do biopoder, a introdução do racismo de estado. (DUTRA, 2021, p.26)

O racismo de estado, exercido por mecanismos de poder pode ser visualizado sempre que a eliminação for legitimada ao argumento de necessidade de manutenção da vida. Eliminar doentes, mulheres, loucos, comunidade LGBTQIAPN+, pobres, mendigos, desempregados, favelados, criminosos... todos aqueles que não correspondem ao modelo de vida posto para uma “sociedade saudável” podem ser eliminados.

Segundo Foucault (2010, p.304) cabe o racismo “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. É no interior das raças que o racismo conseguirá romper com unidade coletiva que o poder biopolítico evidencia e “estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. De modo que,

não obstante, definir quem vive ou morre não se destina somente para aquele diverso da população, mas inclusive para dentro da própria população alemã, permitindo que qualquer de seus membros possam ser eliminados sem qualquer ressalva. (DUTRA, 2021, p.28)

O racismo é apresentado ainda com uma função positiva em que o exercício da vida obriga a realização da morte. Ou seja, para viver a morte precisa acontecer.

De qualquer parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação de tipo biológico: “quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação a espécie, mais eu-não enquanto indivíduo mas enquanto espécie-viverei, serei mais forte, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar” A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria a minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou da degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar em geral mais sadia; mais sadia e pura. (FOUCAULT, 2010, p.305)

Assim, a biopolítica foucaultiana explica as tecnologias de poder exercidas sobre os corpos e a coletividade entre os séculos XVII e XIX. Os estudos de Foucault (1999, p.309) apresentados em 1974 consideram o estado nazista como principal exemplo da ação biopolítica do Estado, visto que o Estado “utilizou a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça, para exercer seu poder soberano.

É claro, aí temos que tomar o exemplo do nazismo. A final de contas, o nazismo é, de fato, o desenvolvimento até o paroxismo dos mecanismos de poder novos

que haviam introduzidos desde o século XVII. Não há estado mais disciplinar, claro, do que o regime nazista; tampouco há Estado onde as regulamentações biológicas sejam dotadas de uma maneira mais densa e mais insistente. (FOUCAULT, 1999, p. 309)

Achille Mbembe (2018) amplia a compressão sobre gestão da vida e morte como tecnologia de poder para identificar que tais já eram exercidas antes da formação do Estado nazista nas colônias e na plantation. Em um pensamento decolonial o filósofo camaronês percebe que “estabelecendo o controle estatal através do necropoder, a morte torna-se a política de controle como forma de determinar qual parte da população integrará o contingente de desprotegidos, deixados de lado pelo Estado, a própria sorte de sua sobrevivência.” (DUTRA, 2021, p.22)

3.2 Necropolítica e Necropoder

Achille Mbembe (2018) faz um alargamento das considerações iniciadas por Foucault (1999). Como dito, não se trata de sobrepô-las ou superá-las, mas de entender que nos regimes democráticos liberais a soberania é exercida com terror e violência contra os indesejáveis, tendo ocorrido nas colônias com requintes de especial crueldade.

A discussão sobre necropoder e estado necropolítico verificam o exercício da soberania moderna de uma forma diferentes dos séculos anteriores.

Na modernidade o conceito de soberania que se estabeleceu pressupõe a racionalidade. A conceituação moderna ocorreu sempre baseada em teorizações europeias em que os indivíduos estão colocados em posição de igualdade e em estado de liberdade. Mbembe (2018) explica que nos estados modernos a soberania é manifesta através da política, que é definida duplamente “um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento”. A política, assim, seria o oposto da guerra.

Nesse paradigma, a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública. O exercício da razão equivale ao exercício da liberdade, um elemento-chave para autonomia individual. (MBEMBE, 2018, p. 10)

Desse modo, a razão é imprescindível para o exercício da autonomia individual e a autonomia é imprescindível para concretização da soberania (que na modernidade ocorre politicamente). “Soberania é, portanto, definida como um duplo processo de “auto instituição” e “autolimitação” (fixando em si próprio os limites para si mesmo).” (MBEMBE, 2018, p.10)

Sendo a razão um conceito demasiadamente abstrato, a sugestão proposta por Mbembe (2018, p.10) é que a soberania seja pensada a partir de categorias “mais palpáveis, como a vida e a morte”. Ou seja, enquanto na biopolítica foucaultiana a soberania é pensada sobre o prisma da racionalidade privilegiando a gestão da vida, na necropolítica mbembiana propõe-se o exercício da soberania pelo soberano sob o prisma da gestão da morte. Os estudos mbembianos estão focados na compreensão da soberania em que há “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”.

Ao esclarecer sobre um dos seus principais objetivos, Mbembe afirma que sua preocupação não se direciona as formas de soberania, cujo projeto central é a luta pela autonomia dos indivíduos, mas sim “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. (ALVES et al, 2019. p.156)

Se na biopolítica o poder é exercido via segmentação racial e organização previdenciária, em que o Estado organiza a vida social, na necropolítica a atenção está em identificar o desinteresse em estatal sobre determinados corpos que, à mercê, serão eliminados do convívio coletivo. Tratando-se, portanto, de organizar a morte.

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações. (MBEMBE 2018, p.10)

A inquietação de Achille Mbembe (2018) questiona se a biopolítica é capaz de explicar como o Estado, na modernidade tardia, gerencia a morte através de mecanismos diversos. “Mbembe apresenta outra proposta em seu ensaio: a guerra como forma de atingir a soberania, enquanto um modo de exercer o direito de matar.” (ALVES, et al, 2019. p.156)

Assim o ensaio Necropolítica (2018) é apresentado:

Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (MBEMBE 2018, p.05)

As bases normativas para constituição de estados necropolítico, segundo Mbembe, estão no estado de exceção e no estado de sítio. O estado de exceção pode ser entendido como a estabilização de um período político, sem previsão legal. No estado de exceção, o soberano suspende as leis para implementar o que entende por necessário ante situação de urgência e excepcionalidade.

Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela a exceção, à emergência e a uma noção

ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional. (MBEMBE, 2018, p.17)

A necropolítica instaura um estado de guerra constante em que a morte está normalizada e a política de eliminação da vida é perene.

O que notabiliza o contexto colonial é a permanente ameaça da guerra, e não a guerra em si. Se a guerra não foi política e juridicamente declarada, não há limites a observar. Mas a ameaça de guerra faz nascer a emergência que justifica a exceção. Abre-se espaço às medidas preventivas, à antecipação ao inimigo que se impõe na forma de ocupação territorial e suspensão das garantias constitucionais (como o estado de sítio e o estado de exceção). (ALMEIDA, 2021, p.6)

Mbembe (2018) articula o conceito de biopolítica a noção de soberania e ao conceito de estado de exceção. Esse último ultrapassa a conceituação jurídico-política que discute estados de exceção majoritariamente associados autoritarismos (nazismo, campos de concentração e extermínio). As formas como campos de concentração acontecem são opostas a vida e morte. É um espaço em que se pode visualizar “a violência soberana e destrutiva e como o último sinal do poder absoluto do negativo” (MBEMBE, p.7).

No campo de concentração o estado de exceção deixa de ser exceção e se assume como um contínuo fora da normalidade da lei. O que era para ser temporário é posto como constante, ainda que fora da lei.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadão que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2007, p.13)

O filósofo italiano analisa o exercício do poder soberano nos estados modernos – século XX, a partir do acirramento da biopolítica. Nos estados modernos, o estado de exceção está na possibilidade da suspensão de garantias legais ao argumento de proteção de determinados direitos sociais. É um conceito de difícil definição “por situar-se no limite entre a política e o direito”. (AGAMBEN, 2007, p.12).

Agamben (2010) assim como Mbembe (2018) retoma a biopolítica foucaultiana. Para tanto o estudioso político relaciona biopolítica com a formação de estados totalitários e modelos jurídicos institucionais de realização do poder soberano. Ambos autores observam como o corpo/vida biológica a partir de determinado momento histórico ganham mais relevância política.

Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder

à vida nua, reatando assim (segundo uma tenaz correspondência entre moderno e arcaico que nos é dado verificar nos âmbitos mais diversos) com o mais imemorial dos arcana imperii. (Agamben, 2010, p. 14)

Para Agamben (2010) o poder soberano está manifesto expressamente na constituição da vida nua³ – submissão absoluta como fundamento político. Alves e Furlan (2021, p.413) explicam que o exercício da soberania no estado de exceção (totalitário por excelência) dá-se justamente pelo lugar em que o soberano está, dentro e fora do ordenamento jurídico. É o soberano que proclama e suspende o estado de exceção, com ele está a poder de decisão sobre o ordenamento jurídico, podendo coloca-se inclusive a margem da lei.

Parte das contradições em torno da instauração desse estado está em não haver previsão jurídica que o delimite, haja visto o estado urgência que o justifica. Desse modo, o soberano estaria livre de instituições legais delimitadoras.

Configuraria, portanto, uma situação excepcional instaurada a partir do advento de circunstâncias anormais, imprevisíveis, que representariam ameaças à estrutura do Estado de Direito, de tal modo que demandariam, para sua superação, a concentração de poderes e a adoção de medidas muito próximas do conceito de violência. (WERMUTH, NIELSSON, 2018, p.94)

No estado de exceção há força legal, embora a lei esteja em suspensão. É que Agamben (2010) chama de anomia esse vácuo legal com sensação e legalidade. O filósofo italiano explica que nesse espaço de suspensão legal o soberano justifica a autoridade baseada em normas jurídicas que lhe aprazem. O estado de exceção dá ao soberano a possibilidade de organizar o direito de maneira impositiva. Daí a liberdade para exercer o direito de vida e morte que Mbembe denomina de necropolítica.

³ Giorgio Agamben (2010) relaciona o poder soberano e a vida nua e como isso se reflete até os tempos atuais. Segundo os estudos desse filósofo o poder soberano é realizado na exceção ao direito. O direito é uma regra formal, todavia a soberania enquanto poder exercido pelo soberano só acontece na suspensão das normas jurídicas. Portanto, a soberania acontece no poder de criar exceções. Já a identificação da vida nua acontece na relação dos conceitos de homo sacer/ homem sacro do direito romano, que é uma figura desprovida de direitos e, portanto, não pode desfrutar da vida. Por isso o homo sacer pode ser morto sem que isso seja considerado homicídio. Ou seja, “o corpo do homem sacro com seu duplo soberano, sua vida insuscetível e, porém, matável” (Agamben, 2010, p. 17). A vida nua passa ainda pela percepção do que é zoé e biós. A primeira é a vida biológica, o ser vivo. Já a segunda é a vida política, o exercício social, a vida qualificada. No contrário está a vida nua, desprovida de qualquer qualificação, não possui nada, é desprovido de tudo que lhe torna humano. Assim, a vida nua é consequência do poder soberano que para o exercício do poder retira do indivíduo todo e qualquer direito e o impossibilitando assim de qualquer convívio social. Contraditoriamente identificamos na vida nua um componente altamente político, a resistência. Ao perder todos os direitos e ser excluído do convívio social a vida nua está obrigada a resistir para sobreviver.

No estado de exceção a norma existe, todavia, o soberano ao argumento da urgência e da ordem suspende a normatividade estabelecida de para manejar o direito da forma que acha mais conveniente para o estado.

Nesse sentido, o estado de exceção é a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força de lei realiza (ou desaplica) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Há, assim, uma união impossível entre norma e realidade, e a conseqüente constituição do âmbito da norma é operada sob a forma da exceção, isto é, por sua relação; significa que para aplicar a norma é necessário suspendê-la, produzir sua exceção. (ALVES, 2021, p. 413)

A modernidade constrói o conceito de soberania privilegiando as teorias democráticas em que a razão influencia o próprio entendimento do que é modernidade e do que é soberania. Entretanto as democracias liberais são estabelecidas a partir do colonialismo e da biopolítica centrada na neutralização dos indesejáveis e política e soberania não alcançam diversas formações de “localidades do mundo, cujo conceito de racionalidade é exercido segundo a instrumentalização da existência humana.” (FEDERICO, 2020, p.72)

Como em um constante estado de exceção parte do mundo moderno vivenciou experiências políticas de “destruição humana” não ancoradas na autonomia e realização coletiva, mas na vida e na morte – categorias mais adequadas para pensar soberania. (MBEMBE, 2018, p11)

O advento da revolução industrial e a organização econômica do trabalho influenciou no processo de industrialização da morte. A lógica ocidental moderna acrescentou a “racionalidade instrumental e a racionalidade produtiva e administrativa do mundo ocidental moderno (a fábrica, a burocracia, a prisão, o exército)” (MBEMBE, 2018, p.21) A mecanização do processo de matar transformou a morte num procedimento rápido, prático, impessoal e silencioso.

Há na modernidade uma democratização/popularização dos meios de eliminação. Uma espécie de espetacularização da morte. Nesse caminho percebe-se também a necessidade de exposição de mecanismo de eliminação que deem conta de eliminar o máximo de indivíduos em um curto tempo.

Matar “o inimigo do estado” passa a fazer parte do jogo e formas sinistras e dolorosas de morte passam a ser privilegiadas. No Estado de guerra constante terror e política são aliados.

Assim, o terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errática de criar um espaço em que o “erro” seria minimizado, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado. (MBEMBE, 2018, p.22)

Enquanto Michel Foucault encontra nos estados nazistas a perfeita manifestação das tecnologias do biopoder, visto que organizam a vida determinando quem deve viver e quem deve morrer a partir de parâmetros biológicos, Achille Mbembe (2018,p.27) aponta que os primeiros terrores biopolítico da modernidade foram vivenciados através da escravidão, no sistema de plantation. Um espaço sem norma, o escravo é desumanizado, tornando-se apenas uma coisa. Na escravidão ocorre

uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma **morte social (que é expulsão fora da humanidade)**. Enquanto estrutura político-jurídica, a *plantation* é sem dúvida um espaço em que o escravo pertence ao senhor. Não é uma comunidade porque, por definição, a comunidade implica o exercício do poder de fala e de pensamento. (MEBEMBE, 2018, p. 27. Grifo Próprio)

Desse modo, percebemos que a organização racista, assassina e suicida dos Estados modernos, transcendem a experiência nazista visto que o colonialismo o apresenta o estado de morte constante sob a lógica da guerra e do terror. O necropoder está fundado na ausência da racionalidade normativa, em que a ameaça inimiga é constantemente verificada no outro (escravo, estrangeiro) instaurando assim uma constante ameaça de guerra e estado de exceção.

O terror impõe a absoluta alteridade, em que a soberania “consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei – *ab legibus solutus* – e no qual tipicamente a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim. (MBEMBE. 2018ª, p.32 APUD ALMEIDA, 2021, p.6)

A violência tornar-se parte da dinâmica social para incutir o terror. Violentar o escravo faz parte do processo social de exploração, de modo o exercício da vida está na utilidade para o trabalho. Embora vivo, o escravo não existe enquanto indivíduo. O que existe é um corpo coisa, instrumento, propriedade do senhor.

Em um movimento reverso o escravizado aprimora a capacidade apropriar-se do que há a sua volta promovendo a ressignificação desses elementos através da música e do próprio corpo – propriedade do senhor.

Apesar do terror e da reclusão simbólica do escravo, ele ou ela desenvolve ponto de vista diferentes sobre o tempo, o trabalho e sobre si mesmo. Esse é segundo elemento paradoxal do mundo da plantation como manifestação do estado de exceção. Tratado como se não existisse, exceto como mera fermenta e instrumento de produção, o escravo, apesar disso, é capaz de extrair de quase qualquer objeto, instrumento, linguagem, ou gesto, uma representação, e estiliza-la. Rompendo com sua condição de expatriado e com o puro mundo das coisas, do qual ele nada mais e do que um fragmento, o escravo é capaz de demonstrar as capacidades polimorfos das relações humanas por meio da música e do próprio corpo, que supostamente pertencia a outro. (MBEMBE, 2018, p.30)

É na fazenda que a relação entre vida e morte se entrelaça, nas colônias conseguimos perceber a manifestação peculiar de terror que amalgama estado de exceção, estado de sítio e biopoder. A raça também tem relevo importante, já que em terras colônias foram testados métodos biológicos de seleção, aniquilamento, esterilização e proibição de casamentos forçados.

É no apartheid colonial que a raça é mais instrumentalizada, “eis que, agora, a formação do terror encontra a junção entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio.” (DUTRA, 2021, p.31) A colônia não era reconhecida como estado, logo, era considerada território incivilizada em que toda barbaridade poderia ser aceita, desde que, cometida pelo colonizador.

É na igualdade jurídica que os Estados eram reconhecidos e asseguravam o direito de guerrear, bem como o de determinar a paz. A ausência de lei nas colônias impede qualquer vínculo entre colonizadores e colonizados além de fixar os colonizados numa posição de selvagens, seres naturais, totalmente animalizados.

Aos olhos do conquistador “vida selvagem” é apenas outra forma de vida animal”, uma experiência assustadora, algo radicalmente outro (alienígena), além da imaginação ou da compreensão. (MBEMBE, 2018, p. 35)

Dutra (2021, p.32) explica que os terrores necropolíticos transcenderam território colonial Africano e alcançaram a Europa, território considerado civilizado por natureza.

Diante de um contexto de mobilidade global, o exercício do direito de matar não mais subsiste somente nas mãos estatais. Milícias armadas, estados do tráfico paralelos são capazes de exercer a função assassina do estado. A utilização da coerção passou a ser um produto disponível no mercado que não escolhe o vendedor e nem tampouco o comprador. Igualmente, tampouco necessita saber a identidade destes. Destarte, “[...]matar é a maneira mais econômica de sobreviver”. (MBEMBE, 2018, p.145 APUD DUTRA, 2021, p.32)

Dito isso, nos estados neoliberais a necropolítica também foi incluída ao lado da biopolítica. Isso porque enquanto o coletivo tem a vida gerenciada pelo Estado, esse também exerce seu poder mediante a implementação da morte descartando, invisibilizando, anulando “o outro”, cuja presença tem um custo social indesejado. O racismo, assim como na biopolítica continua sendo o fator de seleção. Todavia, o conceito é atualizado para além da associação aos indivíduos de pele negra.

A associação negro/raça é o resultado do colonialismo que sempre se atualiza no contexto das transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas. O neoliberalismo criou uma associação específica entre negro e raça, diferente da existente nas etapas anteriores do capitalismo. Enfim, para que se compreenda como o racismo se manifesta contemporaneamente é preciso levar em conta o processo de globalização dos mercados, da privatização do mundo e do crescente complexificação da economia financeira, do complexo militar pós-imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais. Mas o contrário também

pode ser afirmado: a compreensão do neoliberalismo passa a considerar o racismo um elemento analítico crucial. (Mbembe, 2018b apud ALMEIDA, 2021, p.7)

Se a biopolítica identifica a “pureza da raça” (FOUCAULT, 1999, p 95) nos estados modernos como mecanismo legitimador da soberania, Mbembe (2018) indica que “a cor da pele como forma única e exclusiva de segregação, embora existente, não mais se caracteriza como a única forma de segregar e classificar os seres humanos. “(DUTRA, 2021, p.33). No modelo econômico ocorre a democratização da exposição ao risco de morte até então sentida somente pelos negros escravizados. Almeida (2021, p.8) citando Mbembe (2018) aponta que “a lógica colonial de captura, predação, ocupação e exploração tornou-se a forma de administração das sociedades contemporâneas, atravessadas pelas exigências subjetivas da reprodução econômica da etapa neoliberal. “

O negro, no contexto neoliberal, torna-se mais do que um significante relacionado a um conjunto de características físicas, **mas uma categoria subalterna da humanidade**. O negro não é mais o que Mbembe chama de “negro de superfície” (que se identifica pela aparência), mas o “negro de fundo” (Mbembe, 2020, p. 196). **Ser negro no neoliberalismo é pertencer a “essa parte supérflua e quase excedente de que o capital dificilmente precisará e que parece estar condensada ao zoneamento e à expulsão” (Mbembe, 2020, p. 196)**. Esse **de vir negro** no mundo, essa **expansão global da condição negra** coincide com a transformação do capitalismo em “uma forma de religião animista” e, por consequência, do ser humano em “homem-fluxo, digital, infiltrado de todos os lados pelos mais variados órgãos sintéticos e próteses artificiais” (Mbembe, 2020, p. 196). **O “negro de fundo” é o inimigo, é o Outro do neoliberalismo. É contra os perigos deste “negro de fundo”, essa personificação da humanidade decaída que se fará a unidade política e se instituirá o dispositivo militar e de segurança na sociedade da inimidade.** (ALMEIDA, 2021, p.8) (Griffo nosso)

Feitas as considerações imprescindíveis sobre a biopolítica, compreendemos que a necropolítica não deve ser entendida como uma superação dessa tecnologia de poder, mas sim um alargamento. Não se pode olvidar a influência do colonialismo sobre as formas de dominação contemporânea, sobretudo quando direcionadas a corpos específicos, tal qual do sujeito escravizado. Embora na atualidade o racismo biológico ainda delimite posições de exclusão social e subalternização, no capitalismo o racismo

não é apenas parte fundamental das práticas de governo e do exercício da soberania, mas também o processo de constituição de subjetividade própria neoliberal. Assim, na necropolítica acontece o prolongamento histórico do colonialismo em que a materialização da vida autoriza o seu descarte como mercadoria. Ativo nos Estados o constante direito de matar “o negro- esse sujeito gestado para a morte no leito do colonialismo – se afirma como a referência da forma universal do sujeito no neoliberalismo. (ALMEIDA, 2021.p.9)

4 AS LIVES DO PRESIDENTE

4.1 Análise de Discurso Crítica (ADC)

A Análise de Discurso Crítica (ADC) situa os postulados teóricos-metodológicos entre a linguística e as ciências sociais, na intenção de auxiliar a compreensão de como o discurso intervém na realidade social. Assim, a ADC ajuda na verificação de mecanismos de dominação e poder institucionalizados socialmente. De acordo com Iran Melo (2021, p.23) a análise de discurso crítica ocupa-se “dos efeitos ideológicos que os sentidos de textos, como instâncias de discurso, podem ter sobre as práticas sociais, isto é, sobre as formas de os indivíduos agirem no mundo e interagirem com ele, representarem aspectos do mundo e de si mesmos e construírem identidades sobre si e sobre outrem”.

Até a primeira metade do século XX as pesquisas interessadas no estudo da linguagem estavam majoritariamente direcionadas para a análise das estruturas formais da língua no processo comunicativo. De modo diverso, a análise crítica de discurso debruça seus interesses na conciliação entre os estudos da linguagem e a análise social.

A ADC desenvolvida pelo linguista britânico Norman Fairclough (2016) na vertente Dialético-Relacional considera imprescindível compreender o conceito de ordens do discurso de Michel Foucault para definição do que é discurso. Na dialético-relacional Fairclough (2005, p. 925) explica que “uma ordem do discurso pode ser mais especificamente vista como uma combinação particular de diferentes discursos, diferentes gêneros e diferentes estilos, que são articulados de modo distintivo”.

Logo, o conceito de discurso para Análise de Discurso Crítica faircloughana sofre influência direta dos estudos de Michel Foucault (2008) em que o discurso é um conjunto “de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo-espaço, que definiram, em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”(p. 136). Não se trata de uma tomada da definição de Foucault por Fairclough, mas uma adaptação deste para melhor compreender a realidade social.

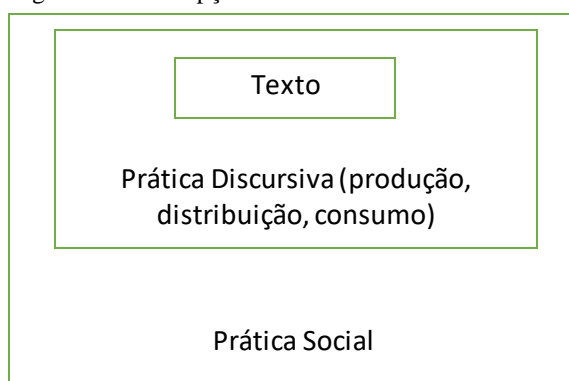
Considerando a delimitação social que o discurso sofre, Fairclough (2016) elaborou a Teria Social do Discurso em que a análise discursiva se dá em relação direta, não hierárquica com a sociedade que o constrói e por ele é construída. Daí o nome dialético- relacional. O conceito de discurso apresentado posteriormente no Fairclough (2016) sofreu modificações. Ao propor uma teoria-método primeiro o discurso foi apresentado a partir de um modelo tridimensional, todavia posteriormente o conceito de discurso foi aprimorado em suas obras e o modelo analítico tornou-se transformacional.

Todavia, o nessa pesquisa o modelo adotado será o tridimensional, cujo os estudos iniciaram na década de 1980 e seguiram na próxima. Nele o discurso é apresentado como uma prática com três dimensões: prática social, prática discursiva e texto. Em uma relação dialética o discurso constitui a realidade e ao mesmo tempo é constituída por ela. Assim a estrutura social e o momento histórico impactam o discurso e o determinam.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso e uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significações. (FAIRCLOUGH, 2016, p.95)

Concepção tridimensional do discurso é uma tentativa de reunir as vertentes analíticas tradicionais e consideradas indispensáveis na análise do discurso, são, análise textual e linguística detalhada na linguística, a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação as estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microsociológica de considerar a pratica social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum compartilhados.

Figura 3 – Concepção tridimensional do Discurso



Fonte: Adaptado de Fairclough (2016)

Uma parte tradicional de linguistas e semióticos apontam não haver lógica ou racionalidade para combinação de signos e significados. O contrário, na análise crítica dos discursos aponta-se que “os signos são socialmente motivados, isto é, que há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares”. (FAIRCLOUGH, 2016, p.107)

Segundo Norman Fairclough (2016, p.107) “os textos são feitos de formas as quais a prática discursiva e passada, condensada em convenções, dota de significado potencial.”. Os textos são dotados de significados apreendidos em situações diversas e sobrepostas e é através do texto que a realidade se manifesta em prática discursiva. A

análise textual observa elementos como vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Desse modo, o discurso como texto está intimamente ligado aos elementos formais que o compõem, ainda que para se observe junto as significações.

O livro “Discurso e Mudança Social” (2016) apresenta que a análise textual pode ser organizada em vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, organizados do maior para o menor grau, sendo “o vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática, das palavras combinadas em orações e frases, a coesão trata da ligação entre orações e frases e a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. (FAIRCLOUGH, 2016, p.107)

Enquanto prática discursiva a análise do discurso crítica considera a forma como o texto é processado, produzido, distribuído e consumido. A prática discursiva também deve ser pensada em termos de distribuição, entre os atores nela envolvidos – nem todos eles podem assumir os mesmos papéis e praticar quaisquer gêneros (GONÇALVES-SEGUNDO, 2021).

Segundo Mucci (2018, p.33) trata-se de operacionalizar “percepções como relações de poder, a construção discursiva de pessoas sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso e mudança social”. Ou seja, elaborar métodos reais de análise “dentro da Análise Discursiva Textualmente Orientada (ADTO)” tendo essas relações em perspectivas.

Resgatar Foucault (2005, 2009) é imprescindível para Análise de Discurso Crítica porque esse faz considerações relevantes sobre poder, discurso, sujeitos e mudanças sociais. Para o filósofo as coisas e a verdade são construídas historicamente a partir dos discursos. É o discurso que determina a existência das coisas e da verdade, não há nada anterior a palavra. “Assim, seu foco é sobre as condições de possibilidades do discurso, as regras de formação que definem possíveis objetos, as modalidades enunciativas, os sujeitos, os conceitos e as estratégias de um tipo particular de discurso.” (MUCCI, 2018, p.33)

Foucault (2008, 2014) enquanto filósofo e teórico social, considera que são os discursos que produzem as coisas e as verdades de um momento histórico, ou seja, as coisas não existem antes das palavras. Assim, seu foco é sobre as condições de possibilidades do discurso, as regras de formação que definem possíveis objetos, as modalidades enunciativas, os sujeitos, os conceitos e as estratégias de um tipo particular de discurso

Assim, o discurso é uma prática discursiva por sempre retomar a outros, seja para modificá-lo seja para iniciar novos. Entretanto a produção e/ou interpretação do discurso não é desembaraçada ou livre de influências internas. Ocorrem restrições sociais constantemente,

Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discursos e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorrem e como [...] a eles se recorre. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109).

Portanto, ambos autores percebem as restrições sofridas pelo discurso e como essas impactam a constituição discursiva e social, de modo que o estudo dessas restrições merece atenção especial. Por fim, “discurso é um momento da prática social” e como tal as assimila permissões e cerceamentos institucionais, das relações de poder e das ideologias. É no centro das práticas sociais que o texto se materializa discursivamente, porém, como comentado, essa materialização não é livre (HARVEY, 1992 apud FAIRCLOUGH, 2016).

Gómez, Silva, Oliveira, Vieira Jr., Araújo, Viana e Barroso (2022, p. 160) explicam que “a ADC se aproxima do entendimento de que a linguagem é a própria prática social, que estabelece posturas rotineiras, em espaços e tempos particulares, por meio dos quais as pessoas interagem e executam ações.” As observações da Teoria Social do Discurso percebem na linguagem um potencial de transformação da realidade.

A dimensão da prática social suscita fundamental interesse para a ADC, por isso é importante distingui-la como um conjunto de práticas que tecem um entrecruzar de crenças, valores, desejos e relações sociais, manifestadas no discurso que, “ao ser produzido e interpretado, constitui uma ação social em um contexto situacional, ideologicamente marcado” (FERNANDES, 2007, p. 52-53 apud GÓMEZ et al, 2020, p.164)

Conforme Fairclough (2003), a intervenção realizada pelas práticas sociais opera um controle seletivo de certas possibilidades estruturais, excluindo algumas delas e selecionando outras com o intuito de naturalizá-las dentro de determinadas áreas da vida social. Se aplicadas à dimensão da linguagem, as práticas corresponderiam às ordens do discurso, operando a intermediação entre os textos produzidos pelos atores (elementos que compõe os eventos) e as possibilidades disponíveis pela linguagem (estrutura). (GÓMEZ et al, 2020, p.164)

Na dimensão prática social, o conceito de discurso está vincula-se aos conceitos ideologia e hegemonia. O conceito de ideologia explorado por Fairclough (2016) ancora-se com ressalvas nos estudos do século XX de Althusser. O linguista britânico inicia suas considerações sobre ideologas com três afirmações:

Primeiro, a asserção de que ela tem existência material nas práticas das instituições, que abre caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que a ideologia “interpela os sujeitos”, que conduz à concepção de que um dos mais significativos “efeitos ideológicos” que os linguistas ignoram no discurso (segundo ALTHUSSER, 1971, p.161, n.16) é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os “aparelhos ideológicos de estado” (instituições tais como a educação ou a mídia) são locais e marcos delimitadores na luta de classes, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente. (FAIRCLOUGH, 2016, p.121)

A principal crítica a conceituação althusseriana de ideologia está, segundo Fairclough (2016, p.121), na contradição entre dominação e reprodução da ideologia dominante. A dominação seria a imposição unilateral, já a reprodução de uma ideologia dominante a fixação universal de determinada ideologia sobre todos indistintamente. Assim o sujeito estaria absorvido pelas ideologias de tal modo que não conseguiria reagir ou reagir a elas. Nesse modelo, Fairclough verifica uma “marginalização da luta, da contradição e da transformação. “

Para Teoria Social do Discurso, substrato da Análise de Discurso Crítica as ideologias “são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), elaboradas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”, Fairclough se aproxima da conceituação de ideologia descrita por Thompson (1984, 1990), em que a língua e outras formas simbólicas podem ser meios de estabelecer e manter relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2016, p.122).

Thompson defende uma perspectiva crítica de ideologia e afirma que “o uso de ideias, estratégias, formas simbólicas que [...] servem para estabelecer [...] sistematicamente desigualdades sociais, entendidas como relações de poder ou de dominação” (OLIVEIRA; DA SILVA, 2013, p. 220). Entretanto, o autor afirma que essas formas simbólicas não são ideológicas por si mesmas, elas dependem do contexto social e do momento histórico em que estão inseridas.

Thompson defende uma perspectiva crítica de ideologia e afirma que “o uso de ideias, estratégias, formas simbólicas que [...] servem para estabelecer [...] sistematicamente desigualdades sociais, entendidas como relações de poder ou de dominação” (OLIVEIRA; DA SILVA, 2013, p. 220). Entretanto, o autor afirma que essas formas simbólicas não são ideológicas por si mesmas, elas dependem do contexto social e do momento histórico em que estão inseridas. (MUCCIO, 2020, p.36)

Desse modo as ideologias podem apresentar-se através de diferentes discursos, de acordo com o contexto social que se desenvolve e o momento histórico em que se estabelecem. Com o tempo elas podem ser naturalizadas, alcançando o “status” de “senso

comum”. (FAIRCLOUGH, 2016, p.122). Todavia, o foco da ADC não está na estabilização da ideologia, mas sim nas lutas ideológicas que são um quinhão da prática discursiva na busca por modifica-las para consolidação de uma nova ideologia de dominação.

Ao observar as implicações das ideologias sobre o discurso é imperioso trazer a discussão o elemento poder. Fernandes e Lima Neto (2020, p.344) explicam a luta pelo poder “impacta diretamente a organização das práticas sociais e, por consequência, a produção discursiva.”. Citando Thompson (2011) os autores explanam que os níveis de poder de cada indivíduo são conferidos de acordo com localização e qualificações sociais que ocupam. Desse modo,

Alguns indivíduos são empossados do direito de tomar decisões, atingir seus objetivos e executar seus interesses. É importante notabilizar que as relações assimétricas de poder instauram a dominação, isso é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau considerável, impossibilitando que outros agentes, ou grupo de agentes, consigam atingi-lo. (FERNANDES; LIMA NETO, 2020, p.344)

A ideologia é em Fairclough (2016, p.122), uma propriedade de estruturas e de eventos sociais. Quando vistas como estruturas suas significações podem nos levar a pensa-la necessariamente vinculadas a uma “determina”, “regra” ou “dispositivo” anterior. Favorecendo a noção de “reprodução ideológica e não a da transformação”. Uma saída para essa questão é perceber a ideologia dentro de um e “evento discursivo” como um “processo, transformação, fluidez”.

Como propriedade de evento social a ideologia está direcionada a dialética textual, visto que a ideologia ao mesmo tempo que é reproduzida textualmente e também modificada. As diversas interpretações textuais podem levar a múltiplas formações ideológicas a depender da contextualização e da realidade do sócio-histórica do interprete e do interlocutor.

Prefiro a concepção de que a ideologias está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens do discurso) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos, quando reproduzem e transformam a estruturas condicionadoras. É uma condição acumulada e naturalizada que e construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos. (FAIRCLOUGH, 2016, p.124).

Sendo assim, reforça-se que a relação entre indivíduo e sociedade é dialética,

os sujeitos são posicionados dialeticamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. (FAIRCLOUGH, 2016, P.126)

Para Viera e Macedo (2018, p. 59) a ideologia, na Análise de Discurso Crítica está relacionada “mais com quem está falando o que, para quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas de um pronunciamento”. A análise dos textos pressupõe localizar dentro de uma estrutura pré-definida as vozes de cada ator. Essa localização diferenciada dos atores é estabelecida por relações de dominação estabelecidas ideologicamente.

Desse modo, para a ADC as representações discursivas são um processo ideológico.

Ao atingir o status de senso comum, uma ideologia é identificada como hegemônica. A hegemonia exerce poder acerca dos domínios econômico, social e ideológico de uma sociedade. Entretanto, não é possível atingi-lo de forma integral, haja vista que a hegemonia se encontra em equilíbrio instável. Entende-se que tal termo está para além de uma simples dominação de classes subalternas, mediante a obtenção de seu consentimento. Implica na construção de alianças e sua integração. Na busca de construir, manter, ou romper alianças e relações de dominação/subordinação (nas formas econômicas, políticas e ideológicas) trava-se uma constante luta acerca dos pontos de maior instabilidade entre as classes e blocos. A luta hegemônica está localizada em uma frente ampla com provável discrepância entre diferentes graus e domínios em uma frente, bem como é composta por diversos âmbitos da sociedade civil: educação, sindicatos, família, entre outros (ibidem). (FERNANDES; LIMA NETO, 2020, p.346)

Quanto a hegemonia, Fairclough (2016, p.127) retoma Gramsci (1971). Partindo das elaborações do filósofo marxista, o linguista social encontra elementos para teorizar sobre “a mudança em relação à evolução das relações de poder, que permite um foco particular sobre a mudança discursiva”, considerando ainda “processos mais amplos de mudança e de seu amoldamento por tais processos.”

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômicos, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingindo senão parcial e temporariamente, como um “equilíbrio instável”. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mãos do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em frente ampla, que inclui instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família) como possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (FAIRCLOUGH, 2016, P.127)

A aproximação das ideias gramsciana de hegemonia dá-se por considerar as relações sociais como substrato em que relações de poder se desenvolvem e disputam espaço. Dialeticamente, por estratégias discursivas, grupos incorporam e externam hegemonias.

Silva, Maia e Muller (2020, p.93) explicam que

Nessa esteira, Fairclough toma o elemento discursivo da Teoria da Hegemonia de Gramsci por objeto de estudo e destrincha-o. Uma vez que os discursos hegemônicos se baseiam na formação de sujeitos para os quais diversos conceitos tornam-se automatizados (FAIRCLOUGH, 2016), ao propor uma mudança de perspectiva e uma quebra com esse contrato tácito, o **estudo do discurso vincula-se diretamente à prática de transformação social, não podendo ser analisada se não pôr e mediante a ela.** (SILVA, et al, p.93) (Grifo nosso)

O conceito de hegemonia fornece uma matriz e um modelo para compreender o discurso “como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens do discurso existente”. (FAIRCLOUGH, 2016, p.131)

Assim, a teoria faircloughiana fornece mecanismos para “estabelecer uma relação entre os recursos linguísticos utilizados pelos autores de textos, podendo eles ser grupos sociais ou pessoas, e as ideologias e hegemônias de um discurso.” (MUCCI, 2020, p.38). Assim, as condições sociais estabilizadas, o senso comum, podem ser questionados revelando discursos hegemônicos manobrados para perpetuar ou estabelecer formas de dominação.

As significações atribuídas aos significados não são neutras. Muito pelo contrário, estão entrecortadas de conteúdos anteriores socialmente estabilizados, embora muitos invisíveis a percepção dos indivíduos. Nessa perspectiva, discursos hegemônicos são produzidos e reproduzidos continuamente de modo irrefletido. Desse modo, a ADC auxilia identificar marcas pré constituídas hegemonicamente dentro de discursos novos ou velhos.

Ao identificar o discurso hegemônico no evento discursivo, o analista crítico pode auxiliar na criação de ferramentas para desconstrução desse discurso dentro da estrutura social que o demarcar. Portanto, na ADC há um movimento permanente “em que novos discursos (contra-hegemônicos) são usados para tratar tanto sobre os discursos hegemônicos imperantes no meio, quanto sobre os próprios discursos contra-hegemônicos que enveredam esse combate, num tipo de autocrítica.”. (SILVA et al, 2020, p.94).

Interessa compreender que ao estudar as práticas sociais em relação aos discursos hegemônicos Fairclough (2016, p.121) aponta que liderança e dominação também precisam ser consideradas, visto que se manifestam “na economia, na política, na cultura e nas ideologias que a compõem”. Grupos com maior privilegio econômico exercem poder através de liderança e dominação sobre grupos memorizados, estabelecendo-se hegemonicamente sobre esses grupos.

Todavia, liderança e dominação são exercícios sócio historicamente instáveis, de modo que, sempre é possível aos grupos subalternos tensionar essas relações alterando as estruturas. É essa possibilidade de alteração estrutural que coloca o poder hegemônico como constante objeto de disputa.

Meira (2021, p.60) explica que “a vertente da Análise de Discurso Crítica tem como uma das suas características a transdisciplinaridade, ou, em outros termos, para realizar o entendimento social a partir dos discursos e da textualidade, a ADC se vale de processos transdisciplinares, baseados na sociologia, antropologia e outras áreas que se façam necessárias. “

Na teoria social do discurso, a associação entre sociologia e linguística não apenas põe em relação duas disciplinas autônomas, mas busca abordar um problema discurso a partir das perspectivas de várias disciplinas que contribuem igualmente para a investigação de uma solução. (...) A ADC faircloughiana busca desenvolver uma abordagem que não separe as análises linguísticas e sociais, por acreditar que uma análise linguística de discurso só será realmente efetivada se promover a interação dos pressupostos das áreas convocadas para análises. (ALVES; LIRA, 2018, p.114)

Estamos atentos que o discurso comporta três dimensões de análise, o texto é manifestação do discurso, o evento discursivo, a prática discursiva é o intercâmbio em que o discurso se desenvolve, é distribuído, recebido, modificado e contextualizado. Por fim, a prática social que abarca as nuances sociais relacionadas ao discurso, como as pessoas se relacionam com o discurso recebido ou produzido. Considerando as implicações ideológicas e as lutas hegemônicas por poder realizadas a partir do discurso político, temos por hipótese principal que o presidente Jair Bolsonaro profere discursos que podem ser enquadrados em uma política de morte na medida em que suas falas online selecionam corpos dispensáveis. E hipóteses secundárias: 1. Bolsonaro age passivamente ante problemas que atinjam diretamente grupos socialmente marginalizados; 2. O discurso político do presidente apresenta elementos biopolíticos, de estado de exceção e de sítio; 3. O discurso de Bolsonaro cria a imagem de um inimigo a ser combatido pelo Estado; 4. Bolsonaro, em suas lives, dissemina o medo e o terror na população; 5. Através do discurso, Jair Bolsonaro normaliza a violência cotidiana e a morte.

Selecionadas as lives, baixado o conteúdo, realizamos a transcrição do “ponto crítico” relativo a fala do presidente (não serão analisados os discursos dos convidados em cada publicação), esses textos serão contextualizados e analisados.

A contextualização de cada transmissão foi realizada, por entendermos que o momento histórico em que o discurso é proferido, bem como as condições em que é

veiculado impactam tanto a mensagem quanto a forma como cada ouvindo o recebe e compreende.

Sendo assim, a opção metodológica pela ADC em detrimento das demais está centralizada na possibilidade de identificar e interpretar o discurso político nas plataformas digitais de modo “denunciativo, engajado e pedagógico”. A crítica está numa postura comprometida em identificar relações de poder que se manifestam para perpetuar situações de desigualdade social fixando historicamente cidadãos específicos em situação de subalternidade. (MELO, 2018, p.25).

4.1.1 Discurso e Discurso político

O conceito de discurso é comumente atrelado a formalidade e pronunciamentos que seguem um rito específico. Contudo, não há uma definição prévia do que pode ou não ser um discurso. Muitas são as formas de comunicação e muitas vezes essas formas prescindem de formato ou aglutinam vários formatos em um. Todavia, ainda assim essas formas de comunicação são dotadas de significação no mundo real e comunicam algo.

De acordo com Celi Pinto (2009, p.80) o discurso é uma tentativa de dar sentido as coisas na realidade. É uma tentativa precária por haver sempre a possibilidade de desconstruções e mudanças, mas também é exitosa porque apesar das ameaças possui continuidade histórica.

Outra forma interessante de entender o discurso e compreendê-lo como uma construção. O que hoje tem sentido dentro de determinado contexto pode ter recebido significado diverso nos séculos anteriores ou no futuro. Assim, elementos do discurso médico podem migrar para o discurso político, do discurso familiar para o discurso jurídico, do discurso religioso para o discurso jurídico e etc., portanto, as significações discursivas são atribuídas de acordo com a realidade, numa relação estável e instável.

Norman Fairclough (2001, p.31) define discurso como “uso da linguagem” ou “linguagem em uso. Para o linguista discurso e sujeito precisam ser entendidos em uma perspectiva histórica que numa relação dialética estão articulados com as práticas sociais (WALSH, 2011, p.4).

Em Discurso e Mudança Social (2016, p.94) ao elaborar a Teoria Social do Discurso Fairclough propõe que ao usar o termo discurso a linguagem seja captada como prática social e não como atividade individual ou variável situacional. Para essa teoria o discurso seria um “modo ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre o outros, como também um modo de representação. Isso “implica

numa relação dialética entre discurso e estrutura social.” Assim, “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2016, p.95)

A provisoriedade e relativa instabilidade histórica do discurso exige que estejamos constantemente atentos para as mudanças nele realizadas e novas atribuições de sentidos e valores. Aí está a disputa de poder em torno do discurso – na possibilidade de gradativamente reorganizar a vida e a sociedade.

Em Fairclough (2016, p.95) três são os efeitos construtivos da realidade através do discurso: primeiro, o discurso contribui para determinação dos sujeitos na sociedade, no posicional social do indivíduo, da formação das realidades sociais; segundo, o discurso contribui na construção das relações sociais e por último, o sistema de influência e crenças é construído nas contribuições dos discursos.

Atentemo-nos ainda que, sendo o discurso construído por sujeitos, logo é dotado de subjetificações. Ao construir o discurso os indivíduos atribuem sentido, mas também sofrem os efeitos do sentido atribuído na realidade.

Então, em razão das constantes mudanças sociais os diversos tipos de discursos estão em constante disputa para fixarem modelos específicos que o delimitem e o favoreçam. De modo que

o discurso é uma tentativa de fixação, é uma busca de êxito nesta fixação, mas esta fixação, por mais exitosa que seja, é uma fixação provisória, por mais tempo que ela dure, é arbitrária, ou seja, nada garante que ela será obrigatoriamente assim. (PINTO, 2009, p.82)

Fairclough estabelece ainda que o discurso é um modo de prática política e ideológica:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder, ideologias particulares e as próprias convenções, e os modelos em que se articulam são um foco de luta. (FAIRCLOUGH, 2016, p.98)

Em A Ordem do Discurso o filósofo Michel Foucault (2016, p.9) explica como o discurso sofre uma série de restrições a partir de procedimentos internos e externos. A

restrições exteriores são efetivadas em procedimentos de exclusão, que se manifestam na proibição, separação entre razão e loucura e vontade de verdade. Nas proibições a produção do discurso é controlada, organizada para delimitar poderes e dominar o curso dos acontecimentos. Existem, portanto, mecanismos sociais que constroem e demarcam o discurso de modo “que não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

Na separação entre razão e loucura ocorre a diferenciação entre qual discurso deve ou pode ser considerado, qual discurso pode circular livremente. O discurso produzido pelo louco é sempre transformado em ruído, silenciado, dominado. Na vontade da verdade está a constante busca pelo discurso verdadeiro, na medida que se pretendem verificáveis, confiáveis e oponíveis a discursos falsos. Esse sistema de exclusão histórico liga-se a prerrogativa social de anunciar a verdade. É interessante observar que na modernidade tem havido uma retomada dessa cisão entre o discurso verdadeiro como certo, necessário ao exercício do poder e o discurso mentiroso. Isso porque congregar indivíduos por meio do discurso falso tem sido estratégia implementada corriqueiramente e a força do discurso falso só é percebida no momento em que esse está travestido de verdade.

Ora essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2016, p.16)

As restrições interiores se manifestam no momento de internalização do discurso. Trata-se de mecanismos de contenção dos sujeitos que falam (2016, p.37). São o documentário, sobre a necessidade de constante retomada do discurso original, prescrevendo uma fidelidade narrativa ao que foi dito primeiro. O autor, como agrupamento de significações e coerência. E por último a disciplina, prescrevendo regras, métodos e tradições limitadoras.

Por fim, o último grupo de encurtamento discursivos ocorre para determinar as condições de funcionamento do discurso (2016, p.36). São, o ritual, as sociedades do discurso, a doutrina e as apropriações sociais.

O ritual determina o conjunto de signos no qual o discurso deve respeitar. O processo de ritualização é que indica quais indivíduos podem falar ou não.

A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrições é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um

diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciado; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciário, terapêuticos e, em parte também, políticos, não podem ser dissociados dessas práticas de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. (FOUCAULT, 2016, p.36)

A sociedade do discurso é composta por grupos específicos com segredos sobre assuntos determinados. Somente quem participa do grupo tem acesso aos segredos relacionados aquele discurso.

A doutrina ou grupo doutrinário impede que os participantes do grupo conheçam ou enunciem outros discursos. É um processo de dupla sujeição “dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam. (2016, p.43)

Por último, as apropriações sociais do discurso e que determina as condições que os discursos irão ocorrer, com por exemplo, os sistemas de ensino. Via apropriação social os discursos podem ser mantidos ou modificados. (2016, p.44)

Não cabe ao produtor do discurso escolher a formação do discurso, por exemplo, não cabe o cientista, produtor de discurso científico baseado em dados e experimentos, apresentar o resultado de suas pesquisas na forma de discurso religioso ou jurídico. O discurso científico responde a formações específicas que o demarcam, assim como o discurso político.

Nas disputas por poder o discurso é estruturado pelas sociedades e pelas instituições e o pensamento foucaultiano é indispensável para compreender o discurso em todas estruturas sociais.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o de poder. Nisto não há nada espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p.09)

Desse modo, embora Fairclough elabore a conceituação de discurso mais ampla⁴ “o conceito desenvolvido por Foucault norteia concepções críticas por conferir relevância

⁴ A primeira definição de discurso faircloughiana foi apresentada em *Discurso e Mudança Social*, resultado de seus estudos nas décadas de 1980 a 1990. O linguista conceitua discurso como uma prática constituída de três partes: social, discursiva e textual. Daí o modelo tridimensional de análise em que o discurso deve ser analisado de acordo com a história e numa perspectiva dialética. Como prática o discurso não é mera representação do mundo, através dele a realidade é construída e constituída de significações.”

a questões ideológicas na compreensão do que é discurso.” (PEREIRA, TEIXEIRA, PEREIRA, 2020, p.25)

Fairclough ponderou que a definição de discurso de Foucault estava concentrada apenas no desvelamento dos mecanismos de reprodução de ideologias dominantes, que contribuem para a manutenção de relações de poder, mas não previa algo essencial para aquilo que é mais marcante na abordagem Dialético-Relacional: **a possibilidade de mudança discursiva, que tem potencial para ocasionar uma posterior e paulatina mudança social.** (PEREIRA, TEIXEIRA, PEREIRA, 2020, p.37) (Grifo nosso)

Segundo Fantinati (2001, p.3) a política está diretamente relacionada a linguagem técnica em razão da ligação com temas diversos como administração, economia e direito, usados na regulamentação do cotidiano. A linguagem técnica está presente em elaborações documentais e instruções que auxiliaram na elaboração de políticas diversas das simples as mais complexas, de modo que em certa medida inacessível ao cidadão comum ainda que veiculadas em ambiente e mídias populares.

Todavia, o discurso político pode ser realizado acessivelmente visto que busca alcançar certo nível de consenso, angariar eleitores ou apoiadores de causas determinadas e ou mesmo eliminar adversários. Assim, o discurso político é objeto de disputa de poder em razão da maleabilidade e da capacidade de acessar campos distintos influenciando a realidade coletiva.

Nesse sentido, os políticos diferem dos juízes e burocratas. Enquanto estes estão submetidos às normas legais vigentes e interpretam-nas, servindo-se de linguagens técnicas, os partidos e os grupos de interesse formulam, de forma contundente ou atenuada, suas contribuições para discussão das normas imperantes, utilizando-se de comunicados governamentais, dos programas eleitorais e de propostas constitucionais. O que resulta disso pode ser um texto informativo com dados meramente técnicos ou um texto persuasivo, propaganda e representação, neste caso, dos valores ideológicos e dos interesses reais de um grupo e de sua doutrina ideológica. Isto, porém, só se pode reconhecer a partir do caráter do todo textual, independente do uso de termos técnicos e de dados quantitativos. (FANTINATE, 2001, p.3)

(FAIRCLOUGH, 2016). Porém, posteriormente ao aprofundar o estudo o linguista passa considerar que no modelo tradicional não há uma relação dialética propriamente. Em coautoria com a linguista Lilie Chouliaraki, Fairclough desenvolve nova definição de discurso “agora como uma dimensão das práticas sociais, o que consideraram mais adequado ao novo modelo proposto, denominado transformacional”. (PEREIRA, TEIXEIRA, PEREIRA, 2020, p.37). Para esse trabalho adotaremos o modelo tridimensional, mais especificamente a dimensão de discurso como prática social.

Patrick Charaudeau (2011, p.15) analisa o discurso político considerando-o em relação a linguagem, ação, poder e verdade. A linguagem precisa ser compreendida de acordo com o contexto social e histórico que se desenvolve.

Para Charaudeau (2011, p.16) linguagem e ação estão situadas socialmente em uma relação de interdependência, mas cada uma com autonomia própria. Ele explica que o ato de linguagem se funda em três princípios – alteridade, influência e regulação. No primeiro os sujeitos se relacionam de acordo com o posicionamento do outro (a constituição de um indivíduo depende do outro), já no princípio da influência “o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo um princípio de influência, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele”. Contudo, quando ambos sujeitos querem exercer influência sobre o outro, haverá necessidade de atuação do princípio da regulação. Todo ato de linguagem ocorre no movimento de “agir sobre o outros”.

É interessante observar que todo agir sobre o outro é dotado de alguma finalidade ou objetivo, que é posicionar o outro em posição de submissão. A submissão pode ser determinada por uma série de fatores, inclusive posição de autoridade que um dos sujeitos pode ocupar.

Desde que essa seja reconhecida pelo parceiro na troca, o projeto de influência adquire certo poder de ação. Da mesma forma, o sujeito-alvo é colocado em uma posição de dominado, o sujeito de autoridade em uma posição dominante e os dois em uma relação de poder. Assim, pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social. (CHARAUDEAU, 2011, p.16)

Socialmente é a ação política que organiza a vida, que produz arranjos sociais em prol do bem coletivo. Contudo, para que todos sejam beneficiados é preciso que haja discussões e o mínimo de consenso. É preciso ainda que haja representantes da coletividade com possibilidade de firmar compromissos em torno do que foi discutido. O representante coletivo deve prestar conta das decisões tomadas se submeter a mecanismos de controle. (CHARAUDEAU, 2011, p.18)

Logo, depreendemos que o debate político tende a ser um espaço em que os interesses coletivos se sobressaem em relação aos individuais. Tanto é que em debates televisionados, embora os participantes apresentem suas propostas e indiquem as falhas do oponente, há o interesse dos interlocutores em demonstrar soluções a realidade social transcendendo, assim, a centralidade individual de cada candidato-cujo interesse principal é dominar o debate. Ou seja, ainda que adversários, há entre os candidatos um interesse comum de preservar a comunicação, observando a organização do debate e

“demonstrando esforço cognitivo e afetivo, direcionado, em geral, a um terceiro (*tiers*), o qual funcionaria como o verdadeiro destinatário da argumentação.” (MORAIS, 2019, p.154)

Considera-se ainda que a vida em sociedade não será capaz de alcançar um consenso absoluto e formas diferentes de pensar e agir sempre existirão. Contudo, cabe ao poder político gerenciar eventuais conflitos que surjam em torno dessas divergências.

A linguagem não está alheia a ação política, uma vez que a organização política a pressupõe nas instâncias de discussão individual e coletiva. E através da palavra que o poder político se manifesta.

Isso faz com que ao espaço de discussão que determina os valores responda um espaço de persuasão no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação. Todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um "sentir com os outros" que, é preciso acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais. (CHARAUDEAU, 2011, p.16)

Os valores em jogo nos espaços de discussão correspondem aos interesses defendidos pelo político. É a noção coletiva dos valores que cria entidades como Estado, república e povo. Quando as entidades se sobrepõem aos indivíduos inculcando valores pré-determinados e possível criar grupos em oposição.

Charaudeau (2011, p. 23) pensa poder político numa relação dialética entre dois campos da atividade humana, o debate de ideias no espaço público e o fazer político nos espaços de decisão política. Ambos campos articulam linguagem e ação. No debate de ideias ocorre “uma luta discursiva na qual muitos golpes são permitidos (manipulação, proselitismo, ameaças/promessas etc.), estando em jogo a conquista de uma legitimidade por meio da construção de opiniões” enquanto no fazer político “se exerce o poder de agir entre uma instância política que se diz soberana e uma instância cidadã, sendo o desafio o exercício de uma autoridade mediante uma dominação feita de regulamentação e de sanção.” Percebe-se então, que para o autor linguagem e ação estão diretamente ligadas e formam uma espécie de jogo político delimitada por regras de ética discursiva.

Nos espaços de comunicação política, necessariamente, a opinião está presente. A opinião acontece no âmbito privado, embora sua formação sofra influência da mídia tratando de assuntos gerais – públicos, privados, políticos. Na modernidade a midiaticização da vida embaralhou e confundiu os espaços discursivo, todavia, espaço público, espaço privado e espaço político não são a mesma coisa.

A política é uma das formas de organização da vida social. É um meio de regulação da vida. O agir político requer “espaços de discussão e de persuasão que, para serem válidos, devem ser divididos em domínios, pois toda sociedade tem necessidade de reconhecer e de classificar as trocas realizadas.” (CHARAUDEAU, 2011, p.27)

O espaço público é estruturado em quatro campos de atuação bem delimitado: jurídico, econômico, midiático e o político: o primeiro regulamenta conflitos sociais, o segundo o mercado e troca de valores, o terceiro as informações e o campo político organizam a governança e estabelece regras para atuação das instâncias legislativas e executivas. O setor político, mais interessante a essa pesquisa, influencia e é influenciado por todos setores. (CHARAUDEAU, 2011)

Charaudeau (2011) fala na impossibilidade de pensar espaços públicos e privados perfeitamente acabados já que espaços de decisão, persuasão e discussão são fluidos. Soma-se ainda a velocidade com que as informações são comunicadas tecnologicamente entrecortando todos os espaços.

A característica fundamental do discurso político é que este necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É, portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória. (...) O discurso político é o discurso do sujeito por excelência. (PINTO, 2009, p.89)

A fala política é, por excelência, um fato social e falar de "discurso político" é tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas. (CHARAUDEAU, 2011)

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. (CHARAUDEAU, 2011, p.39)

Segundo o linguista francês todo enunciado pode ter sentido político, ao passo que situações neutras podem ser dotadas de conotação política, a depender do contexto. Desse modo, o caráter político das situações deve ser compreendido de acordo com contexto que se desenvolve. A construção do sentido político do discurso, dá-se, portanto, nas relações desenvolvidas.

Segundo Piovezani (2009, p.141) apud Bento (2020, p. 21) conceber todo discurso como político é controverso. Isso porque, para o autor existem muitas formas e

intensidades de controlar o que se quer dizer, e meios de enunciação e legitimação do discurso institucional na arena política em detrimento de outros discursos.

o discurso na esfera política pode ser entendido, de maneira resumida, como uma prática simbólica dirigida ao coletivo e produzida em circunstâncias públicas por um indivíduo legítimo ou que busca legitimidade. (...) Desse modo, o discurso político é um discurso público, de “exercício de influência”, cujos interlocutores são socialmente atuantes e cidadãos detentores de um papel social especial, enquanto agentes de renovação social. (BENTO, 2020, p.21)

Claude Lefort (1999) apud Patrick Charaudeau (2011) aponta que o fenômeno político deriva de elementos como fatos políticos, fatos sociais, fatos jurídicos, morais e psíquicos. Desse modo, a análise do discurso político encontra marcas discursivas de cada um desses elementos para além dos portadores, sendo necessários atentar-se as ideias. São as ideias, através do discurso que transitam entre as pessoas ganhando mais ou menos força, sedimentando ou não realidades.

A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. Consequentemente, o discurso das ideias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível). (CHARAUDEUA, 2011, p.46)

Na busca pelo convencimento e algum nível de consenso o discurso político firma “em todo o indivíduo uma necessidade de laço social e pertencimento coletivo” (ORLANDI, 2021, p.190, apud BENTO, 2020, p.36). A sensação de pertencimento atrela-se a identidade de grupo que os ouvintes assimilam à medida que se identifica ideologicamente com a mensagem. Se a unidade política absoluta é inalcançável, através do discurso o político busca um nível de unidade suficiente capaz de legitimar as ideologias defendidas e posteriormente difundi-las aos demais.

Portanto, o propósito do discurso político está relacionado “a tudo que toca à organização da vida em sociedade e ao governo da coisa pública”. Embora esse discurso em abstrato seja definido como em busca do bem comum, da coisa pública, os indivíduos são diferentes e tem interesses divergente, de modo que é difícil pensar em um discurso que alcance a todos indistintamente. Além disso, discurso político se apresenta como um discurso de verdade, que se sobrepõe aos demais por trazer “sistema de valores em nome do qual deve se estabelecer o elo social que une essa diversidade”. (CHARAUDEUA 2011, p. 189)

4.2 Escolha do corpus – YouTube

A análise do corpus deve ocorrer dando especial atenção ao meio em que o material de análise foi produzido. Essa percepção ganha relevo significativo quando a corpora surge a partir de discursos realizados em meio digital, mais especificamente os disponibilizados ou veiculados na rede de internet.

Mari-Anne Paveau (2014) apud Cristina Dias (2015) apresenta as características de materiais produzidos para e na internet, como os discursos digitais: temporalidade, o tempo digital possui uma cronologia própria de acordo com a publicação; instabilidade do arquivo ou mutabilidade em que a disponibilidade dos arquivos depende da rede, do provedor, do autor ou outros fatores; dimensão e heterogeneidade do arquivo relaciona-se com a diversidade e de textos; leitura dispersiva, a forma como o conteúdo é recebido e consumido pelo leitor depende e varia, nem sempre de modo linear.

O corpus de pesquisa dessa dissertação é composto por três lives realizadas pelo presidente Jair Messias Bolsonaro em seu canal particular, transmitidas dentro da plataforma de vídeos YouTube. O critério determinante para fixar as três transmissões como objeto principal de estudo foi o número de views⁵ apurados em 18 de junho de 2021. Assim, embora estejamos atentos ao grande número de transmissões realizadas pelo presidente da República, a limitação do corpus é imperativo à análise de discurso, inclusive para indicar ao analista quais questões devem merecem especial atenção.

Em análise do discurso, o corpus, por mais representativo que seja de um objeto, será sempre limitado em sua representatividade: não se pode conter toda a discursividade em uma amostragem. Por isso, o analista deve estar ciente de que, ao perscrutar o arquivo sobre um objeto, a construção do seu corpus será capaz de mostrar uma parte constitutiva do discurso analisado. (ALVES-COSTA, 2023, p. 72)

⁵ Termo em inglês para designar visualizações de vídeos no site YouTube. A contagem segue regras determinadas pela plataforma, que só contabilizada a visualização a partir do trigésimo primeiro segundo. Para vídeos enviados pelo usuário (com possibilidade de monetização) cada IP é contabilizado como uma visualização, somente uma visualização e computada por IP. Ao alcançar a marca de 301 acessos o vídeo é submetido a checagem da plataforma para verificar se as visualizações atraídas são reais ou fruto de “boots” ou “robôs”. Havendo muitos acessos em pouco tempo o algoritmo indica o conteúdo como popular e passa a indicá-lo com mais frequência e associa-lo a propagandas publicitárias que geraram mais receita a plataforma que recebe conteúdo gratuitamente de cada usuário. Disponível em <https://tecnoblog.net/responde/como-o-youtube-conta-views-nos-videos/> Acesso: 07/04/2023

QUADRO 1 - Lives analisadas*:

Data	Título	Duração	Visualizações	Link**
18/06/2020	Live da Semana com Presidente Jair Bolsonaro - 18/06/2020	25:04	529.679	https://www.youtube.com/watch?v=EBDKIJu7Z9E&t=5s
25/06/2021	Live da Semana com Presidente Jair Bolsonaro - 25/06/2020	56:39	521.425	https://www.youtube.com/watch?v=CpzZIV_wEqo&t=1s
29/07/2021	Live da Semana - Presidente Jair Bolsonaro 29/07/2021	02:49:26	1.003.002	https://www.youtube.com/watch?v=C4sE3OA VpHY&t=144s **

*Lives baixadas e dados catalogados em 07/04/2022.

** Fonte: Canal do Jair Bolsonaro, então Presidente do Brasil (2022)

**Este vídeo foi removido por violar as diretrizes da comunidade do YouTube.

A análise do discurso digital é relevante socialmente em diversos aspectos, dentre eles está a forma como a sociedade se relaciona com o discurso naquele espaço-tempo e como esse mesmo discurso reverbera historicamente na memória coletiva. Aqui, merece atenção especial a transmissão do dia 29/07/2021 removida⁶ da plataforma dia 18/07/2022 por ferir as diretrizes de uso publicando notícias falsas sobre o processo eleitoral e fraudes na urna eletrônica. Outras transmissões também foram retiradas do ar por ferirem as diretrizes de vídeo do YouTube.

As transmissões analisadas foram realizadas durante a pandemia de COVID-19 e salvas na aba “AO VIVO”. Todavia, embora essa aba condense o maior número de transmissões, existem conteúdos de transmissão simultânea semelhantes publicados na categoria geral “VÍDEOS”. Percebemos que a delimitação de uma categoria específica para as transmissões ao vivo é consequência da pandemia de pandemia de COVID-19 e do isolamento social, momento em que houve um “boom” na realização e consumo de conteúdos nesse formato, nos gêneros mais variados, música, games, entrevistas, debates e etc.

Foram catalogadas até 14 de outubro de 2022 mais de 101 transmissões ao vivo espalhadas pelo canal do presidente. Os títulos das publicações limitam-se a indicar “Live da semana com Presidente Jair Bolsonaro”, “Pronunciamento do Presidente Jair

⁶ <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/07/19/youtube-remove-live-de-bolsonaro-com-noticias-falsas-sobre-urnas-eletronicas.ghtml>

Bolsonaro” ou “Live de quinta-feira / assuntos da semana”. Há um limitado número de transmissões cujo título adianta o assunto apresentado naquela noite. Nesse caminho, verifica-se ainda que algumas publicações fogem do formato rotineiro, que persistiu nas transmissões de maior audiência analisadas. São essas, entrevistas cedidas a rádios e transmitidas simultaneamente pelo YouTube pelo presidente.

Por se tratar de discurso falado em vídeo, foi necessário a realização da transcrição do corpus, entretanto, a análise foi realizada em situações específicas identificadas por Fairclough (2016, p.293) como “ponto crítico” e “momento de crise”. Pontua-se que na ADC, cabe ao pesquisador identificar dentro do objeto de análise se codificará o corpus inteiro ou parte dele.

Uma estratégia de seleção que deve ser **recomendada** consiste em focalizar o que anteriormente chamei de “**ponto crítico**” e “**momento de crise**”. Há momentos do discurso onde há evidências de que as coisas estão caminhando de maneira errada: algum distúrbio a exigir que os participantes reparem um problema de comunicação, por exemplo, mediante solicitações ou ofertas de repetições, ou mediante a correção de um(a) participante por outro(a); disfluências excepcionais (hesitações, repetições) na produção de textos; silêncios; mudanças súbitas de estilo. Além das evidências e do comportamento interativo dos participantes, deve-se novamente usar painéis de julgamento ou julgamentos retrospectivos dos participantes sobre pontos que representem dificuldades. **Tais momentos de crise tornam visíveis aspectos de práticas que devem ser normalmente naturalizadas e, portanto, dificultar a percepção; mas também mostram mudanças no processo, formas reais pelas quais as pessoas lidam com a problematização das práticas.** (FAIRCLOUGH, 2016, p.294) (grifo nosso)

Segundo Fairclough (2016) a seleção de momentos específicos do texto deve ser feita tomando a opinião de colegas quanto o que é relevante naquele discurso de acordo com as disciplinas sociais. Essa escolha deve considerar os momentos que precedem seleção do corpus. Para essa pesquisa levou-se em conta em momento anterior a disparidade no número de visualizações entre as lives indicadas e as outras no mesmo formato, bem como os estudos do Mbembe (2018) como marco teórico e as pesquisas complementares sobre o estabelecimento da extrema direita bolsonarista.

Importa acrescer que a transcrição ou gravação de todo material inicialmente foi realizada com auxílio do site Web Captioner⁷, todavia, posteriormente, em razão da dicção do presidente optou-se por transcrever manualmente parte das falas analisadas. A escolha pela transcrição manual permitiu atenção especial a momentos em que o discurso reproduzia algum tema ideológico/hegemônico usado ao longo da vida política, ou mesmo temas novos usados para consolidar ou reforçar a trajetória.

⁷ O site em questão pode ser encontrado no endereço a seguir: <https://webcaptioner.com/captioner>

A plataforma de vídeos online em que as transmissões foram realizadas foi fundada em 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim. Na época o site YouTube foi considerado inovador por tentar “eliminar as barreiras técnicas para maior compartilhamento de vídeos na internet” (BURGESS, J. GREEN, J., 2009, p. 11). Com uma interface simples e autoexplicativa prometia liberdade aos usuários para realizar publicações ilimitadas sobre qualquer conteúdo, além de poderem compartilhar os vídeos postados na plataforma diretamente com outros sites. Um ano após sua criação o YouTube foi vendido ao Google por cerca de \$1.65 bilhões de dólares.

Gradativamente o site foi deixando de ser somente um repositório de vídeos para tornar-se uma rede social dinâmica e colaborativa em que comunidades podem ser organizadas e os participantes interagem uns com os outros. Ou seja, o site mudou “de um recurso de armazenagem pessoal de conteúdos em vídeo para uma plataforma destinada à expressão pessoal” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 21). No uso da plataforma os usuários podem carregar seus próprios vídeos, assistir a vídeos de outros usuários, comentarem e compartilharem conteúdos, além de sinalizá-los com *likes* (gostei) e *dislikes* (não gostei).

Com o aprimoramento da plataforma o YouTube tornou-se um espaço destinado a realização de negócios, haja visto o público diverso e o alcance quase ilimitado. Burgess e Green (2009, p.21) explicam que na verdade o que o YouTube oferece é uma “uma plataforma conveniente e funcional para o compartilhamento de vídeos on-line: os usuários (alguns deles parceiros de conteúdo premium) fornecem o conteúdo que, por sua vez, atrai novos participantes e novas audiências. “

Disponível em 100 países e em 80 idiomas, o YouTube conta com mais de 2 bilhões de usuários ativos em 2020. De acordo com informações da marca, pessoas em todo o mundo assistem a um bilhão de horas de conteúdo no YouTube diariamente. (OSMAN, 2023; GOODROW, 2017)

Com a facilitação do acesso à internet através da popularização de smartphones e tablets, a plataforma YouTube ampliou a disponibilidade de conteúdos no formato audiovisual e nesse caminho a venda de espaço publicitário e a compra/venda de dados dos usuários são fonte de lucro financeiro alimentando um mercado bilionário na produção de conteúdos digitais.

De acordo com a pesquisa Video Viewers de 2018, realizada em parceria com o Instituto Provokers e Box 1824 verificou que nos 4 anos anteriores a pesquisa o consumo de vídeos no YouTube cresceu 135%. Atribui-se o crescimento ao fato de o YouTube

apresentar uma nova forma ativa e dinâmica de conteúdo audiovisual. A pesquisa ainda indica que 38,7% das pessoas que consomem o conteúdo da plataforma YouTube buscam entretenimento, 29,8% conhecimento, 22,3% conexão e 9,2% identidade/inspiração.

Na página ThinkWhith Google, o Brasil é apresentado como o país do vídeo.

Só no Brasil, são cerca de 98 milhões de pessoas conectadas. Nos últimos 2 anos, o YouTube ganhou 35 milhões de novos usuários. É como se um Canadá inteiro tivesse entrado na plataforma entre 2015 e 2017. Isso representa um crescimento de 54%. Esse movimento foi acompanhado pelo crescimento da penetração de internet, mobile e conexão 4G2.

O YouTube é onde os assuntos surgem e são amplificados. Ele pauta as conversas e é uma referência essencial para entender o que é relevante hoje em conteúdo e cultura. A real é que o YouTube não é um canal. O YouTube é cultura e a cultura é YouTube. Eles se informam e se retroalimentam. (MURATORI; MORESCHI, 2021. s.p.)

Os produtos hospedados no YouTube atendem diversos nichos em diferentes gêneros, objetivos e relevância social. São produções sobre música, esporte, beleza, educação, comédia, política, jornalismo, sexualidade, consumo e muito mais, recortados para cada idade e indicados aos espectadores de acordo com as buscas e interações algorítmicas.

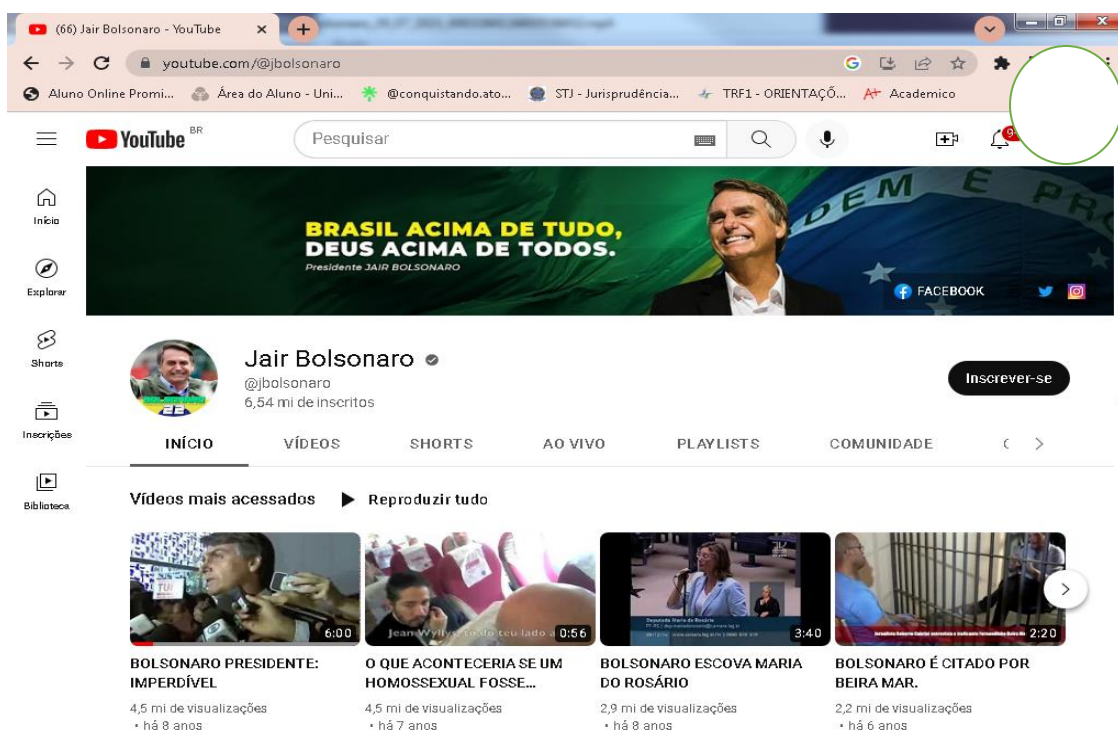
Para movimentarem o site os usuários precisam criar um cadastro com e-mail e dados pessoais. Feito isso é possível usar as funcionalidades da plataforma e iniciar o próprio canal. Canal é nome dado ao espaço individual de cada usuário dentro da plataforma. Nesse espaço o usuário pode postar vídeos próprios ou reproduzir vídeos de outras pessoas – desde que observando as regras de direitos autorais.

Estatísticas do canal do Presidente Jair Bolsonaro, fornecidas no próprio site, informam que ele está inscrito na plataforma desde 30 de junho de 2009 e que possui mais de 321.177.220 ⁸visualizações.

Oito abas dão o panorama do conteúdo publicado, sendo “Início” em que há disposição dos vídeos mais acessados e publicações em geral, “Vídeos” com a disposição cronológica das publicações, “Shorts” uma espécie de vídeos curtos com assuntos específicos, “Ao Vivo” transmissões em tempo real e ordem cronológica, “Playlist” espaço em que os vídeos podem ser organizados por temas, o que não há no canal analisado, e por fim “Comunidades”, espaço diferente dos outros por não haver vídeos, mas sim pequenos textos e/ou imagens.

⁸ Dado disponível em 05/01/2023 às 14:31.

Figura 4 – Print da Tela inicial do Canal de Jair Bolsonaro no Youtube



Fonte: Canal do Jair Bolsonaro, então Presidente do Brasil (2022)

Na categoria “Ao vivo”, que é de análise desse estudo, existe e possibilidade de filtrar o conteúdo por “enviados recentemente” ou “populares”.

A primeira publicação na categoria “ao vivo” foi realizada dia 14 de maio de 2020. As publicações anteriores a essa data foram hospedadas na categoria de “Vídeos”. Ou seja, somente a partir de maio de 2020 que as lives semanais passaram a contar com uma categoria autônoma, sendo separadas de publicações institucionais e diversos vídeos curtos ou entrevistas.

É importante informar que a visualização do conteúdo da plataforma não requer nenhum tipo de cadastro. Contudo, todas as funcionalidades da plataforma (comentar, curtir, compartilhar, etc.) estão condicionadas a criação do cadastro e ao fornecimento dos dados ao Google e quanto mais o usuário interage na plataforma mais dados fornece a base do Google (Alphanet Inc).

Ao cadastrar-se o usuário não necessariamente deverá ativar o seu próprio canal, mas caso deseje basta a iniciativa de enviar vídeos. As transmissões ao vivo exigem que o usuário tenha pelo menos 50 inscritos, não tenha recebido nenhuma restrição de transmissão ao vivo nos últimos 90 dias; que o canal seja verificado, a atividade de

transmissão seja ativada com antecedência e um dispositivo eletrônico com sistema Androide 5.0 ou versões mais recentes. (CRIAR UMA..., s.d.)

Caso o canal do usuário tenha pelo menos 1 mil inscritos e no mínimo 4 mil horas de conteúdo assistido nos últimos 12 meses, poderá ser validado para o programa de monetização da plataforma e talvez receber uma contrapartida financeira fruto da venda de publicidade durante a exibição dos vídeos. Nesse processo parte do dinheiro fica com o YouTube e parte para o criador de conteúdo numa espécie de parceria. (VISÃO GERAL..., s.d.)

Interessa atentar que a possibilidade de ganhos financeiros determina sobremaneira como o conteúdo será produzido pelo produtor e distribuído pela empresa Google (Alphabet Inc). Isso porque o número de visualizações é lido pela inteligência artificial como indicativo de sucesso, relevância e interesse coletivo naquele determinado assunto, que num movimento de cascata faz com mais pessoas o recebam, gerando maior visualização e atraindo mais publicidade/receita.

Os algoritmos são sequencias numéricas capazes de resolver problemas na linguagem de programação. No YouTube funcionam identificando padrões de consumo e interesses de cada usuário a fim de fornecer mais de determinado conteúdo ou mesmo introduzir algo novo capaz de satisfazer os interesses (conscientes ou subconscientes). Portanto, benefícios reais podem ser alcançados por empresas privadas, partidos políticos e grandes corporações a partir da compra e uso dos dados gerados pelos algoritmos do YouTube.

As plataformas não são constructos neutros ou livres de valor. Elas vêm com normas e valores específicos inscritos em suas arquiteturas. Estas normas podem ou não conflitar com os valores fixados nas estruturas sociais, onde as plataformas competem para vir a ser implementadas. A dataficação e a mercantilização estão enraizadas nos princípios neoliberais do capitalismo dos Estados Unidos. **Os dados são recursos transformados em mercadorias pelo processamento algorítmico. No entanto, o problema é que os processos sociais e econômicos estão ocultos nos algoritmos, nos modelos de negócios e nos fluxos de dados que não estão abertos ao controle democrático. Assim, a ideologia do neoliberalismo define a arquitetura da nossa sociedade conectiva.** (VAN DIJCK, 2019, s.p.) (grifo nosso)

Mais visualização é mais publicidade, mais publicidade é mais dinheiro para plataforma. Ao “ler” as inúmeras visualizações o algoritmo “entende” que o conteúdo precisa ser disseminado com intensidade e assim o potencial de alcance do conteúdo é quase ilimitado. Desse modo, ao analisar o alto número de visualizações das lives transmitidas pelo canal do presidente é preciso considerar a relevância do algoritmo na

distribuição desses vídeos e a possibilidade de atrativo publicitário (para outros canais, se não para o do próprio presidente).

As pessoas que criam e disponibilizam seus conteúdos na plataforma são denominadas “youtubers” e variam de amadores com câmeras de aparelhos celular à grandes produtores de audiovisual com editores e técnicos especializados. Comumente conhecidos “influenciadores digitais” lucram com a produção vídeos cada vez menos amadora e alcançam milhares, milhões de inscritos interessados nos mais diversos temas disponíveis – política, gastronomia, beleza, moda, cinema, literatura.

O “YouTuber” é um sujeito anônimo, não tendo surgido nos meios de comunicação tradicionais. Embora, atualmente possam estar inseridos nesses meios para angariarem novos públicos. Esses se apropriam de informações da mídia e as repassam para um grupo de sujeitos conectados a ele por meio do YouTube, de acordo com critérios de relevância estabelecidos no perfil de seu canal (inicialmente é uma pessoa anônima falando para outros anônimos). Por essa razão, é reconhecido como líder, tornando-se, com o passar do tempo, uma celebridade midiática da internet (MOTTA; BITTENCOURT; VIANA, 2014, p.8).

Muitos youtubers conseguem migrar da internet para as mídias de massa e prologam o sucesso em produções convencionais para televisão, mercado fonográfico, teatro e etc. Como auxiliares no processo de formação de opinião transportam os espectadores do conteúdo digital para os meios analógicos.

Quanto mais o influencer digital cresce menos amador e irrelevante o canal se torna para a plataforma. Algumas vezes a necessidade de profissionalização da produção dá-se em razão do alcance do conteúdo e da demanda do mercado publicitário. Entretanto, profissionalizar o conteúdo não torna imperativo o abandono da linguagem desenvolvida na própria plataforma (AVILA, 2019, p.52)

Monteiro (2018) caracteriza o conteúdo desses profissionais como:

[...] narrativa direta para a câmera com pouca formalidade e mais espontaneidade; linguagem simples; uso da emoção; discussão de temas em pauta na sociedade como racismo, feminismo, depressão, etc.; presença em diferentes formatos de telas (smartphones, tablets, computadores, televisões e videogames); frequência na produção e na publicação de vídeos para manterem a relevância na plataforma. Todas essas características contribuem para a aproximação do YouTuber com o público, através de comentários, de postagens em outras redes sociais digitais (MONTEIRO, 2018, p. 57).

É interessante observar que o presidente Jair Bolsonaro produz o conteúdo de suas lives resguardando algumas características típicas da plataforma descritas por Monteiro (2018), entretanto não podemos considera-lo um YouTuber típico, produtor de conteúdo

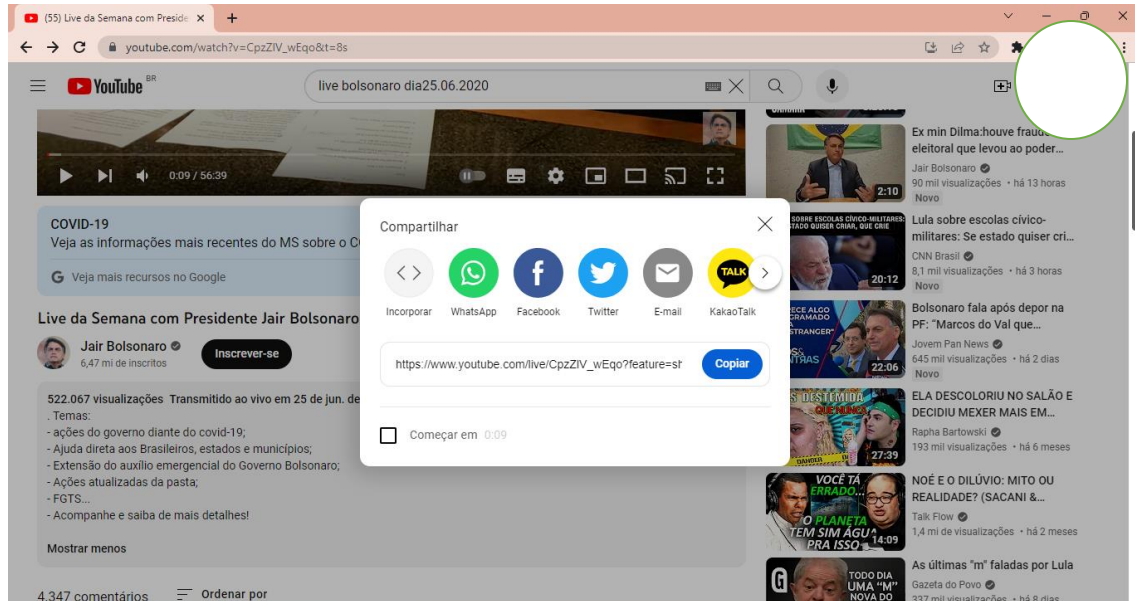
ou influencer digital uma vez que as criações do canal do presidente não intencionam o lucro financeiro (embora angariem gratuitamente um enorme capital político). Além disso, chama atenção que parte significativa do conteúdo postado seja reprodução ou repostagem produzidas com outros fins, que não alimentar o canal. Como consta nessa pesquisa, há no canal repostagem de participação em programas de televisão, repostagem de entrevistas em rádio, transmissões simultâneas e conteúdos compartilhados com outros canais, misturados a conteúdos profissionais de propaganda eleitoral, bem vídeos de viés institucional. Assim, não é possível afirmar que, como youtubers típicos (de games, infantis, culinários, beleza, moda e etc.). O canal do presidente mescla conteúdos diversos profissionais e amadores, político e pessoal, produzidos e editados, sem compromisso com monetização explícito com a monetização financeira e a produção de conteúdo. Qualquer conteúdo, desde que favorável ao presidente, pode ser compartilhado em seu canal.

Ao analisar a relevância da televisão e da internet para disseminação de informações políticas Stabile e Bülow (2021, p.485) apresentam que nas eleições de 2018 o YouTube era a única plataforma com grande variação entre o público dos dois candidatos – Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. Citando Mitozo, (2019, p.13) as autoras apontam que segundo outras pesquisas, o YouTube é uma rede de alta relevância para compartilhamento de conteúdo entre os bolsonaristas.

O YouTube é a única plataforma que mostra diferença estatística entre os dois públicos. Aparecendo com maior predominância como fonte de informação política entre os eleitores de Bolsonaro (2,3%) do que entre os de Haddad (0,6%). (STALIBE, BÜLOW, 2021, p.485)

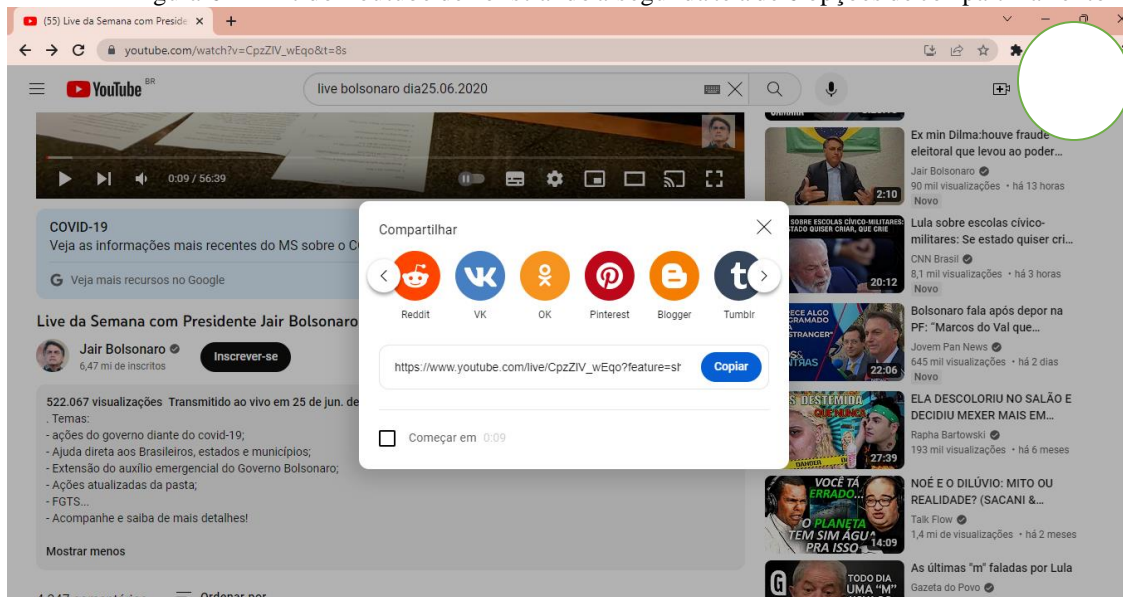
Por fim, compreendemos que YouTube, como fonte de informação e educação política, ocupa papel relevante dentre as mídias digitais usadas pelo presidente Bolsonaro por garantir compartilhamento rápido e direto dos conteúdos por seus apoiadores em mais de 10 outras redes, a saber, nas figuras 5, 6 e 7:

Figura 5 – Print do Youtube demonstrando as 6 primeiras opções de compartilhamento



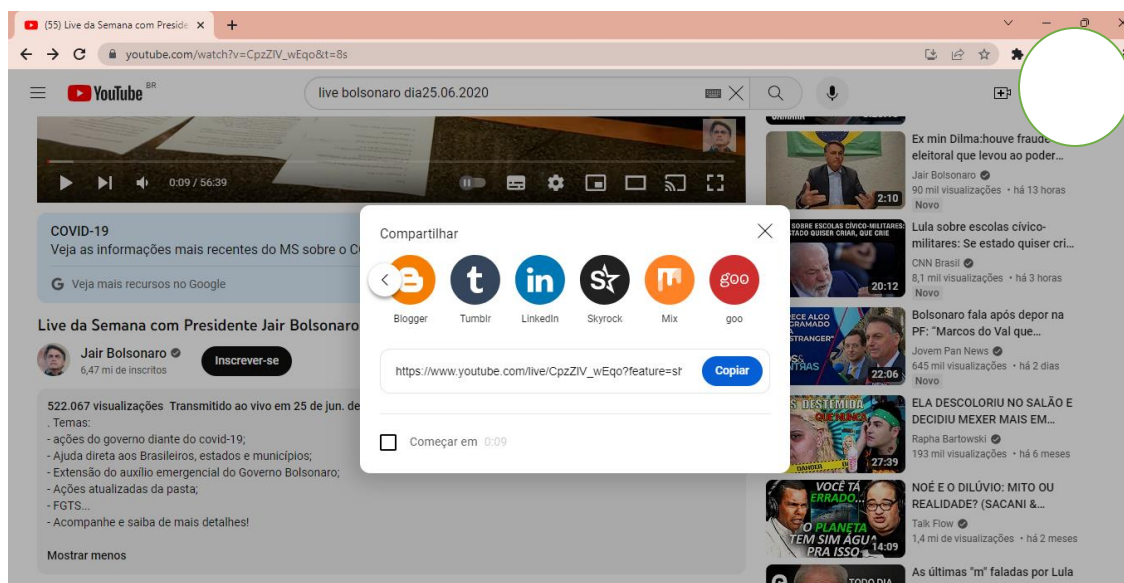
Fonte: Youtube (2023)

Figura 6 – Print do Youtube demonstrando a segunda tela de 6 opções de compartilhamento



Fonte: Youtube (2023)

Figura 7 – Print do Youtube demonstrando a última tela de 6 opções de compartilhamento



Fonte: Youtube (2023)

Cesarino (2019, p. 532) ao pesquisar “grandes grupos pró-Bolsonaro formados no aplicativo WhatsApp para a campanha eleitoral de 2018, eventualmente extrapolando-a para outras plataformas às quais esse conteúdo se referia (como YouTube, Facebook, e sites de “mídia independente” da nova direita)” identificou que após o atentado sofrido pelo presidente em 2018 seus apoiadores passaram a “fazer campanha no seu lugar – o que ficou conhecido na época como os autointitulados “marqueteiros do Jair” (um significante que flutuou também enquanto “fiscais do Jair”, “escudo do Jair”, “exército do Jair”, ou “robôs do Bolsonaro”. Ou seja, o uso de plataformas mais intuitivas garantiu a replicação dos conteúdos com mais facilidade além de nos últimos anos operar como “ferramentas pedagógicas centrais” na formação do sentimento bolsonarista, conservador, direitista, liberal.

Embora a live tenha espaço fixo e função consolidado dentro do canal do presidente, podemos identificar, no Quadro 2, a seguir, as seguintes especificidades:

Quadro 2 – Especificidades das Lives observadas

ESPECIFICIDADES		
Live 18.06.2020	Live 25.06.2020	Live 29.07.2021
<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho + libras; 2. Menor tempo; 3. Sem brincadeiras; 4. Abatido. 5. Sem pergunta. 6. Protagonismo do presidente. 7. Roupas simples, 8. Informalidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhada de Paulo Guedes + libras; 2. Entrevista; 3. O “terceiro” fala alto, embora não apareça; 4. Descontraído – faz piada, “conta caso”; 5. Protagonismo do Paulo Guedes. 6. Informalidade 7. Perguntas direcionadas e só de jornalistas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhada do analista – libras; 2. Roupas formais - terno e gravata; 3. Estrutura de estúdio; 4. Sérioo 5. Dispensa perguntas.

Fonte: Autoria Própria

Sendo a Análise de Discurso Crítico (ADC), método de estudo da linguagem em uso, “situando-a em um contexto específico, bem como dos resultados dessas ações e dos discursos que sustentam e moldam as práticas” nos atentamos ao texto oral produzido pelo presidente em todas as três transmissões e suficientes a “estabilizar distorções sociais”. (BATISTA JR., SATO, MELO, 2018, p.9)

Para tanto, é preciso posicionar pessoas, seus papéis, seu nível de poder e descrever a dinâmica social, entrevendo nas marcas dos textos as estruturas sociais que moldam as diferenças resultantes da riqueza e da pobreza, por exemplo. (BATISTA JR., SATO, MELO, 2018, p.9)

O foco atento ao discurso repetido decorre da capacidade que os textos, como elemento de fatos sociais, de mudar pessoas, relações sociais e o mundo material. É na capacidade de sustentar relações de dominação que os discursos presidenciais são marcadamente ideológicos. Os pontos críticos analisados direcionam o caráter hegemônicos de tais discursos visto que naturalizam posições de dominação em que algumas pessoas são discursivamente posicionadas em detrimento de outras. (VIEIRA, MACEDO, 2018, p.58)

4.2.1 Lives (Transmissões “ao vivo”)

Live em inglês significa “vivo” e no português também pode ser entendido como “ao vivo” para transmissões realizadas em tempo real por veículos de mídia como rádio e televisão. Já *stream* é utilizado para designar, em áreas tecnológicas, o tráfego de dados de um servidor a outros, via internet, em um fluxo constante. Em tradução livre pode ser entendida como fluxo, correnteza, corrente, algo que traga ideia de continuidade. Portanto, *livestreams* é uma transmissão ao vivo, em tempo real, pela internet.

Durante a pandemia de COVID-19, durante a quarentena, houve um aumento considerável do uso dessa modelo midiático em razão do isolamento social e da constante disponibilidade e interação das pessoas a partir da internet. A obrigatoriedade de isolamento promoveu a necessidade de informatização de diversas atividades. A vida cotidiana foi impactada, conforme explica Alves (2019, p. 133) “ocorreu o processo de digitalização de uma parte expressiva das atividades de serviços de pesquisa, informação, comunicação, conhecimento, lazer, entretenimento, arte e cultura”.

O processo de aceleração do consumo de conteúdos ao vivo ocorreu também pelo fato do mercado ter percebido que esses conteúdos geram grande engajamento e interatividade dos telespectadores, constituindo assim uma excelente forma de marketing (ORMUNDO, J.; GRANZOTTO; G., PAULA, D., 2020, p.3). Enquanto na televisão e no rádio a interatividade com o apresentador necessariamente passa pela filtragem de terceiros, de acordo com os interesses dos mediadores (proprietários, patrocinadores, diretores, redatores e etc.), nas transmissões pela internet basta um comentário no chat aberto para que todos naquele ambiente (virtual) recebam a opinião.

Se entendemos que a mídia de massa é, por definição, uma forma de mídia que consegue atingir uma grande parcela da população e também tem um alto poder de influência na sociedade, especificamente na sociedade de consumo, algumas estatísticas da indústria de livestreams revelam que, se ainda não puder se enquadrar como mídia de massa, está cada dia mais próximo disso. As lives têm diferenças fundamentais para a televisão, rádio e outras formas de mídias de massa tradicionais: não possuem um dono e o modo de interação é diferente. Assim, muitos canais de TV, no mundo inteiro, são fundados ou comprados e mantêm-se na mesma família a gerações. É inevitável, nesses casos, que as visões do proprietário afetem o modo em que a informação é passada para a população. (ORMUNDO, J.; GRANZOTTO; G., PAULA, D., 2020, p.32)

Se entendemos que a mídia de massa é, por definição, uma forma de mídia que consegue atingir grande parcela da população com alto poder de influência na sociedade, especificamente na sociedade de consumo, algumas estatísticas da indústria de livestreams revelam que, se ainda não puder se enquadrar como mídia de massa, está cada dia mais próximo disso. A transmissões ao vivo online – lives diferem da TV por aparentemente não possuírem intermediadores entre o falante e público e pela interatividade mais rápida e direta. Entendemos aparente, porque, como explica os estudos de Cesarino (2019, p. 535) as mídias digitais promovem um “tipo de mediação que produz o efeito paradoxal de ausência de mediação (no caso, entre líder e povo). A antropóloga e professora do Departamento de Antropologia da UFSC, baseada em pesquisa realizada em grupos de *WhatsApp* bolsonaristas e em diálogo com a literatura clássica sobre populismo, cibernética expõe:

Na pesquisa online que venho realizando, esse efeito é claro na expectativa, comum entre apoiadores do atual presidente, de que seja possível acessá-lo diretamente: com sorte, uma mensagem sua no WhatsApp ou Twitter pode viralizar a ponto de chegar no smartphone do próprio Jair. “Compartilhe até chegar no presidente” (ou em algum de seus filhos, ministros ou políticos do seu partido) é um gatilho comum nas redes bolsonaristas. O presidente toma o cuidado de alimentar regularmente essa expectativa, por exemplo, ao tuitar que tal ou qual medida (por exemplo, a redução do imposto de importação de videogames) foi tomada após ouvir pessoalmente pedidos de eleitores feitos em suas redes sociais. (CESARINO, 2019, p.535)

Nas transmissões realizadas por Jair Bolsonaro embora os comentários estejam abertos, o presidente não consegue vê-los ou lê-los. Primeiro em razão do volume da rapidez com que passam pela tela principal, segundo, porque o chat é mediado por uma pessoa não identificada que filtra quais perguntas são relevantes para o discurso presidencial. Chama atenção que em uma das lives analisadas, realizada no dia 25/06/2020, com a presença do ministro da economia Paulo Guedes, o presidente opta por responder perguntas de conhecidos e jornalistas da Jovem Pan (que estavam comentando a live, também ao vivo) ao invés do público online.

Em 2014, Jair Bolsonaro foi convidado pelo canal de televisão Rede Tv para responder questionamentos e defender seus posicionamentos sobre a redução da maioria penal. Havia também outros deputados e a entrevista acabou terminando numa série de ofensas entre Bolsonaro e Maria do Rosário.

Posteriormente o presidente usou o plenário da câmara para ‘se defender’ das acusações feita pela deputada no espaço cedido pela rede de televisão.

No dia 11, Rede TV me convidou para uma entrevista no Salão Verde, porque eu sou um dos que têm proposta para redução da maioria penal, e a Rede TV, então, queria ouvir meus argumentos. Por isso eu me fiz presente. Havia muita gente ao meu lado, e eu comecei a dar os argumentos por que eu era favorável à redução da maioria penal.

Ao terminar a entrevista, a Deputada Maria do Rosário, que eu não sabia que estava presente - ela também iria dar uma entrevista para a Rede TV -, interrompeu-me e começou a me ofender, gratuitamente. **O que eu estou falando aqui está no Youtube, não estou me defendendo, está no Youtube.** Num dado momento, ela resolve, depois de várias ofensas, chamar-me de estuproador, do nada. Olhei para a cara dela, e ela repetiu: “Estuproador”. Daí eu perguntei a ela: Eu, estuproador? Ela falou: “Sim, você é estuproador”. Foi quando, então, veio o ato reflexo. O que eu podia fazer? **Eu me defendi**, Sr. Presidente. Eu disse a ela, num ato reflexo: não sou estuproador, mas, se fosse, não iria estuprar você, porque você não merece. Ela estava ali, Sr. Presidente, para defender o menor Champinha, que havia praticado estupro, junto com o seu bando, de forma continuada, contra Liana Friedenbach. Eu pergunto: Quem é que está defendendo o estupro? Quem é que protege o estuproador? Eu ou ela? A posição dessa senhora, que depois veio a ser Ministra de Direitos Humanos, é razoável? Ela merecia essa posição dada a sua conhecida defesa de marginais, desde antes de ocupar a Secretaria Nacional de Direitos Humanos?

E mais ainda, Sr. Presidente, para concluir, a Deputada Iriny Lopes foi a que mais me atacou, a que mais me atacou! Eu tenho um Projeto de Lei, de nº 5.398, de 2013, que agrava a punição para o estupro de vulneráveis e para o estupro comum. E há 5 meses ela não dá o parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Eu pergunto: quem é que defende os estupradores? Eu ou a dupla Maria do Rosário e Iriny Lopes?

Essa é uma parte da verdade, Sr. Presidente, e aos poucos a gente vai aqui mostrando quem é Jair Bolsonaro e quem é o PT que quer cassar meu mandato. (Bolsonaro, 2014) (grifo nosso)

Em 2014 o YouTube já era um repositório para o presidente hospedar informações. De participação em programas de televisão a discursos diversos, a plataforma já era um possível lugar de busca de informações do presidente sem filtro. O que percebemos então é que o cenário pandêmico facilitou e acelerou a espetacularização das lives e o posicionamento de determinados sujeitos de acordo com interesses políticos e sociais. É o que se observa no uso das livestreams pelo presidente Jair Bolsonaro para criar narrativas que atendam a seus posicionamentos políticos ou mesmo reforçar ideias já estabelecidas a partir de sua trajetória midiática.

Como figura política assídua na internet Bolsonaro já tinha por costume realizar transmissões como forma de comunicar diretamente com seus eleitores e admiradores. Mesmo antes se eleito presidente seu canal no YouTube era ferramenta constantemente utilizada para discurso e propagandas políticas (de cunho eleitoreiro explícito ou não).

É importante observar então que, dentro da comunicação política na internet Bolsonaro se apropriou de todos os mecanismos aptos a alcançar os mais diversos públicos online. Sua presença nas redes favoreceu e permitiu a construção da imagem de político disponível e acessível, independente do lugar institucional que ocupava. Nesse sentido Ormundo, Grazotto e Paula (2020, p. 32) apontam como a linguagem das lives são uma forma de construção social em que “é possível comunicar, organizar e estruturar ideias e pontos de vista de modo significativo”.

Dessa forma, o uso multimodal das várias formas de linguagens e seus processos de interação social que se configuram nesse modelo são uma forma de representação social dos sujeitos dentro do campo midiático das lives e dos seus lugares de fala, ou seja, os lugares institucionais que são representados. (ORMUNDO, J.; GRANZOTTO; G., PAULA, D., 2020, p.32)

Alves (2019 p. 149) expõe que nas duas últimas décadas houve um aumento significativo do uso da internet e no Brasil esse crescimento deu-se exponencialmente entre as camadas mais pobres (que recebem até dois salários mínimos) com origem em dois fatores: “i. expansão das políticas públicas de banda larga e universalização relativa do Wifi; ii. aumento do interesse pelas redes sociais digitais, notadamente Facebook, WhatsApp e YouTube.”. Segundo o mesmo autor, a partir de pesquisa realizada pelo

IBGE em 2015 que 88% dos usuários de smartphones utilizaram a Internet para acessar as redes sociais digitais (Facebook, Instagram, WhatsApp, Skype etc.); 53% utilizaram os smartphones para consumir vídeos, programas, séries e filmes em serviços on-line como Netflix e YouTube; e outros 47% utilizaram o smartphone para ouvir música nos serviços on-line como Spotify, Apple Music, Deezer e YouTube (IBGE/Pnad/Tics, 2017).

O site oficial indicado pelo YouTube do presidente Jair Bolsonaro indica a capilaridade e o alcance desse ator político nas mídias digitais. Ao acessar o domínio bolsonaro.tv é possível encontrar links clicáveis para 8 redes sociais e 2 aplicativos, conforme é possível observar nas Figuras 8, 9 e 10 a seguir.

Figura 8 – Print das 4 primeiras mídias digitais disponíveis no site do Bolsonaro



Fonte: Site bolsonaro.tv. Acesso em 27/06/2023

Figura 9 – Print de mais 4 mídias digitais disponíveis no site do Bolsonaro



Fonte: Site bolsonaro.tv. Acesso em 27/06/2023

Figura 10 – Print das últimas 4 mídias digitais disponíveis no site do Bolsonaro



Fonte: Site bolsonaro.tv. Acesso em 27/06/2023

Rachel Recuero (2009, p.120) comenta que uma das características percebidas nas conversas mediadas por computador e a facilidade de se espalhar, espalhamento. Para pesquisadora “conversações mediadas pelo computador tendem a espalhar-se por diversas ferramentas e sistemas, em um processo de migração conversacional também relacionado com a persistência das conversações assíncronas.”. Podemos identificar tal característica nas transmissões realizadas por Bolsonaro, já que transmitidas simultaneamente nos canais “Jovem Pan” e “Programa Pingo no I”, além de outras redes oficiais como Facebook e Instagram.

Desse modo, dada a ampla penetração do discurso político a partir da internet podemos considerar que as *livestreams* inauguram uma nova dinâmica na comunicação política por serem espaço para publicação de conteúdo com funções de educação, informação, campanha (não oficial) e entretenimento. Há, portanto, uma reconfiguração das práticas comunicativas institucionais e o impacto dessa comunicação no dia a dia da coletividade é de extrema relevância as ciências sócias.

4.2.2 Lives como gênero do discurso

Sendo espaço de produção de discurso com amplo impacto social, entendemos que no momento da análises as lives se apresentam como um gênero do discurso específico. Os estudos dos gêneros discurso remontam Platão e Aristóteles, mas modernamente encontrou o espaço necessário na linguística. No Brasil, várias correntes

dão tratamento aos gêneros textuais, mas segundo professor Dr. Luiz Antônio Marcuschi (2008, p.152) as principais são de linha bakhtiniana.

Os estudos de Mikhail Bakhtin (1953) são mais abrangentes e por isso foram apropriados por diversas correntes. Para pesquisa que origina essa dissertação as considerações bakhtinianas são relevantes para compreensão teórica da análise do discurso, “para qual o discurso é uma prática social e o gênero é uma maneira socialmente ratificada de usar a linguagem com um tipo particular de atividade social” (Marcuschi, 2008, p.153).

Com a força dos estudos de gêneros, em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin (1953) propõe que “todos os nossos enunciados se baseiam em formas-padrão e relativamente estáveis de estruturação de um todo. Nesse sentido, também se alinha Michel Foucault (2014) apresentar que todo discurso sofre rarefações exteriores, interiores e de condições de possibilidade que limitam a espontaneidade discursiva. Todo discurso tem uma ordem já enunciada, com regras, rigores, leis, rituais que dificultam e condicionam o processo enunciativo.

São as tais formas-padrão que constituem os gêneros, as “sequências relativamente estáveis de enunciados”, marcadas sócio historicamente, visto que estão diretamente relacionadas às diferentes situações da vida social. É cada uma dessas situações, portanto, que determina a existência de um ou mais gêneros, com características temáticas, composicionais e estilísticas próprias. (KOCHI, 2015, p.153)

Para Bakhtin (2011, p.262) os gêneros do discurso são enunciados com relativa estabilidade. Esses enunciados têm conteúdo, estilo e composição própria e são construídos em relação ao outro, ao auditório. Ou seja, os enunciados são projetados de acordo com o contexto em que serão anunciados. Por serem múltiplas as formas de atividade humana, múltiplos seriam os gêneros. E quanto mais as relações se diversificam, mais os gêneros crescem e complexificam.

Pode parecer que a heterogeneidade dos gêneros do discursivos é tão grande que não há e nem pode haver um plano único para seu estudo: porque, nesse caso, em um plano de estudo aparecem fenômenos sumamente heterogêneos como as réplicas monovocais do cotidiano e o romance de muitos volumes, a ordem militar padronizada e até obrigatória por sua entonação e uma obra lírica profundamente individual, etc. (BAKHTIN, 2019, p.12)

Os gêneros do discurso podem ser divididos em gêneros primários e secundários. Os primeiros seriam também chamados de gêneros simples e o segundo, complexos. Por gêneros complexos, segundo Bakhtin (2019, p.15) surgem em uma perspectiva cultural muito organizada e comumente apresentam-se escritos – artigos científicos, romances, memorandos internos, sentenças jurídicas e etc. Já os gêneros primários ou simples “se

formam nas condições da comunicação discursiva imediata”, ou seja, nascem no dia a dia, no convívio social.

A compreensão do enunciado depende do momento social e do local que acontece. A palavra (escrita ou oral) sem contexto não carrega significado algum. Embora os enunciados se apresentem em gêneros, a forma como os gêneros se estabelecem não é o mais relevante para constituí-lo, mas sim o conteúdo. O gênero deve ser caracterizado de acordo com sua função, observando seu interesse social e o momento histórico que acontece.

Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da linguagem sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos. (BAKHTIN, 2019, p.20)

Ou seja, cada período histórico entrega gêneros discursivos de acordo com a organização social e as atividades humanas desenvolvidas naquele tempo, como é o caso das lives analisadas para essa dissertação. A escolha do gênero “certo” para situações determinadas pode dar ao interlocutor o domínio sobre a situação comunicativa.

A intensificação das transmissões ao vivo durante a pandemia indica a compreensão da relevância do uso dessa mídia pela equipe presidencial. Bakhtin (2019, p. 38) explica que “a vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de certo gênero de discurso”. De acordo com o linguista muitas variáveis podem determinar a escolha do gênero, seja eles mais descontraídos ou sérios.

Desse modo, não podemos deixar de observar que a dominância do campo comunicativo online e a forte presença nas redes sociais pelo presidente Bolsonaro foram decisivas para escolha do meio de comunicação, isso porque “quanto mais dominamos um gênero, maior é a desenvoltura com que os empregamos e mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade, refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação – em suma, tanto mais plena e a forma com que realizamos o nosso projeto de discurso.” (BAKHTIN, 2019, p.41)

Marcuschi (2008, p.150) aponta que os estudos sobre gêneros textuais⁹de vem questionar “Porque membros de comunidades discursivas específicas usam a linguagem da maneira como o fazem?”. Segundo o próprio autor a resposta para essa indagação envolve questões “mais do que apenas socioculturais e cognitivas” e cita Bathia (1997,

⁹ Marcuschi usa a expressão “gênero textual” ao invés de “gêneros discursivo”. Para essa dissertação usaremos ambos, sem prejuízo de sentido. Todavia, interesse informar ao leitor que a discussão pode ser ampliada com a adoção do primeiro termo.

p.629) acrescentando que “há aí ações de ordem comunicativa com estratégias convencionais para atingir determinados objetivos, pois cada gênero textual tem um propósito bastante claro que o determina e que lhe dá uma esfera de circulação”.

Nesse momento é importante retomar Bakhtin (2019, p.34) ao explicar que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência”. É através do uso da palavra que os signos são posicionados socialmente, sendo, portanto, “o modo mais puro e sensível de relação social”.

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 2019, p.96) (grifo do autor)

Estando a palavra sempre “carregada de conteúdo ou sentido ideológico” é imperativo perceber a *lives* como potencial instrumento de controle social. Já que “gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizada que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder. Pode-se, pois, dizer que os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia-a-dia”, assim os gêneros discursivos por seu caráter sócio-histórico são indispensáveis para a interlocução humana (MARCUSCHI, 2008, p.161)

A *lives* não possuem um padrão rígido, mas preenchem características comuns quando considerados de acordo com tempo em que vem sendo produzidas. Marcadamente informal e oral, esse gênero é dinâmico e se desenvolve predominantemente na internet, em sites como YouTube ou redes sociais como Facebook e Instagram.

Embora sejam consideradas espaços de liberdade e espontaneidade para quem apresenta ou assiste, nas *lives* tal movimento não ocorre ilimitadamente. É preciso observar que há roteirização e escolhas de temas específicos. Ainda que a tematização não seja tão como em programas de TV ou rádio, ainda assim ocorre adequação do discurso as determinações do gênero. Marcuschi (2008, p.189) explica que “eventos com definição temática restringem as digressões e forçam o cumprimento de uma agenda de assuntos. Já eventos sem definição temática permitem maior maleabilidade na evolução da agenda de assuntos.” Ao indicar o tema do dia na descrição ou introdução da publicação – auxílio emergencial, plano SAFRA, eleições, pandemia, o presidente indica ao público que qualquer assunto alheio não será considerado, retirando desse, a expectativa de quaisquer tratativas diversa. Podemos verificar a restrição clara de outros temas no ao vivo de 18/06/2020, data da prisão de Fabricio Queiros, em que após um

breve comentário o presidente afirma “Da minha parte está encerrado o “Caso Queiroz”, seguindo a transmissão.

Por serem socialmente orientados os gêneros textuais são produzidos por cada sociedade de acordo com as particularidades que lhe cabem. Assim, é relevante observar que as transmissões em tempo real no YouTube pelo presidente do Brasil Jair Bolsonaro são realizadas observando as singularidades da prática social brasileira, ora conta-se um caso, ora faz-se uma piada, em outros a cultura e a musicalidade são retomadas. A transmissão do dia 25/06/2020 inicia com a música Ave Maria, tocada pelo então presidente da EMBRATUR, convidado do presidente. É comum em estações de rádio e cidades do interior brasileiro que tal música seja tocada indicado a hora ou o início do noticiário radiofônico estatal da Empresa Brasil de Comunicação “A voz do Brasil”.

Esse gênero de mídia surge como um reflexo da sociedade conectada à computadores, signo da modernidade. É uma resposta ao cotidiano acelerado e pode ser consumido em qualquer tempo e lugar haja visto o constante e facilitado acesso a gadgets¹⁰ conectado à internet.

Desse modo, entendemos que as lives podem ser consideradas um gênero do discurso. Além do característica sócio-histórica imprescindível a sua compreensão, são dinâmicas, orientadas a um fim específico, ligadas a uma comunidade discursiva e a um domínio discursivo, comunicativas, recorrentes e estabilizadas em um formato mais ou menos claro. (MARCUSCHI, 2008, p. 159)

4.3 Lives de maior audiência do presidente Jair Messias Bolsonaro

4.3.1 Live da Semana com o Presidente Jair Bolsonaro – 18/06/2020

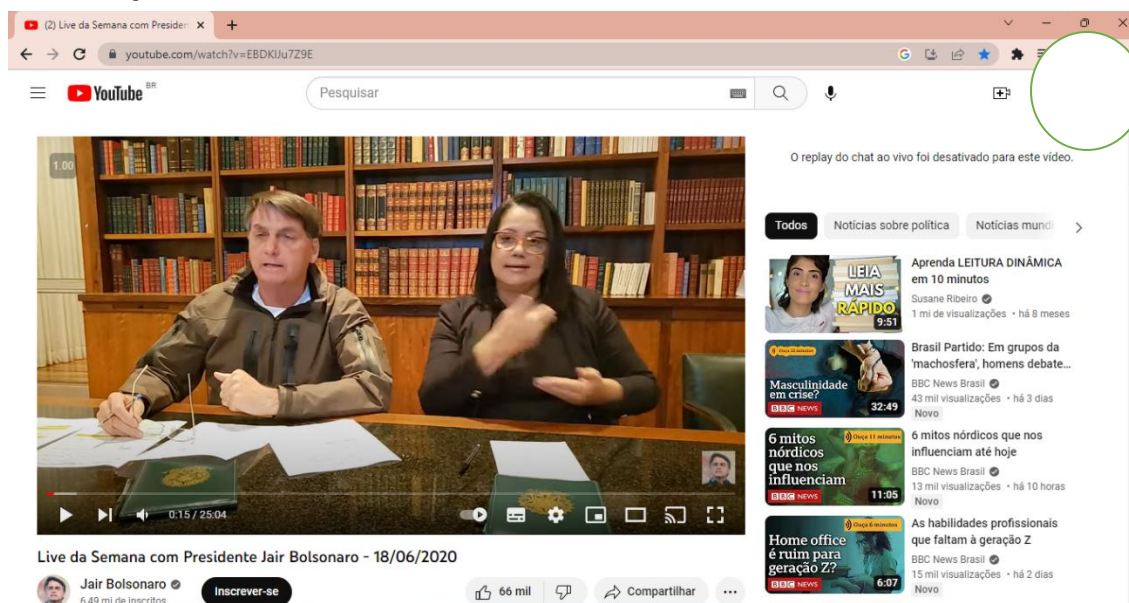
Em 18 de junho de 2020¹¹ o Brasil registrava cerca de 1.200 mortes diárias por COVID-19. Foi o terceiro dia seguido com mortes na casa dos milhares, o que indicava que o Brasil em breve chegaria a um milhão de infectados. Para divulgação dos dados sobre a COVID-19 a imprensa brasileira organizou um consórcio de veículos de comunicação, já que o presidente Jair Bolsonaro e o Ministério da Saúde passaram a represar e distorcer os dados oficiais, alterando inclusive os horários de publicação afim

¹⁰ Designação para aparelhos conectivos portáteis como smartphones, tablets, notebooks e outros.

¹¹ O vídeo citado, além de presente nas referências dentro do Canal de Jair Bolsonaro ainda se encontra no link a seguir, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EBDKIJu7Z9E> acessado em 21/11/2021.

de inviabilizar que fossem noticiados no mesmo dia. Logo a seguir, na Figura 11, é possível observar um print da live deste dia.

Figura 11 – Print da “Live da Semana com Presidente Jair Bolsonaro – 18/06/2020”



Fonte: Canal do Youtube de Jair Bolsonaro

Além da pandemia outras questões eram noticiadas nos jornais, como por exemplo, no Portal do G1¹². A saída do ministro da educação Abraham Weintraub após muitos problemas à frente da pasta, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do inquérito das *fake news* e a já apresentada prisão do ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz.

Entretanto, embora esses temas pudessem ter sido apresentados na live de quinta-feira, dia 18 de junho de 2020 é a transmissão mais curta (25 minutos) dentre as analisadas e é a que o presidente está mais abatido. Por se tratar de transmissão realizada durante o período pandêmico, esse tema não deixou de ser tratado. Todavia, o assunto inicial da transmissão é a prisão de Queiroz e ausência de ligação entre o chefe do executivo e o aliado do filho.

A prisão de Queiroz é tema sensível a família Bolsonaro, visto que os vincula a esquemas de corrupção em um caminho oposto ao de moralidade política defendida durante a ascensão do clã. Abatido, ao iniciar a transmissão Bolsonaro logo desvencilha a imagem da família de qualquer investigação e diz ser perseguido pela mídia.

00:34 – Deixo bem claro, não sou advogado do Queiroz e não estou envolvido nesse processo. Mas o Queiroz não estava

¹² É possível conferir este dia específico e todo detalhamento do que estava sendo discutido amplamente neste dia, no resumo presente no site do Portal G1, disponível em <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2020/06/18/quinta-feira-18-de-junho.ghtml> acessada em 21/11/2022.

foragido e não havia nenhum “mandato” de prisão contra ele e foi feito uma prisão espetaculosa.

01:36 Da minha parte está encerrado o “Caso Queiroz”.

3:17 – Não tem nada de federal. Eu não respondo, pelo que eu sei nenhum filho meu responde qualquer processo na justiça federal ou perante a justiça federal.

Em 2018, em um evento, ao discursar Bolsonaro defendeu que todo condenado deveria cumprir a integralidade da pena e que não concederia nenhum indulto enquanto presidente. Identificamos, portanto, que qualquer assunto relacionado a corrupção o poderia atingir diretamente. Daí a necessidade de blindar a si e a família. Neste Contexto, o mesmo, conforme Portal O antagonista, (EM 2018, BOLSONARO..., 2022) Disse:

Já que indulto é um decreto presidencial, a minha caneta continuará com a mesma quantidade de tinta até o final do mandato. Não é apenas a questão de corrupção, qualquer criminoso tem que cumprir sua pena de maneira integral. É isso inclusive que eu acertei com Sergio Moro, indicado para ser ministro da Justiça. (Bolsonaro, 2018)

Martins e Alves (2022, p.10) identifica no discurso ideológico neoliberal conservador típico de Jair Bolsonaro o espaço de defesa da família. Observam as autoras que “ameaças à família são sanadas pelo líder religioso e conservador”. Assim, defender os filhos de supostas acusações reforça a tríade moral trabalhada desde a campanha – Deus, Família e Pátria.

A ideia de apresentar um Bolsonaro duro com os inimigos e sensível com a família ajudavam a aproximá-lo do eleitor, indignado com os escândalos que assolavam o país e com a “ideologia de gênero”, reenquadramento feito por lideranças políticas e religiosas, das disputas por igualdade de gênero. (MARTINS, ALVES, 2022, p.20)

Entendemos a prisão de Fabricio Queiroz como um dos motivos que justificam o alto número de visualização dessa transmissão. Todavia, o interesse quanto ao pagamento do auxílio emergência também deve ser considerado, visto que até o momento assunto relacionados ao enfrentamento da pandemia pelo governo federal vinham recebendo pouco espaço nas lives. Nesse aspecto, entendemos a tratativa do programa de transferência de renda no discurso como cortina de fumaça para abafar escândalo.

Almeida e Borges (2019, p.2) explicam que “cortina de fumaça” ou cortina de ferro “é, um termo usado para retratar uma forma de pautar debates considerados menores, ou até mesmo falsos, na tentativa de esconder o tópico central. “Ou seja, a “cortina de fumaça” serve como mecanismo para desviar atenção de um tema para outro, fornecendo meios de conduzir ou pautar narrativas.

Nesse contexto, o bolsonarismo constantemente movimentava as redes usando assuntos de ampla adesão popular para direcionar, ampliar ou abafar assuntos que são relevantes ou merecem alguma atenção. A fuga e as acusações enfrentadas pelo aliado da família vinha sendo explorada pela mídia e a oposição a meses, todavia, o presidente opta por não aprofundar no assunto e não se explicar, deixando que o auxílio emergencial seja visto como o tema mais relevante a ser abordado na transmissão.

Não se trata de fixar os assuntos relacionados a pandemia como menos importante, mas sim de observar que, dentro da transmissão, eles ocupavam um espaço menor e voltado majoritariamente a críticas ao isolamento e seus efeitos

Contudo, ao aplicar o conceito da Cortina de Fumaça ao Governo Bolsonaro, não é possível afirmar que ele justifica todos os pronunciamentos nem definir ao certo o que seriam os assuntos “de menor importância” para a lógica do governo. Em um momento de crise, camuflar e retirar o assunto da pauta dos jornais é importante, mas isso não muda o projeto pelo qual o presidente foi eleito. (ALMEIDA; BORGES, 2019, p.9)

O auxílio emergência conseguiu “conter os efeitos da miséria generalizada” e interromper a “contração econômica”, além de auxiliar na popularidade do presidente. (DWECK, 2021, p.241)

Desse modo é possível reforçamos a percepção que a escolha do tema não é aleatória e o discurso não é sempre direto ou rígido em suas intenções, muito pelo contrário, ele é moldado de acordo com o momento histórico que lhe atravessa e os interesses em jogo que interessam preservar ou derrubar.

Bento (2020) cita Marilena Chauí (2008) para explicar que as ideologias são construídas a partir das vivências sociais dos indivíduos. São elaborações abstratas da realidade que decorrem de representações.

Nesse sentido, compreende-se que, ao dizer algo, tanto o sujeito, quanto o sentido já estão determinados pelo cruzamento entre a língua e a história a partir de uma identificação involuntária ou inconsciente com determinada formação ideológica. As palavras, expressões e preposições não possuem sentidos fixos, mas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, ou seja, elas adquirem seu sentido em referência às suas formações ideológicas: “Os indivíduos são “interpelados” em sujeitos de seus discursos pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 2014, 146 apud BENTO, 2020, p.22)

Portanto, nesse momento identificamos como ponto crítico no discurso de 18/06/2020 a defesa que Bolsonaro faz dos filhos, de si e de Queiroz, apresentando-se como vítima de perseguição midiática e opositorista. Percebemos a representação dual de pai preocupado e família vítima e presidente engajado.

A postura destemida todo tempo, eventualmente poderia ser empecilho para constituição de um corpo de defesa. Colocar-se numa posição de vulnerabilidade ante a seus inimigos e aos inimigos da nação permite que seus apoiadores se vejam com a missão de defender o presidente e auxiliá-lo na construção de um país melhor, nem que para isso tenham que enfrentar os inimigos “do lado de lá”. Como aponta Bento (2020, p.23) “a manobra do locutor político não é de sua total responsabilidade, mas está subordinada, em certa medida, a um público que se deixa enganar.”

Nesse sentido é interessante a compreensão de Bourdieu (1989) para designar poder simbólico, em que o discurso é construído condicionado a percepção do ouvinte e de acordo com os interesses do falante. Desse modo, o discurso se encaixa tanto com o que o ouvinte está esperando e foi preparado para receber, que esse não percebe o jogo de poder que está submetido.

Na realidade, o que faz com que esta cultura propriamente política permaneça inacessível à maioria das pessoas é, sem dúvida, menos a complexidade da linguagem em que ela se exprime do que a complexidade das relações sociais que constituem o campo político que nela se exprime: esta criação artificial das lutas de Cúria afigura-se menos inteligível do que desprovida de razão de ser aos que, não participando no jogo, << não veem nele interesse >> e não podem compreender que este ou aquele distinguem entre duas palavras ou entre dois rodeios de frase de um discurso-jogo, de um programa, de uma plataforma, de uma moção ou resolução, dê lugar a tais debates, visto que não aderem ao princípio das oposições que suscitam os debates geradores desses distinguos (Bourdieu, 1989, p. 179, grifos do autor, apud BENTO, 2020. p.23)

No gabinete presidencial Bolsonaro está, como de costume, acompanhado da intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Com papeis à frente e vestindo roupas simples - camisa e jaqueta de frio. Observando a relevância dos assuntos naquele dia a escolha das roupas e a ausência de outras pessoas, além da interprete, também impactam o discurso. João Canavilhas (2009, p.4) explica que “a percepção que os cidadãos têm dos políticos é condicionada por aquilo que lhes é transmitido pelos vários dispositivos de comunicação” e “a imagem projetada é previamente estudada pelas assessorias, com o objetivo de explorar convenientemente as diferentes características de cada dispositivo”. Desse modo, a disposição dos convidados na bancada, as folhas de papel ofício na mesa e a brevidade da transmissão estão formam um conjunto de significados trabalhados coerentemente desde antes das eleições de 2018.

Após circunscrever os temas tratados, apontar que não irá falar sobre mais sobre o “caso Queiroz”, a transmissão segue com os temas - auxílio emergencial, medida provisória do futebol, plano safra (agricultura familiar), assinatura do parecer que criou a paridade das forças de segurança pública com outras categorias. Os assuntos passam a ser

apresentados e o presidente vai numa espécie de conversa comentando ponto a ponto. Alguns assuntos com mais detalhes outros, nem tanto. Mas todos, indistintamente, com vocabulário simples e acessível. O print da apresentação dos temas na descrição do vídeo no Youtube segue na Figura 12.

Figura 12 – Print da Descrição do vídeo da Live 18/06/2020 contendo os temas abordados

Live da Semana com Presidente Jair Bolsonaro - 18/06/2020

Jair Bolsonaro
6,49 mil de inscritos

530.349 visualizações Transmitido ao vivo em 18 de jun. de 2020

Temas:

- Auxílio emergencial alcançando mais de 63 milhões de brasileiros. O BRASIL NÃO PODE PARAR!
- MP DO FUTEBOL: cria a independência dos clubes diante de grandes emissoras de TV. E outros;
- Plano Safra (agricultura familiar);
- Assinado Parecer Vinculante que criou a paridade e integralidade das Forças de Segurança Pública, assim como outras categorias;
- Mais detalhes sobre as ações do Governo do Brasil em nossas redes sociais.

Mostrar menos

Fonte: Canal do Youtube de Jair Bolsonaro

Raymond Williams ao explicar a relação entre transmissão de notícias e a radiodifusão explica que ao apresentar notícia, seja através de um apresentador anônimo ou identificado, “a presença visual de um apresentador familiar afeta toda situação da comunicação.” (2016, p.58)

O autor exemplifica explicando como nas primeiras difusões a rede de televisão BBC organizava a transmissão das notícias posicionando o apresentador para abertamente receber os roteiros no momento da transmissão ou na frente dos grupos de redatores e/ou editores. Tal disposição era usada para indicar ao telespectador a separação entre o apresentador e a notícia, numa pretensa neutralidade entre o fato e os apresentadores/comentaristas.

Essa observação pode nos ajudar a compreender o posicionamento de Jair Bolsonaro nas transmissões via YouTube. Primeiro que a disposição do cenário em muito assemelha a bancada de telejornal e segundo porque todas as pretensas pautas tratadas são apresentadas como notícias de gestão. Além disso, poucas vezes ele se apresenta sozinho e em todas as transmissões analisadas nessa pesquisa vê-se a existência de roteiros para consulta e a participação de terceiros (vozes) auxiliando o presidente.

Desse modo, o formato “bancada” escolhido para as transmissões do gênero revive na audiência as características do jornalismo, sem, contudo, suportar as interferências da grande mídia. Ao optar por pronunciamentos nesse formato Jair Bolsonaro prescinde “a mediação jornalística” adicionando “o contato direto com o eleitorado”. (CANAVILHAS, 2009, p.2).

Logo no início da transmissão o exército é exaltado. A despeito de qualquer possível crítica o presidente apresenta as realizações do período militar como benéficas e essenciais ao desenvolvimento do país. Sendo o presidente coronel da reserva com forte base eleitoral entre os militares há no discurso de Jair Bolsonaro uma retomada do constante do passado, tido como algo melhor que o presente, solapado pelas ideologias comunista esquerdista. Passos (2021, p.217) citando (LOVEMAN, 1999) aponta que as conexões entre os Bolsonaro e os militares “dialogam com o imaginário social latino-americano sobre militares como “guardiões da nação”.

Em 31 de março de 2004, assim o deputado Bolsonaro falou em plenário da Câmara:

Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para reverenciar a memória dos militares que, em 1964, evitaram fosse instalada no País ditadura totalitária de esquerda. Vou me ajoelhar, por alguns segundos, se V.Exa. permite. (*Ajoelha-se o orador.*)

Os brasileiros devem homenagear os militares que, nesta data que deve ser comemorada, evitaram - repito - fosse instalada em nosso País ditadura totalitária de esquerda, cujo resultado seria a implantação de regime semelhante ao de Cuba e, para todos nós, o paredão ou a plantação de cana.

Quero reverenciar a memória dos heróis que morreram em prol da revolução, dos 16 militares que morreram na Guerrilha do Araguaia. Caso não tivessem aniquilado o movimento, hoje teríamos no coração do País grupos semelhantes às FARC que dominam a Colômbia. (BRASIL, 2004)

A retomada do militarismo como exemplo de bom governo é sustentáculo da retórica anticomunista trabalhada pela extrema direita bolsonarista. Cabe aos militares exercerem a guarda dos direitos, atuando como fiscal da moralidade e da legalidade. Assim como em 1964, cabe aos militares “salvar a democracia do radicalismo esquerdista”. (CASSIMIRO, P. LYNCH, C., 2022, p.89).

De maneira resumida podemos explicar o anticomunismo como um discurso que pressupõe que a esquerda, por meio da conquista eleitoral do poder, estaria operando lentamente um solapamento das instituições e doa valores democráticos no país; o projeto ultrapassaria assim a simples busca pelo sucesso eleitoral, mas seria sustentando por sua arte “oculta”, que revelaria uma vinculação internacional entre projetos políticos diversos com finalidade revolucionária. (CASSIMIRO, P. LYNCH, C., 2022, p.93).

A teoria do “comunismo” passou a ser mobilizada para explicar todas as alianças políticas, as decisões econômicas e as agendas sociais da esquerda: aliança com partidos de direita por meio da divisão de cargos no executivo e da corrupção e desvio do recurso público, os acordos com o grande empresariado

nacional e com os bancos, as tentativas - mesmo tímidas - de impor uma agenda vista pela esquerda como progressista no campo dos costumes, a tentativa de regular a imprensa, tudo isso seria explicado pelos esforços de um grande projeto de cooptação da sociedade civil e de aparelhamento do Estado em direção a um projeto político revolucionário. (CASSIMIRO, P. LYNCH, C., 2022, p.94).

Essa associação constante do presidente com o militarismo do passado e no presente, também pode ser observado como forma de justificar o elevado número de militares em posições chave no governo Bolsonaro. Passos (2021, p.219) destaca que os militares bolsonarista “em vez de atuar para consecução dos fins da Política Nacional de Defesa, estão assessorando ministérios e secretarias em uma gama de assuntos que fogem da área de atuação militar, incluindo a infraestrutura, a comunicação e a justiça. “

Quanto a exaltação da ditadura militar por Bolsonaro, Morais (2019) comenta que através do discurso ocorre transformação da história, redefinindo a partir do golpe de 1964.

quem é o “eu/nós vencedor” e o “outro/inimigo perdedor” na situação enunciativa em questão. Tanto naquele acontecimento histórico como na atualidade, o que estaria em jogo seria a manutenção da ordem na sociedade brasileira pelos cidadãos de bem frente aos comunistas, os quais eram/são tidos como uma espécie de infiltrados/escória no Brasil que buscavam/buscam destruir os valores fundamentais do Estado brasileiro, tais como o Deus cristão, a família tradicional, a ideia de nação e a propriedade privada. (MORAIS, 2019, p. 166)

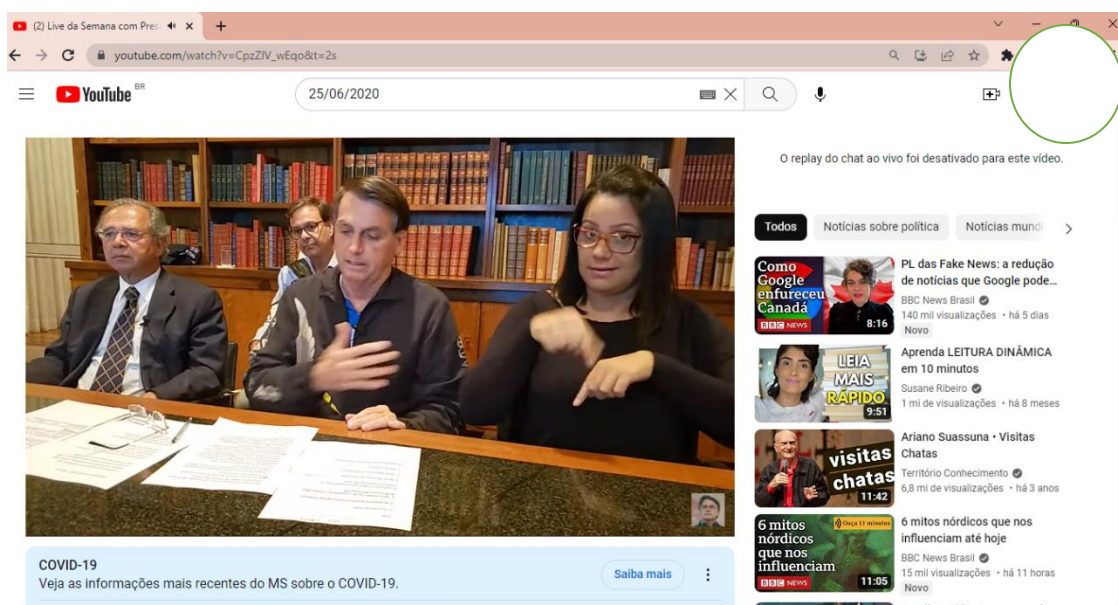
O presidente aponta como melhor para o coletivo a experiência Cristã, mais especificamente judaico-Cristã em que a família, a propriedade privada e ordem devem ser e estar no cerne do Estado. Tanto o passado colonial quanto a ditadura militar possuem espaço garantido dentro da retórica bolsonarista ao ilustrarem o espaço dado a família patriarcal. Como descreve Lynch e Cassimiro (2022, p.77) o bolsonarismo e o discurso adotado por Bolsonaro carregam em si “tudo aquilo que a sociedade brasileira herdou de pior da colonização: o culto da morte e da violência, o autoritarismo, a exploração predatória da natureza, o Anti-intelectualismo, o personalismo, o patrimonialismo, o patriarcalismo etc.” Almeida (2021, p.423) aponta o investimento na religião cristã como parte da investida neoconservadora na lógica populista de organização da direita crista. Assim, a análise concorda com as percepções do autor que indicam que através da movimentação religiosa constante Bolsonaro articula pautas transversais como economia, costumes e cultura atravessando-os ideologicamente a favor de grupos de poder.

4.3.2 Live da Semana com Presidente Jair Bolsonaro - 25/06/2020

No ano seguinte a transmissão realizada dia 25 de junho de 2021, quinta-feira, segue o mesmo formato da anterior, acontecendo no mesmo lugar, o gabinete presidencial. Entretanto nessa oportunidade, além da interprete de LIBRAS Elisângela, acompanham o presidente Bolsonaro o Ministro da Economia Paulo Guedes e Gilson Machado ex-Ministro do Turismo e presidente da EMBRATUR (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo).

Bolsonaro inicia a live cumprimentado a todos e apresentando as autoridades presentes. Como na transmissão anterior, delimita de pronto o assunto - economia, retirando dos espectadores a expectativa quanto ao enfrentamento de outras questões. Além disso, a fixação inicial do tema prepara o ouvinte quanto ao que espera e induz como deve reagir. Lamenta o fato de não haver festejos juninos no Nordeste “por questões de saúde” e pede para Gilson (que está acompanhado do instrumento musical sanfona) tocar um trecho da música cristã Ave Maria. Finda apresentação o sanfoneiro sai da sala e os participantes tornam o ambiente descontraído novamente.

Figura 13 – Print da tela do Vídeo da Live de 25/06/2020



Fonte: Canal do então presidente Jair Bolsonaro no YouTube. Acesso em: 15/05/2023

Mantendo o estilo que lhe é característico segue vestido com roupas simples, informais – casaco esportivo de mangas cumpridas e camisa azul por baixo. Já os convidados participantes do governo estão de terno e gravata, enquanto a interprete usa a roupa habitual, blusa de manga longa preta.

Na mesa estão dispostas várias folhas de papel com tópicos enfrentados durante a transmissão – são riscados após abordados. Observa-se também a famosa caneta da marca BIC, usada pelo presidente como símbolo de simplicidade.

Nesta data o Brasil ainda contava com altos índices de mortalidade relacionados a pandemia de COVID-19 e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada para apuração de corrupção relacionada a gestão da saúde na pandemia. Além disso, o governo bolsonarista acabara de ser condenado ao pagamento de multa por dano coletivo por ofensa aos direitos das mulheres. (GOVERNO BOLSONARO..., 2021)

Como é possível observar na Figura 14, a live tem 56:36 de duração, além disso, a mesma foi transmitida simultaneamente no canal oficial do presidente e nos canais oficiais do programa Os Pingos nos Is¹³ e Jovem Pan News¹⁴, ambos da rede Jovem Pan de rádio.

Figura 14 – Print da descrição e da duração do Vídeo da Live de 25/06/2020

The screenshot shows a YouTube interface for a live stream. The video player at the top shows a duration of 0:08 / 56:39. Below the player, the video title is 'Live da Semana com Presidente Jair Bolsonaro - 25/06/2020'. The channel name is 'Jair Bolsonaro' with 6,49 mil de inscritos. The description includes the following topics:

- COVID-19
- Veja as informações mais recentes do MS sobre o COVID-19.
- Veja mais recursos no Google

The video has 522.042 visualizações and was transmitted live on June 25, 2020. The description lists the following topics:

- ações do governo diante do covid-19;
- Ajuda direta aos Brasileiros, estados e municípios;
- Extensão do auxílio emergencial do Governo Bolsonaro;
- Ações atualizadas da pasta;
- FGTS...
- Acompanhe e saiba de mais detalhest

The video has 66 mil likes and 4,351 comentários. The player controls show a green circle around the duration '0:08 / 56:39'.

Fonte: Canal do então presidente Jair Bolsonaro no YouTube. Acesso em: 15/05/2023

A descrição indica como principais temas a ações do governo contra COVID-19, a ajuda do governo federal aos demais entes federados, extensão do auxílio emergencial do governo Bolsonaro e FGTS. Embora seja uma live com assuntos eminentemente técnicos e explicados a partir das falas do Ministro da Economia Paulo Guedes, Jair Bolsonaro faz interferências pontuais, sempre retomando a atenção a o protagonismo referentes as benfeitorias econômicas.

Paulo Guedes apresenta várias vitórias do governo no enfrentamento a crise econômica, segundo o ministro, decorrentes do isolamento social por causa da pandemia de COVID-19. A participação do ministro da economia é emblemática e reforça o empenho em manter a agenda economia neoliberal.

¹³ O referido canal pode ser encontrado no link a seguir: <https://www.youtube.com/c/ospingosnosis>

¹⁴ O referido canal pode ser encontrado no link a seguir: <https://www.youtube.com/c/jovempannews>

O governo Bolsonaro foi eleito com uma plataforma econômica de inequívoca diretriz neoliberal, descrita de forma telegráfica no programa de governo em formato de apresentações e reforçada pela escolha de Paulo Guedes como possível ministro da fazenda, ao final de 2017. Do ponto de vista da agenda fiscal, Guedes prometia zerar o déficit primário e um ano, com uma combinação de corte de gastos, revisão de desonerações e desestatizações. Além disso, para cumprir o teto de gastos, apostava tanto na reforma da Previdência, inclusive com uma proposta de instituir um regime de capitalização, quanto na desvinculação de despesas e receitas do governo federal, defendendo uma proposta de “orçamento zero”. Grande parte da retórica de Guedes era alinhada ao discurso dominante na mídia, de crescimento descontrolado de gastos, inconveniente produto da Constituição de 1988 que não “caberia no orçamento”. (DWECK, 2021, p.241)

Bolsonaro inicia o mandato dando continuidade as reformas do Temer e disposto a implementar os planos de diminuição do estado com abertura comercial unilateral e reforma tributária. Todavia, no segundo ano de governo o enfrentamento da pandemia de COVID-19 exigiu a reorganização da agenda econômica.

Mesmo falando de assuntos técnicos como taxas de juros e critérios para participação de programas sociais o ministro da economia atribuía as ideias ao presidente Jair Bolsonaro. Reiteradas vezes o presidente é apontado como idealizador de medidas econômicas de socorro emergencial a população e a classe empresária.

Essa centralidade do líder pode ser visualizada como um dos atributos dos movimentos totalitários, de acordo com Hanna Arendt (2013). Para a autora o totalitarismo é uma forma radical do autoritarismo em que há destruição das instituições e rompimento do senso de comunidade, sendo editado um novo estado com novas regras e tradições. No modelo totalitário o terror é a essência, assim como a ilegalidade e a essência da tirania. (ARENDR, 2013).

Assim, é possível entender a centralidade da imagem de Bolsonaro nas transmissões é uma característica do totalitarismo. Por ser “a cara” do movimento ocupa um espaço funcional grande dentro da concretização das ideologias defendidas.

Celso Lafer aponta que uma imagem que poderia ser criada do regime totalitário não seria de uma pirâmide, mas de uma cebola, em que no centro, numa espécie de espaço vazio, localiza-se o líder. Tudo o que faz, faz-se de dentro, não de fora ou de cima, assegurando ainda mais a opacidade do poder. Todas as múltiplas e contraditórias instâncias do Estado e da sociedade totalitária, por sua vez, relacionam-se de tal modo que cada uma delas é fachada numa direção e centro na outra. Quanto mais próximo do centro da cebola, maior é o segredo e o poder. Quanto mais próximo da casca, menor o segredo e o poder (LAFER, 1986 apud BARBOSA MACHADO, MIRANDA, 2020).

A retórica liberal representada pelo ministro da economia e reforçada por Bolsonaro seria a única capaz de fazer o Brasil crescer no cenário internacional. É possível inferir ainda que a presença de Paulo Guedes na transmissão atende a demanda por representação

de parte específica do eleitorado de Jair Bolsonaro, o empresariado, a classe média simpática a promessa de desmonte sistemático do Estado, (CASSIMIRO, P. LYNCH, C., 2022, p.107).

Podemos verificar nos seguintes excertos:

10:16 – Num primeiro momento o pessoal do “fique em casa” quem tinha férias tirou, quem tinha recurso também pode ficar em casa, não sofreu muito num primeiro momento. Demos um socorro por parte do governo para que pequenas e micro empresas para que parte do salário delas fosse pago pelo poder executivo.

22:55 Paulo, fala uma coisa... você deu socorro a estados e municípios em duas oportunidades. Quanto mais ou menos e que forma foi esse socorro pra estados e municípios?

Todavia, a gestão da crise sanitária acontecia com muita dificuldade, longe do sucesso apresentado na transmissão.

Em primeiro lugar, e mais urgente, era necessário garantir os fluxos de renda de forma assegurar o direito ao isolamento social à toda população. O auxílio emergencial aos trabalhadores informais e autônomos e beneficiários do Bolsa Família, que ficaram sem renda de uma hora para outra, demorou a ser definido, e o efetivo pagamento foi ainda mais lento. Em resposta a proposta inicial do governo de um auxílio mensal de 200 reais a um público reduzido, o Congresso aprovou um auxílio de 600 reais a um público mais amplo, por três meses, postergado por mais dois, sendo mais tarde, estendido até dezembro no valor de 300 reais. (DWECK, 2021, p.250)

E importante repisar que a figura de Guedes é relevante na medida que traz o elemento técnicos que os assuntos econômicos demandam, como taxas de juros, percentuais de crescimento, investimento e retorno financeiro. Entretanto, embora ele tenha espaço e liberdade para falar à vontade na transmissão, a centralidade está no presidente.

Seus ministros devem ser suficientemente medíocres e servis, de modo a não se tomarem competidores e cumprirem todas as suas ordens, ainda que atentem contra a legalidade administrativa. CASSIMIRO, P. LYNCH, C., 2022, p.105).

Essa construção imagética é relevante posto que o presidente não tem expertise em atuação econômica, haja vista toda sua vida política está atrelada e as alas militares e de segurança pública, sendo as pautas de costumes suas principais opções.

Durante a transmissão é possível perceber que em muitos momentos o presidente se tornando o alívio cômico que o programa precisa. São assuntos densos, mas as intervenções do chefe do executivo são simples, pontuais, coloquiais, o que de certa forma o apontam como alguém comum, mas entendedor o bastante ao ponto de fazer grandes mudanças nesse cenário.

A figura cultuada do líder faz refletir sobre as ações presidenciais na estrutura de cebola, na qual quem está próximo do centro possui mais poder e mais segredos do que os que estão próximos da casca. Neste núcleo não está apenas Bolsonaro, mas também sua família, mais precisamente seus filhos – também políticos. Esta estrutura elaborada por Bolsonaro contribui para que domine quem está mais próximo a ele, mas não necessariamente quem tem o cargo. Isso também decorre da negação de legitimidade dos seus oponentes, pois serve para reafirmar a sua exclusividade de deter o poder, generalizando a grande maioria da população como adepta às suas ideologias particulares. (BARBOSA MACHADO, MIRANDA, 2020, p.10)

O ministro da economia é questionado constantemente pelo presidente. A live em alguns momentos aparenta um bate papo ou reunião entre de prestação de contas. Cabe ao ministro explicar as decisões da pasta, ainda que, como apontamos, esse deixe sempre explícito que elas são determinações presidenciais. A questão não está em fazer parecer irrelevante o ministro, mas sim demonstrar que o presidente é o responsável pela tomada de decisão, por mais técnico que a área seja.

Apesar de durante a transmissão só aparecerem o presidente, o ministro da Fazenda e a intérprete de LIBRAS, desde o início da live é possível perceber e ouvir a presença de outras pessoas na sala. Dentre os presentes há um colaborador mais ativo que responde algumas perguntas de Bolsonaro embora permaneça.

30:54 – O Pedro, quanto é que tá o cheque especial da Caixa? 3 %? Quando nós assumimos os juros do cheque especial estava em 14% ao mês. 14% ao mês? Agora tá 3% ao mês.

Verificamos que ser ponto comum a todas as lives a presença de outras pessoas no espaço. É comum ainda que esses colaborem com presidente auxiliando-o no decorrer das transmissões. Os participantes sem rosto fazem interjeições, auxiliam o presidente quando necessário ou mesmo riem de alguma piada ou comentário. É interessante observar que a rede de apoio anônima é característica do governo Bolsonaro desde antes da assunção da presidência.

Existe um grupo de pessoas não identificáveis que o apoiam, financiam, favorecem sua inserção de determinados meios e replicam formando uma rede de apoio e blindam o presidente de momentos indesejáveis. Aqui retomamos Cesarino (2019, p. 536) citando Laclau (2005) e Mouffe (2000) ao verificar no modelo populista do bolsonarismo a reinscrição “da política no plano dos afetos” considerando debates entre multidões e psicologia de massas em que controle e liberdade, espontaneidade e manipulação não são necessariamente percebidos pelos atores envolvidos digitalmente (pelo populismo).

Nenhum dos apoiadores de Bolsonaro com quem conversei online aceita a acusação de manipulação ou ingenuidade, ainda que, para quem olha a partir de fora dessa bolha digital, pareça clara a subordinação dos posicionamentos individuais a padrões discursivos simples e repetitivos – **é a fonte,**

notadamente, do apelido “gado do Bolsonaro”, difundido depois das eleições. É possível que a perspectiva cibemética seja especialmente promissora neste ponto, pois opera com noções de “comando e controle” que são transversais aos divisores autonomia-manipulação, indivíduo-sociedade e humano-não-humano (Cesarino, no prelo a). (CESARINO, 2019, p.536) (Grifo próprio)

Identificamos, portanto, que a rede que guarnece Jair Bolsonaro no campo digital pode ser corporificada na figura desse auxiliar que não aparece em frente às câmeras, mas é extremamente relevante para o regular desenvolvimento da transmissão.

4.3.3 Live da Semana – Presidente Jair Bolsonaro | 29/07/2021

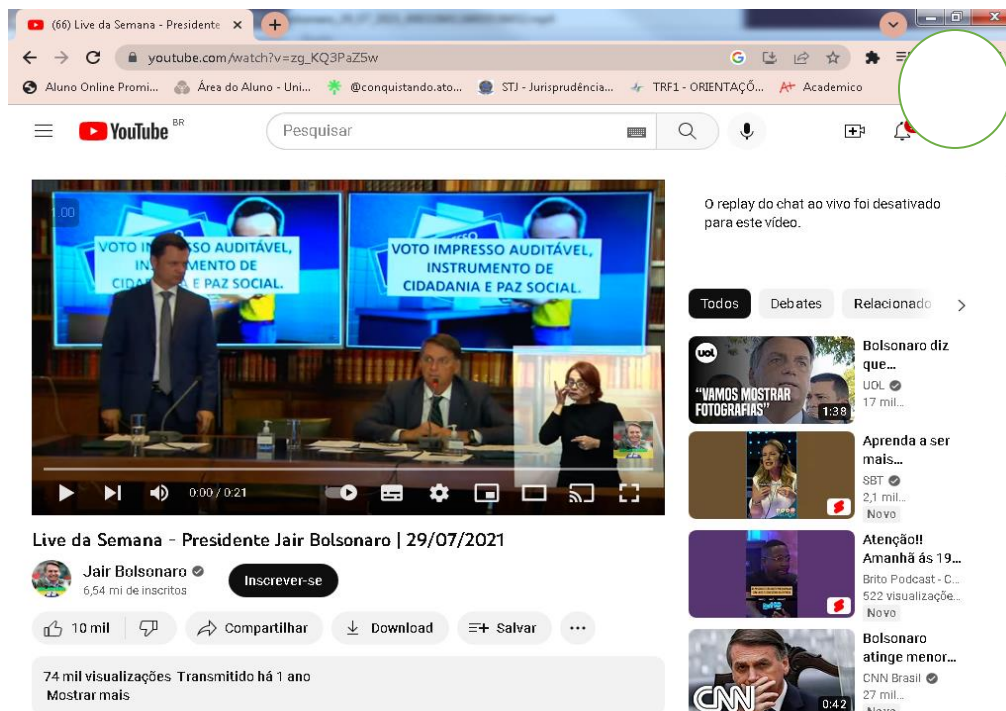
Em 29 de julho de 2021 o noticiário nacional destacou as medalhas alcançadas pelos atletas brasileiros nas Olimpíadas de Tóquio. Outro assunto de relevância foi o incêndio no galpão da Cinemateca Brasileira em São Paulo, local em que se armazenava grande acervo cinematográfico incluindo documentos, curtas e longas-metragens históricos.

Relacionada diretamente ao governo de Jair Bolsonaro a mídia divulgou declarações do ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello à Polícia Federal. Nelas o ministro afirmava que informou verbalmente a Bolsonaro sobre possíveis irregularidades na aquisição da vacina covaxin. Nessa época o presidente era investigado no STF (Superior Tribunal Federal) por prevaricação na aquisição de imunizantes.

A despeito de todas as questões trazidas no noticiário a live realizada naquela quinta-feira de julho de 2021 prometia causar grade alvoroço na população pondo em questionamento o sistema eleitoral e as eleições de 2018 e 2022

Denominada “Live Bomba”, essa transmissão foi retirada do ar pelo YouTube por violar as diretrizes da plataforma YouTube, veiculando notícias falsas sobre o processo eleitoral. O conteúdo original de quase duas horas, foi substituído por um corte de 22 segundos, sem áudio. Entretanto, é possível encontrá-lo em canais que realizam a transmissão simultânea ao canal do presidente, como Jovem Pan. (YOUTUBE TIRA..., 2022)

Figura 15 – Print de corte de 0:21 da Live da Semana dia 29/07/2021



Fonte: Canal de Jair Bolsonaro

O assunto principal da transmissão foi a possível fraude das eleições de 2022 e a necessidade de implementação do voto impresso e auditável. É uma transmissão monotemática em que o presidente se limita a apresentar elementos que embasem a teoria de suposta fraude no sistema eleitoral.

A live é aberta no site do YouTube, contudo a transmissão inicia com 44:15 de atraso. Com os primeiros minutos de áudio fechado, as palavras iniciais do presidente não são ouvidas pelo telespectador. Após o restabelecimento do áudio, o primeiro tema é um breve comentário sobre o uso da hidroxicloroquina e da ivermectina para o tratamento dos sintomas da COVID-19. Encerrado o comentário, Bolsonaro logo adverte que esse não é o tema da live e que não retomará ao assunto (pandemia). Como nas transmissões anteriores, mais uma vez o conteúdo é fixado no início da transmissão, estabelecendo um pacto entre interlocutor e ouvinte.

Diferente das outras transmissões de grande visualização, nessa o presidente está de terno e gravata. Há um ambiente formal estabelecido e o microfone da transmissão não é mais o de lapela, mas sim um de mesa. Como de costume o chefe do executivo estava acompanhado, entretanto, dessa vez a interprete de libras não estava sentada a mesa, mas sim em um outro ambiente. Sua miniatura aparece no canto direito da tela.

Há uma tentativa de simular o espaço de um estúdio na sala de reuniões onde comumente as transmissões foram realizadas, no lugar em que se viam livros na estante

foram colados telões com a imagem de uma personagem masculina e os dizeres em letras maiúsculas “VOTO IMPRESSO E AUDITÁVEL, INSTRUMENTO DE CIDADANIA E PAZ SOCIAL.”

Bolsonaro checa o roteiro habitual e de fato inicia a live apresentando Eduardo, identificado como analista de inteligência responsável por apresentar os supostos indícios de fraude. Posteriormente constatou-se ser Eduardo Gomes, assessor especial da Casa Civil e coronel da reserva.

De modo muito assertivo e firme o presidente da República faz diversas críticas TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ao mesmo tempo se coloca como único defensor da democracia. Insinua que o órgão tem interesse em distorcer o processo eleitoral e privilegia alguns partidos em detrimento de outros e assim a transmissão prossegue.

53:15 – Será que existe um sistema querendo por meios outros não democráticos fazer voltar ao poder aqueles que mergulharam o país na corrupção e na impunidade. Não queremos desafiar ou brigar com nenhum poder, muito pelo contrário, queremos paz, tranquilidade.

54:27 – Cadê a contagem pública dos votos? Eu quero eleições ano que vem. Vamos realizar ano que vem. Mas eleições limpas, democráticas, sinceras.

01:15:22 – O que que quero é democracia. Tantos me acusam de ditador. Tantos me acusam de ser violento. Eu estou demonstrando desde quando assumi, que em nenhum momento, como aquele outro que quer chegar ao poder falou, o controle social da mídia. Não tem uma ação minha contra a mídia. Muito pelo contrário, tem ações da mídia contra mim.

02:38:20 – Democracia acima de tudo. Liberdade acima de todos.

É importante constar que o estranhamento entre Jair Bolsonaro e o STF precede a crise sanitária. Durante o segundo turno das eleições presidências de 2018, Eduardo Bolsonaro insinuou que para o fechamento da Corte “bastaria um cabo e um soldado”. Sendo eleito, os ânimos continuaram acirrados. Sem o presidencialismo de coalizão a governabilidade foi limitada e números de ações contra Bolsonaro dispararam.

O STF não revidou prontamente e a explicação para atuação moderada estava na conjuntura política, visto que já havia enfrentado investidas contrárias do Congresso incentivadas por aliados bolsonaristas. Somente com a pandemia de COVID-19 o Supremo “tornou-se um dos principais pontos de contenção do governo Bolsonaro.” (MARONA, MAGALHÃES, 2021, p.123). Dado o start, inúmeras derrotas começaram a ser impostas ao presidente e aliados e

E em abril o Supremo reafirmou a autonomia dos governadores de estado e dos prefeitos para determinar medidas restritivas e definir os serviços essenciais, o que, na prática, esvaziou os poderes do governo para forçar um retorno das atividades econômicas. (MARONA, MAGALHÃES, 2021, p.124)

No contínuo, diversas denúncias e inquéritos criminais foram aceitas contra o presidente e seus familiares, que culminando numa verdadeira crise institucional. Todavia,

O ex-capitão e seus aliados, porém, não contavam com o apoio do Legislativo e da opinião pública para efetivamente avançar contra o Supremo. Restaram os mecanismos informais de retaliação: ações e pressões, diretas e sutis, com diversos níveis de severidade, mas, sobretudo sem amparo das disposições legais. Daí que passamos observar uma série de manifestações – desde abril de 2020 – favorável a intervenção no STF. (MARONA, MAGALHÃES, 2021, p.124)

Verificamos nessa transmissão que os ataques ao STF indicam o retorno dos militares ao poder como solução a crise de valores que dominou a política e o judiciário.

No entanto, a defesa da democracia e a relativização da ditadura podem coexistir. Essa coexistência é expressa nas falas sobre a ditadura, mas também aparece dispersa em debates sobre valores, sobre o Estado no Brasil e sobre o autoritarismo, em especial quando ali são legitimadas soluções pelo uso da força, do punitivismo e da violência para os problemas detectados. (AVRITZER2022, p.135)

Essa transmissão é marcada pelo uso de palavras como democracia, liberdade, voto, direito, eleições. Ferraz e Clair (2022, p.1) apontam que a produção de duplos de palavras atreladas tradicionalmente ao léxico democrático ‘é uma importante tática bolsonarista’. Segundo os autores, com esse uso ocorre o esvaziamento do sentido original das palavras, sendo essas ressignificadas com sentidos diferentes dos conhecidos. Assim há “uma deliberada produção de instabilidade e de insegurança, necessária à manipulação dos afetos tristes como vetor de uma biopolítica da população.’

A incitação contra o uso de urnas eletrônicas acirrou-se durante a o mandato do presidente, todavia, esses temas, assim como os demais, fazem parte das pautas trabalhadas por Bolsonaro em toda vida política.

Nós estamos na reta final de elaboração e votação do relatório da reforma política, e há uma grande preocupação de que todo o nosso trabalho não dê em nada, tendo em vista os vários interesses partidários e individuais envolvidos.

Assim sendo, eu acredito, Sr. Presidente, nobres pares, que a aprovação da Emenda nº 10 a essa PEC, por coincidência emenda de minha autoria, possa resgatar o que há de mais importante numa eleição democrática, que é a sua confiabilidade. A emenda permite o voto impresso ao lado da urna eletrônica, ou seja, o eleitor digita o voto para Presidente até Deputado Estadual, por exemplo, aparece na tela o nome do candidato, ele aperta um botão e assim imprime em um pedaço de papel aquela relação. Então, o eleitor, para confirmar a escolha, aperta um botão e aquele voto impresso cai em uma urna de lona, uma urna como aquela do passado. Ao término das votações, às 17 horas, os votos são apurados eletronicamente e aquela urna de lona vai para o respectivo Tribunal Regional Eleitoral. Em havendo suspeição, qualquer Presidente de partido poderá pedir a recontagem, parcial ou total, dos votos. Pronto! (Bolsonaro, 2015)

A realização dessa transmissão ilustra o que Couto (2021, p.43) denominou “governo-movimento” em que ocorre “agitação contínua da base mais apaixonada pelo chefe” pelo próprio presidente. Para tanto, usa-se a mobilização constante dos temas polêmicos para produzirem ruído e aguçarem “a criação de inimigos e a deslegitimação de instituições, atores e políticas”.

Esse *modus operandi* evidencia-se em diversos momentos: na desestruturação de políticas e instituições longamente construídas; no ataque verbal virulento a adversários e críticos, motivando contra eles violência real ou simbólica; na mobilização de hordas de apoiadores para intimidação e para deslegitimação de poderes constituídos; na perseguição de funcionários públicos que, no cumprimento de suas atribuições legais, produzem resultados que desagradam o governante e seu círculo; na negação de evidências, dados e conhecimento científico, aos quais se contrapõem crenças subjetivas ou “verdades reveladas” do líder; na guerra cultural contras formas de expressão, perspectivas de mundo ou modos de vida divergentes dos preconizados pelo capitão. (COUTO, 2021, p.43)

O governo-movimento tem o presidente como figura central. Nesse contexto, na live, Bolsonaro não deixa de reforçar a imagem de honestidade e idoneidade moral, pondo-se como imprescindível a ordem democrática.

59:17 - O que eu faço, desde quando cheguei no governo, muitos não fazem ou quase ninguém faz. Eu estou no meio do povo. Eu só posso saber o que o povo sente se estiver no meio dele.

02:27:57 -. Acredito no milagre da minha vida em 2018, acredito no verdadeiro milagre a minha eleição em 2018 e também o outro milagre, resistir enquanto presidente e ter coragem de indicar ministros, como tenho vários, 22 pelo critério técnico.

Com uma hora de transmissão o presidente mostra página do site do jornal O Globo e afirma ser difamado, desautorizado pela mídia, mesmo apresentando bons resultados com o Brasil na economia e no enfrentamento da pandemia.

Bolsonaro insinua passar a palavra para o Eduardo, que até o momento só apareceu no início na transmissão. Ele apresentará os indícios que indicam fraude nas urnas. Porém, continua repetindo os argumentos trabalhados a exaustão desde o início da transmissão.

O presidente explica que o analista fará a apresentação e em seguida ele fará complementação e seguirá para o encerramento da transmissão. No encerramento um agente da Polícia Federal é chamado para apresentar alguns relatórios e no fim Bolsonaro agradece a todos e reitera o já dito na live sobre a necessidade de voto impresso e auditável para que a democracia possa ser respeitada.

Parte importante do conjunto de novas estratégias consiste em aprofundar o esvaziamento das instituições democráticas por meio da introdução da dúvida acerca da idoneidade dessas instituições, como no questionamento a respeito da legitimidade do processo eleitoral com o uso das urnas eletrônicas e acusações infundadas de fraude, além de instilar desconfianças acerca da

impessoalidade das ações da mais alta corte jurídica do país em relação a seus desmandos. Tudo isso valendo-se da velocidade dos meios digitais, que evacua a necessidade de comprovações daquilo que se propaga. (FERRAZ, CLAIR, 2022, p.10)

Mesmo que essa transmissão apresente um tema rígido e o ambiente tenha sido estruturado formalmente, é interessante observar que a linguagem continua acessível e simplificada. A seriedade do assunto requer uma apresentação elaborada e vestimentas adequadas, aptas a provocar prontamente no internauta a percepção quanto a relevância do tema.

Portanto, identificamos que a live bomba atenta contra valores democráticos, embora o presidente tenha sido escolhido pelo voto (na urna eletrônica). Associando a defesa da democracia a ataques sistêmicos as instituições com apoio das Forças Armadas, visualizamos que “em vez de golpes militares, quebras democráticas agora acontecem pela eleição de líderes autoritários, que corroem as instituições democráticas gradualmente. (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018; PASSOS, 2021, p. 2021)

4.3.4 A construção discursiva do “outro”

Dentro da análise das lives entendo ser relevante um subtítulo específico para identificação discurso do “outro”, um sujeito (ou grupo) específico na ordem discursiva presidencial que merece ser eliminado.

Dia 18/06/2020:

*“Nós lamentamos as mortes, sim. Desde o começo, lá trás eu vinha dizendo que tínhamos que nós preocupar com a vida sim, combater o vírus, mas não poderíamos esquecer a questão da economia, e nós sabemos do problema que temos agora nos grandes centros urbanos com o desemprego. Cresceu aí e tá batendo na porta de todos as consequências do desemprego e o desemprego só não é maior que o *nosso governo* fez várias medidas de proteção em especial aos pequenos e microempresários, garantindo então parte do pagamento desses trabalhadores nessas empresas para que continuassem empregados, certo?”*

*“Nós aqui, a cada pagamento emergencial que varia de 600 reais ou 1200 reais que algumas categorias tem o direito ao dobro e que vale para o Brasil gasta, você gasta. *Você que paga imposto, não sou eu. Somos nós todos, aproximadamente 50 bilhões reais por mais que nós gastamos.*”*

Dia 25/06/2020

“Nós lamentamos as mortes, mas o objetivo de fechar era pra que as pessoas uma vez contaminadas fossem aos hospitais e fossem atendidas. Temos notícias verdadeiras que o hospital tem sobra de leitos. Então, não é que a gente queira que a pessoa se contamine, a contaminação é uma realidade, ninguém discute isso aí.

Dia 29/07/2021

“Qual futuro do nosso Brasil se nós terminarmos eleições onde um lado ou outro desconfia e começa a realizar ações contrárias ao pleito. Nós estamos a mais de um ano antes dizendo que nós não queremos problemas. Eu quero democracia!”

“Será que existe um sistema querendo por meios outros não democráticos fazer voltar ao poder aqueles que mergulharam o país na corrupção e na impunidade. Não queremos desafiar ou brigar com nenhum poder, muito pelo contrário, queremos paz, tranquilidade.”

“Vimos a pouco que o Brasil está polarizado. O outro lado cumprimentar o governo Cubano pelo que fez com o seu próprio povo. Queremos isso para o Brasil?”

“Esse é o nosso governo! Um governo diferente do outro lado. Não tem corrupção. Dois anos e meio sem corrupção. Se aparecer eu sei o primeiro a ajudar a elucidar o caso e entregar as autoridades competente o julgamento dessa pessoa.”

“Olha a questão dos títulos do campo. Em dois anos demos títulos que ao longo de 20 anos de outro governo. Olha como o campo reage a nós. Não é fácil você segurar demarcações de terras indígenas ou quilombolas. Demarcações sem critérios como ocorria no passado.”

Considerando a relevância do contexto para a ADC é imprescindível retomar o fato que todas as transmissões analisadas para essa pesquisa foram veiculadas no período da crise sanitária e ambiental de COVID-19. Nesse período, usando as redes sociais como mecanismo de contato direto a população, Jair Bolsonaro fez uso exaustivo de suas plataformas para disseminar desinformação. O presidente agiu contrariamente às recomendações dos órgãos de saúde e criticou abertamente aqueles que seguiam as indicações. “Foi notório o posicionamento abertamente contrário ao isolamento social amplo. A defesa da abertura de serviços não essenciais e a adoção de um isolamento vertical como forma de manter a economia em atividade. “(COIMBRA, CARVALHO, 2020, p.2). Na medida que age com indiferença a vida influenciando a exposição de milhares de pessoas ao vírus, o chefe do executivo precisa reforçar que lamenta as mortes.

Todavia, em todas oportunidades o lamento era apresentado como um sentimento de grupo “nós lamentamos as mortes”. Ao afirmar que eles – o governo, o grupo ao qual faz parte lamenta as mortes, logo é possível associar que o outro grupo não preza pela vida. De acordo com o contexto em que o lamento é apresentado, para o grupo bolsonarista a defesa da vida ocorre com a proteção da economia. Nesse processo, resguardar a economia é permitir que a vida aconteça, já que as mortes não podem ser evitadas.

Com o cotidiano informatizado estratégias de extermínio se intensificam e se sujeitam as demandas liberais e neoliberais. O estado aprimora a interferência na vida cotidiana, aqui identificadas através do discurso que é tão bem organizado, elaborado e montado, que os ouvintes não conseguem perceber o alcance tenebroso que possui e potencial de eliminação.

Pensar necropolítica a partir da instauração do bolsonarismo perpassa compreender a realização do Brasil como um espaço onde alguns indivíduos estão condicionados “à margem e reiteradamente expostos à vulnerabilidade, são destinados à morte.” (Santos, 2019, p.815). A postura política de Jair Bolsonaro ao longo de décadas e os pronunciamentos analisados na realização dessa pesquisa marcam o racismo como elemento estrutural da formação social do Brasil.

A estrutura brasileira vem produzindo e reproduzindo desde a colônia um inimigo comum destinado a (legítima) eliminação. Santos (2019) explica

Esse inimigo é mantido através de um interesse hegemônico e ideológico que desliza e se enraíza nas realidades sociais. A formação de um processo simbólico e valorativo que forja as nossas consciências faz com que sejamos capazes de reproduzir discursos, práticas e valores de exclusão da população negra, ventilando, assim, as determinações de um estado colonizador e genocida. Se há um elo entre o racismo estrutural e o necropoder, esse liame está no desejo incessante pela morte, simbólica e objetiva, dos corpos negros. (Santos, 2019, p. 815)

Silvio Almeida (2019, p.816) aponta a existência de ‘um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional’ em que o racismo atual como mecanismo segregante constante de vidas indesejadas por de alguma forma confrontarem o poder estabelecido.

Em um estado contratual, estabelecido com suposta de igualdade, vida e morte são manejadas como marcadores de determinadas estruturas. ‘Assim, podemos entender ‘os estatutos de vida e de morte são constituições políticas que acompanham os contornos discursivos, bem como as tecnologias de poder que lhe são signatárias.’ (Santos, 2019, p. 815)

Enquanto lamenta a morte, Bolsonaro reconhece que essas estão acontecendo em larga escala. O fato do executivo se posicionar, indica o alcance da catástrofe negada pelo

governo e o estado de “dissipação da vida humana” marcado “por diversas formas de terror.” (MBEMBE, 2020, p.63)

Mbembe (2020, p.66) em Políticas da Inimizade aponta que na modernidade liberal as formas de matar são variadas e mais brutais, visto que a intenção primeira não é disciplinar, mas controlar para extrair o máximo de utilidade. Se preço para não prejudicar a economia é suportar a morte de milhares pessoas, embora lamenta, o governo está disposto a pagar.

De regra, trata-se de uma morte à qual ninguém se sente obrigado a reagir. Em vista desse tipo de vida ou desse tipo de morte, ninguém sente nenhuma responsabilidade ou justiça. O poder necropolítico opera por uma espécie de reversão entre a vida e a morte, como se a vida não fosse outra coisa senão o veículo da morte. Ele busca sempre abolir a distinção entre meios e fins. É por essa razão que lhe são indiferentes os sinais objetivos da crueldade. Aos seus olhos, o crime constitui uma parte fundamental da revelação, e a morte de seus inimigos é, em princípio, desprovida de qualquer simbolismo. (...) Uma morte assim não tem nada de trágico. É por isso que o poder necropolítico pode multiplicá-lo ao infinito, seja em pequenas doses (o modo celular e molecular) ou em irrupções espasmódicas - a estratégia dos “pequenos massacres” intermitentes, seguindo uma implacável lógica de separação, estrangulamento e vivissecação, como se vê em todos os palcos contemporâneos do terror e do antiterror. (MBEMBE, 2020, p.68-69)

Em todas as transmissões analisadas (18/06/2020, 25/06/2020 e 29/07/2021) Jair Bolsonaro evoca o terror, um dos elementos constitutivos do totalitarismo de Hannah Arendt (2013) na medida que seleciona “os inimigos da humanidade” culpados por todos os males e que devem, portanto, suportar a eliminação. (BARBOSA, MACHADO, MIRANDA, 2021, p.3).

O terror é a realização da lei do movimento. O seu principal objetivo é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea. Como tal, o terror procura “estabilizar” os homens a fim de liberar as forças da natureza ou da história. Esse movimento seleciona os inimigos da humanidade contra os quais se desencadeia o terror, e não pode permitir que qualquer ação livre, de oposição ou de simpatia, interfira com a eliminação do inimigo objetivo da História ou da Natureza, da classe ou da raça (ARENDRT, 2013, p. 618).

Nos regimes totalitários a eliminação dos inimigos são legítimas visto que asseguram a manutenção do regime. Ou seja, o terror totalitário é a realização da lei destruindo as relações humanas e “pressionando os homens uns contra os outros” (ARENDRT, 2013, p.618). Identificar quem pode ou deve ser eliminado é gerenciar as leis da história e da natureza, sendo, portanto, uma forma de exercício de autoridade.

Enquanto Arendt (2013) identifica as origens do totalitarismo nos regimes fascistas e semifascistas, unipartidários e militares, mais especificamente acontecidos na Alemanha e Rússia, Mbembe (2018) retomando os estudos da filosofia alemã critica a

análise do Estado nazista e sua estruturação criticando a relação entre política e guerra, ou ainda a racionalização de que a vida necessariamente passa pela morte do outro, ou ainda que a soberania passa necessariamente pela capacidade de matar para que se possa viver. (MBEMBE, 2018, p.20)

O terror como mecanismo de eliminação poder ser percebido muito antes dos campos, na estrutura de plantation estabelecida nas colônias. Nesses espaços a violências tornar-se parte da dinâmica social para incutir o terror. Violentar o escravo faz parte do processo social de exploração do terror.

A vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte-em-vida. Como sugere Susan Buck-Morss, a condição de escravo produz uma contradição entre a liberdade de propriedade e a liberdade da pessoa. Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo tempo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. (...) Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se toma possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu senhor. (MBEMBE, 2018, p.29)

O terror como mecanismo de eliminação poder ser percebido muito antes dos campos de concentração nazistas, na estrutura de plantation estabelecida nas colônias. Nesses espaços a violências tornar-se parte da dinâmica social para incutir o terror. Violentar o escravo faz parte do processo social de exploração do terror.

A vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte-em-vida. Como sugere Susan Buck-Morss, a condição de escravo produz uma contradição entre a liberdade de propriedade e a liberdade da pessoa. Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo tempo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. (...) Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se toma possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu senhor. (MBEMBE, 2018, p.29)

Constantemente o presidente indica o esquerdista, o professor, o petista, a feminista, o indígena, o STF ou os jornalistas como grupos ou pessoas que não fazem parte da nação. São apresentados como indivíduos de menor valor, cidadão de segunda classe que por discordarem do presidente merecem ser alijados do convívio social. Seguindo a lógica racista naturalizada no Brasil no discurso presidencial temas como enfretamento da pandemia de COVID-19 são de menor importância para os eleitores bem politizados (de direita) e superiores. No contexto pandêmico o presidente apresenta o estado de morte como algo cotidiano, induzindo os ouvintes a acreditarem que a morte dos contaminados deve ser aceita por todos como algo comum. Nesse caminho, os demais (eleitores de esquerda) devem ser silenciados politicamente por perturbarem o equilíbrio natural da eliminação reivindicando, vacinas, isolamento, leitos em hospitais e outras medidas que visassem conter o avanço do coronavírus.

O racismo é componente das estruturas sociais posto que aloca continuamente determinados indivíduos para exclusão e/ou subalternidade. As narrativas modernas foram construídas a partir de opostos, baseadas na relação “entre o sujeito e o outro. Esse projeto de poder só foi possível pela composição de uma narrativa unilateral sobre o mundo, estruturada, sobretudo, na história do outro contada como impotência, animalidade e “natureza” débil.” (SANTOS, 2019, p. 818)

A extensão do modelo colonial a modernidade não comporta o modelo de racionalidade jurídica e política que apresentam os seres humanos em condições de igualdade. Em ambos tempos históricos a raça serve como parâmetro normalizador do que é aceitável, correto, normal e o que é exceção. Todavia, na modernidade raça e racismo podem ser entendidos “como técnica de hierarquização social e como determinação da marcação política camuflada de discurso biológico.” (SANTOS, 2019, p.819)

O fato de que as colônias podem ser governadas na ausência absoluta de lei provém da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo. Aos olhos do conquistador, “vida selvagem” é apenas outra forma de “vida animal”, uma experiência assustadora, algo radicalmente outro (alienígena), além da imaginação ou da compreensão. (MBEMBE, 2018, p.32)

Ao determinar, numa dinâmica política, uma hierarquização dos corpos, é possível identificar uma justificativa perversa para o genocídio dos corpos lidos como dissidentes: se eles estão à margem do que é reconhecido enquanto vida, a sua morte não nos causa estranhamento e, mais, é de certo modo justificada nas dinâmicas que mantêm uma continuidade do poder. (SANTOS, 2019, p.818)

Percebemos que todos em todas as transmissões Jair Bolsonaro pronuncia para seus eleitores em vez da totalidade de brasileiros. Essa opção pelo canal pessoal e o direcionamento do discurso indicam, mais uma vez, a existência de um grupo superiores, marcado pelo “nós” e “eles”. Logicamente o grupo vinculado ao bem e as coisas boas é representado por bolsonaristas ou apoiadores, enquanto a representação do mal é dada aos “outros” a “eles”. Sendo o Bolsonaro o líder da nação é dado o dever de proteger a nação e seus valores de todo aquele que contra ela intentar, desse modo, num estado de guerra constante há ‘uma hostilidade absoluta que coloca o conquistador face a um inimigo absoluto.’ (MBEMBE, 2018, p.73)

O racismo estrutural é uma marca indefinida que reiteradamente acontece para fixar um estatuto de exceção para pessoas ou grupos. Como componente social o discurso de separação e diferenciação é repetido tantas vezes e de formas diversas que acaba por adequar-se a todos os sujeitos considerados indesejáveis. Assim, “a construção de

discursos de poder que enfraquecem outros, ou seja, das desproporcionalidades que alocam indivíduos à beira do que é lido como vida, acontece como aparelhamento do poder, enquanto organização da realidade.” (SANTOS, 2019, p.820)

Assim, há na ideologia racista um processo de naturalização da morte infiltrada em todas as relações, - familiares, políticas, religiosa, econômicas e etc. O racismo estrutural é, portanto, uma construção da realidade marcada pela diferenciação racial que fixa negros e negras em posição de subalternidade. Nessa concepção o fator biológico da raça pode ser alargado, já que como dispositivo de poder o racismo é usado para manutenção de posições de superioridade de uns em relação a outros.

O racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas. Mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a violência. Caso a representação das mulheres negras não resultasse de práticas efetivas de discriminação, toda vez que uma mulher negra fosse representada em lugares de subalternidade e de pouco prestígio social, haveria protestos. (ALMEIDA, 2019, p. 67).

A degradação permanente do corpo negro implementada nos sistemas de exploração colonial ocorre na combinação de elementos de estado sítio, estado de exceção e de terror que culminando em um poder de morte exercido pelo senhor. Autonomia e liberdade, pressupostos da racionalidade política ocidental não se aplicaram nesses campos, de modo que o desenvolvimento dessas populações se deu à margem, colocando o escravizado como párea jurídico-político.

Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo de classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos racistas, acabou comparando as classes trabalhadoras e o “povo apátrida” do mundo industrial aos “selvagens” do mundo colonial. (MBEMBE, 2018, p.21)

Identificamos na raça e no racismo uma interseção entre Mbembe (2018), Almeida (2019) e Foucault (2012) já que os três filósofos percebem uma articulação política a partir do corpo. É no domínio do corpo através da vida e da morte que o poder é exercido politicamente. Ao delimitar o que é vida e o modo certo de viver o oposto também é construído para ser ocultado, dizimado, eliminado todo dia.

Desse modo, quando Jair Bolsonaro discursa elegendo o seu grupo (nós) como única opção válida, digno, portador de benesses em relação aos outros, autoriza o descarte desses outros que nada acrescentam ao seio social. O escravo, esse outro que não faz parte da sociedade, é mera coisa do possuidor e pode ter sua vida limitada a qualquer momento.

Nas colônias, assim como nos campos de concentração o soberano tem liberdade para eliminar.

Por todas essas razões, direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. (MBEMBE, 2018, p.36)

Nas transmissões o inimigo é todo aquele que por algum motivo não concorda com voto impresso ou auditoria das eleições ou concorda com a OMS e as determinações de isolamento social. Para Bolsonaro, o indivíduo que não percebe a necessidade de intervir no procedimento eleitoral está alinhado com valores que contrariam o ideal de nação apresentado por ele e seus apoiadores. Barbosa, Machado e Miranda (2021, p.3) apontam que “este elemento por sua vez, serve para traduzir, na realidade, o mundo fictício da ideologia e confirmá-la, tanto no seu conteúdo, quanto, e sobretudo, em sua lógica deformada.”

Na lógica bolsonarista todo inimigo do “cidadão de bem” deve ser eliminado. A máxima está na descartabilidade do homem que não preencha as orientações político-ideológica do grupo dominante. De acordo com Colombo (2016, p.56) os inimigos suportam toda culpa pela situação crítica do país e devem “purgar a comunidade inteira de suas faltas, de sua violência intrínseca”.

Costa (2021, p.3) aponta que em uma análise crítica o “cidadão de bem” deve ser tomado como uma figura de linguagem e não um conceito, de modo que “não se trata de buscar a definição precisa de um sujeito concreto, mas de destacar o uso retórico dessa expressão enquanto estratégia discursiva ideológica que tem consequências práticas nas relações de interação comunicativas. A silepse é a figura de linguagem correspondente ao “cidadão de bem”, visto que não representa o que está de fato escrito na expressão, mas sim algo mentalmente oculto, subentendido.

A figura do “cidadão de bem” se erige essencialmente sobre a dicotomia “cidadão de bem” versus “bandido” ou “cidadão de bem” versus “vagabundo”. Essas dicotomias refletem o poder da ideologia em relações concretas da sociedade brasileira, dificultando que essa separação seja cognitivamente articulada como um contrassenso, na medida em que restringiria a cidadania apenas a determinados tipos de sujeitos considerados, de forma extremamente vaga, os “de bem”. A força da ideologia se revela também quando constatamos que se, por um lado, não conseguiremos encontrar um único sujeito concreto que possa ser adequadamente definido como um “cidadão de bem”, por outro, enquanto fenômeno de massa, milhares de indivíduos podem se identificar com essa figura. Isso ocorre porque ela mobiliza diretamente a efetiva tensão existente entre a condição formal da cidadania legal e a hierarquia moral das relações sociais ordinárias, já verificada em diversos estudos sobre a configuração da cidadania no Brasil (SILVA, 2010; SOUZA, 2012 apud COSTA, 2021, p.3)

Sendo moralmente inadequados, os cidadãos do outro grupo perdem o direito de gozar da vida e participar da sociedade. No modelo social ideologicamente trabalhando por Bolsonaro a percepção da existência do “outro é um atentado contra minha própria vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança”. (MBEMBE, 2018, p. 20). Desse modo, eliminar alguns grupos passa a ser visto como um imperativo de existência.

Ante o incerto cenário pandêmico Bolsonaro usou o medo para intensificar a divisão social, alimentando o cenário popular “no qual o delinquente é sempre o “outro” distante do “cidadão de bem” e que obstrui o bom andamento da sociedade”. (CIOCCARI, PERSICHETTI, 2018, p.206)

Os aspectos identitários da vida policial como a valorização das tradições, da moralidade cristã e a espetacularização dos embates são transpostos para a vida política como forma de justificativa da proteção desses “cidadãos de bem”, o que aponta para uma cidadania cindida pela desigualdade abertamente admitida entre aqueles que merecem usufruir de seus direitos – em especial, o direito à vida – e aqueles que abandonaram o direito à cidadania para entrar no crime. (CIOCCARI, PERSICHETTI, 2018, p.206)

O discurso do presidente Jair Bolsonaro é organizado em prol da edificação da figura de um “outro”. Esse outro pode ser coletivo ou singular. É na identificação constante do outro, que ele constitui sua imagem como oposto. Se aquele simboliza a corrupção, a falência de valores, a imoralidade e a violência, por outro lado Jair Bolsonaro e os bolsonarista representam honestidade, a moralidade, a estabilidade social. Assim, em toda publicação a “características de si e do outro com foco naquilo que os separam, isto é, que os opõem” (MORAIS, 2019, p.157) são repisadas a exaustão para os seguidores do YouTube e replicado em as outras redes.

O discurso bolsonarista é capaz de identificar sujeitos ou grupos que devem ser eliminados por representarem risco a sociedade em valores conservadores. O processo que justifica a eliminação do diferente, ainda que cidadão, perpassa pela desumanização desses.

Mendonça (2021, p.377) expõe que os valores democráticos do modelo bolsonarista solapa a igualdade, a pluralidade social. O presidente vem construindo ao longo da vida pública a imagem de inimigos que devem ser combatidos, por serem ameaçadores. Desse modo, aponta-se que “seguindo a cartilha populista da extrema direita, o presidente segue projetando uma parte do país como metonímia de sua totalidade, que requer a eliminação e o apagamento daquilo que o diverge.”.

Embora na transmissão do dia 29/07/2021 a democracia tenha sido apresentada como elemento de apreço pelo presidente, observamos que essa não traz em si o conteúdo de igualdade entre cidadão que lhe é constitutivo no modelo republicano. O cidadão defendido por Jair Bolsonaro “é apenas o “cidadão de bem”, que é basicamente quem compartilha um conjunto de visões e estilos de vida advogados pelo presidente. “

Existe, segundo o presidente, um grupo de pessoas que não corresponderia as representações de “pessoa de bem” ou “cidadão de bem”. Esse outro, do mal, está materializado no esquerdista, petista, comunista e não pode, portanto, participar da política e das decisões sociais ao risco de subverter a ordem natural das coisas. O outro é uma ameaça a família, à pátria, a propriedade e aos que querem o melhor para nação. É o inimigo interno perigoso e por isso deve ser combatido e eliminado.

Seguindo essa estratégia argumentativa, o outro – indesejado – passa a ser o culpado pela própria violência sofrida, pois entende-se que, paradoxalmente, as agressões e o regime militar ou estado de exceção seriam meios legítimos de manutenção da democracia e a violência seria a forma de garantir o respeito à alteridade, ao diálogo e à pluralidade.

Dito isso, podemos construir a seguinte cadeia enunciativa: (I) população de bem → cidadão de bem → nacionalista → democrática → capitalista → trabalhadora → ordeira → honesta → a favor do armamento da população → a favor da harmonia corporativa entre os grupos sociais → a favor da família → excluída do poder representativo. Por oposição, o “esquerdista” é definido como: (II) não população de bem → não-cidadão de bem → não-nacionalista → não-democrático → comunista → grevista → desordeiro → corrupto → a favor do desarmamento da população → a favor da luta de classes → a favor do desgaste dos valores da família → domina o poder representativo. (MORAIS, 2019, p. 163)

Nós - conservadores, liberais, de direita, pró família, pró vida, pró armas, encarnam os bons, enquanto eles-petistas, esquerdistas, abortistas, comunistas representam o mau, logo são culpados pela desordem do país.

Numa espécie de contrato comunicacional comum em ambiente virtuais, aponta Moraes (2019, p.165), o presidente tanto expressa sua opinião quanto escuta a opinião de seus seguidores, fazendo crer nesses que há uma interação íntima e direta com o presidente. Com de intimidade e o contato direto estabelecidos há, nos apoiadores, o reforço de ideologias reacionárias “posicionamentos ideológicos relevantes para a constituição do discurso ultraconservador do político”.

Podemos perceber nos discursos políticos de Jair Bolsonaro, a construção de estruturas políticas e econômicas que reduzem o ser humano a condição de coisa. Verificamos no modelo de estado liberal-conservador defendido e implementado pelo

bolsonarismo um paralelo a organização de um “estado de sofrimento psíquico, e de mortificação provocado por uma ideia de inimigo interno a ser vencido, narrativa historicamente elaborada pelas instituições do racismo e da colonização. “(FEDERICO, 2020, p.44)

Ocorre, portanto a expansão do processo da racialização que outrora estava direcionada ao povo negro e legitimando o processo de escravização/coisificação dos corpos. Esse fenômeno social é identificado por Mbembe como ““devir-negro do mundo”, entendido, em poucas palavras, como a generalização das condições escravistas a todas as demais raças, outrora exclusivas para negros. (ALVES, et al, 2019, p.151)

Nesse contexto surge o racismo de Estado, que possui como base a decisão sobre quem deve viver e quem deve morrer. Gerenciam-se modos de eliminação dos indesejáveis, dos inúteis, os descartáveis, para o bom funcionamento da sociedade-empresa. Práticas de eliminação que passam pela exclusão de determinados grupos ou indivíduos de seus ditos direitos, por exemplo, à assistência social e serviços de saúde, por serem considerados não gestáveis. (ALVES, et al, 2019, p.161)

Mbembe (2014) observa que na modernidade liberalista o negro amplia o alcance em relação as limitações biológicas, deixando a vinculação a única a herança africana determinante no primeiro capitalismo. A descartabilidade antes atribuída a homem-coisa, homem-objeto, homem-mercadoria, característico da escravidão se aprimora elegendo aqueles cujas vidas não são relevantes a manutenção do capitalismo.

É possível aproximar a o colonialismo e o bolsonarismo na organização de necropolíticas a partir da gestão do medo e do terror. O estado necropolítico oferece uma atuação dos terrores da colônia e nesse processo os indivíduos são reduzidos a corpos sem vida, cadáveres rígidos, como aponta o pensamento fanoniano¹⁵. No estado de morte em vida os esforços do colonizado precisam ser direcionados para se manterem vivos, de modo que todas as demais questões são reduzidas. Nesse caminho recorreremos a Achille Mbembe para pensar as implicações dos discursos políticos presidenciais por entender

¹⁵ Os estudos e construções teóricas de Achille Mbembe sobre as estruturas políticas do período colonial a modernidade liberalista retomam a obra do filósofo e psiquiatra argelino Franz Fanon. O médico ao estudar a ocupação colonial pelos franceses na Argélia apontou a diversidade humana, a divisão e dominação do planeta de uns por outros e a guerra. (FEDERICO, 2020, p.98) Interessa a Mbembe a apresentação da Fanon para os movimentos de libertação da África que dão a retomada ao corpo papel central na retomada da autonomia e da libertação imperial. Federico (2020, p.101) cita que para Mbembe a obra de ‘Fanon está comprometida com a insubmissão’ já que o colonizado vive um duplo de violência que o modela para luta, identificando na própria vida formas de recolocar-se no mundo. Embora os estudos de Fanon precedam o de Achille Mbembe, ambos autores percebem nas colônias um local de desprezo absoluto pela vida negra e a existência de um constante estado de tensão. Todavia, Fanon está interessado no sofrimento psíquico provocado pela dominação colonial.

que a estrutura discursiva utilizada pelo presidente estão carregadas de simbologias que legitimam o estado de violência constante sobre “o outro”, o inimigo. Em Mbembe (2018) identificamos o racismo como princípio necropolítico que organiza destruição organizada da vida baseado na normalização da perda em razão da morte. (FEDERICO, 2020, p.49)

O caráter abertamente violento e demagógico assumido pelos regimes democráticos liberais ganham contornos de uma forma de soberania disposta ao assassinato e chacinas contra opositores e outros indesejáveis, em defesa do patrimonialismo e das estruturas do regime democrático liberal. (FEDERICO, 2020, p.71)

A necropolítica é uma política voltada, antes de tudo, na diferenciação. Na separação e invisibilização do outro enquanto sujeito. Se o outro não existe, todas as questões que o afetam ou perturbam não demandam solução. Se inicialmente a tecnologia e as novas mídias foram meio de auxiliar a libertação política dos indivíduos por permitirem a construção de espaços livres para discussões, hoje, o que se percebe a partir da análise das lives é uma reorganização tecnológica a serviço do terror e do medo.

[o ciberfascismo] põe em xeque todas as utopias tecnociber (do ciberpunk ao ciberfeminismo, da ciberesfera à cibercultura), que, desde o pós-guerra, com uma intensificação a partir dos anos 1970, viam nas máquinas cibernéticas uma dupla promessa, a de uma nova subjetividade pós-humana e a da libertação da dominação capitalista, cuja ruptura viria das máquinas e não da política, das revoluções da técnica e não da organização revolucionária. Bolsonaro e Trump utilizaram todas as tecnologias disponíveis da comunicação digital, mas suas vitórias não vêm da tecnologia. São o resultado de uma máquina política e de uma estratégia que agencia uma micropolítica dos afetos tristes (frustração, ódio, inveja, angústia, medo) com a macropolítica de um novo fascismo que dá consistência política às subjetividades devastadas na financeirização. (LAZZARATO, 2019, p. 104-105 APUD FERRAZ; CLAIR, 2022, p.9)

Na estrutura neoliberal a necropolítica enquanto política de morte é imprescindível para o descarte do excedente indesejável. Sendo a eliminação uma condição necessária para manutenção do neoliberalismo, em um estado de constante disputa a vantagem está em poder eliminar o oponente – inimigo (político) que ameaça a unidade nacional.

Desse modo, identificamos nas lives analisadas que o presidente Jair Bolsonaro, através do discurso online inova na forma de subjugar a vida ao poder da morte (necropolítica). Na dicotomia entre nós e eles o presidente favorece apoiadores e segmentos historicamente privilegiados da sociedade identificados como únicos sujeitos de direito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extrema direita começa a ser organizada no cenário político nacional logo após a segunda vitória do presidente Lula. Em fóruns na internet, blogs e comunidades do extinto Orkut¹⁶ temas como mercado financeiro e moralidade cristã eram debatidos por militantes de direita, estudantes universitários e simpatizantes sem identificação política com os candidatos do eixo PT/PSDB. O escândalo do mensalão incrementou as críticas as gestões da esquerda e gradativamente o movimento anticorrupção foi se espraiando até desaguar nas manifestações de 2013 a 2016, favorecendo o florescimento do bolsonarismo.

Jair Bolsonaro estabelece a partir das redes sociais um canal aparentemente direto com apoiadores e correligionários, intensificando a imagem de político antissistema, antiesquerda, defensor da moral e dos bons costumes, patriota, pela família e pela propriedade privada. Surfando na onda conservadora e na polarização ideológica entre esquerda/direita fortalecida pós impeachment da presidente Dilma Rousseff, Bolsonaro vence as eleições de 2018 com a identidade política consolidada: degradação das instituições políticas e grande mídia, agrupamento de apoiadores para perseguição de adversário, desmonte de políticas públicas na saúde e educação, implementação de um estado mínimo, contra o marxismo cultura, a ideologia de gênero e a hegemonia da esquerda. Eleito, a dinâmica seguiu inalterada e as lives semanais serviram para manutenção e fortalecimento desses discursos.

Nas aparições semanais ao vivo o presidente continuou alimentando o imaginário popular atribuindo todos os problemas do país a corrupção empreendida pela esquerda. É possível identificar em todos os discursos analisados elemento que indique abertamente o processo de consolidação de um modo de governo não democrático de viés marcadamente autoritário – centralidade do líder, incentivo ao golpe de estado e retomada do regime militar, instauração de estado de exceção permanente com avanço das pautas reacionárias, do estado de violência e do medo. Para a audiência de mais de 1 milhão de pessoas o presidente semanalmente reorganiza o discurso entre retomada do militarismo na política e estado de guerra/violência, conservadorismo moral e religiosos, agenda

¹⁶ O Orkut (https://www.orkut.com/index_pt.html) foi numa rede social filiada ao Google criada em 2010 e encerrada em 2014. Com acesso pessoas via login e senha os usuários podiam se organizar em comunidades, compartilhar fotos e vídeos e conversar em tempo real via chat. O acesso era gratuito e no Brasil foi um fenômeno de adesão, precedendo a rede Facebook.

econômica neoliberal e principalmente a cisão ideológica entre esquerda e direita (nós e eles).

Nesse sentido, verificamos que no discurso trabalhado nas lives interessa ao presidente manter ativa em seus apoiadores o sentimento de pertencimento a um grupo social com valores morais mais rígidos. Não se trata de estabelecer um novo povo, mas de reforçar as ideologias que mantêm esse povo (nós, a direita, os conservadores, os militares, o cidadão de bem) já existente, ativa. Sendo a comunicação um meio de exercer poder, através dela é possível dominar ou impor-se sobre outros. Os discursos políticos reproduzem ideologias conservadoras e neoconservadoras para incutir nos indivíduos que tais, por serem cidadãos de bem, tem direito legítimo de dominar outros, aqueles que não são.

O modelo de democracia bolsonarista é marcadamente colonial, com castas bem definidas em que “família tradicional”, religião “cristã” e “propriedade privada” estão acima de tudo e recebem proteção especial do estado.

Nos discursos analisados Jair Bolsonaro trabalhou com um elemento constitutivo do totalitarismo, descrito por Hannah Arendt (2013) na medida que seleciona inimigos da coletividade culpados por todos os males, devendo, portanto, suportar a eliminação. Nas transmissões o inimigo é todo aquele que por algum motivo não concorda com voto impresso ou auditoria das eleições ou concorda com a OMS e as determinações de isolamento social. Para Bolsonaro, o indivíduo que não percebe a necessidade de intervir no procedimento eleitoral está alinhado com valores que contrariam o ideal de nação apresentado por ele e seus apoiadores. Barbosa, Machado e Miranda (2021, p.3) apontam que “este elemento por sua vez, serve para traduzir, na realidade, o mundo fictício da ideologia e confirmá-la, tanto no seu conteúdo, quanto, e sobretudo, em sua lógica deformada. “

A postura nas lives realizados no canal no YouTube e transmitido simultaneamente no Facebook, Rádio Jovem Pan e Pingo nos I's e constitutiva da imagem que o presidente construiu em toda vida pública. Como podemos observar em nos discursos realizado no plenário da Câmara dos Deputados, o presidente há décadas repisa seus posicionamentos de modo que esses tornaram-se marca registrada do político, tido por muitos como sincero, verdadeiro, sem medo de dizer verdades incômodas a sociedade.

Ao analisar as *lives* de maior audiência realizadas pelo presidente da República Jair Bolsonaro na plataforma de vídeos YouTube em 18/06/2020, 25/06/2020 e

29/07/2021, através da Análise de Discurso Crítica de Fairclough encontramos na identificação do “outro” a materialização de técnica de eliminação típicas do estado necropolítico pois “a morte do Outro gera a satisfação e confiança da sobrevivência. Aquilo que atinge o Outro e o aniquila ou o desqualifica, aumenta a sobrevivência do outro”. (MBEMBE, 2018, p.146).

A organização virtual da transmissão ao vivo, a disposição dos papéis, a vestimenta, os convidados, a fixação inicial do tema nos primeiros minutos, a presença do auxiliar não identificado, a linguagem sempre acessível e a retomada de temas caros a extrema-direita desde antes das eleições de 2018 firmam no espectador a ideia de proximidade com presidente da República. Nas publicações Jair M. Bolsonaro sempre usa “nosso governo”, “nós avisamos”, “nós lamentamos”, “nós nos preocupamos” em oposição ao “o outro lado”, o “o lado de lá”, “eles” que não se preocupam, não lamentam e não estão atentos e interessados na construção de um Brasil melhor.

A existência de dois lados pressupõe separação, apartheid com a “noção de ficcional do inimigo”. (MBEMBE, 2018, p. 32). Em um estado de guerra (ideológica) o lado oposto deve ser combatido tal qual num estado de guerra. Desse modo, entendemos que os discursos políticos podem ser enquadrados em uma política de morte na medida que selecionam e indicam um grupo (sujeitos) que devem ser combatidos. Num espaço de segregação constante a morte dos diferentes, das páreas do estado ideal bolsonarista podem e devem ser combatidos. Tanto há espaço para eliminação física através do uso das forças de segurança no manejo do racismo quanto na deficiência de políticas públicas capazes de garantir a vida de todos os brasileiros. Portanto, entendemos que as transmissões analisadas indicam total descaso com a vida e banalização da morte de todos considerados desviante dos padrões bolsonaristas.

No que tange a passividade do presidente quanto a problemas que atinjam diretamente grupos socialmente marginalizados, verificamos que esse manteve-se silente nessas apresentações. Nas transmissões em questão o presidente optou por trabalhar questões menos identitárias mobilizando discursos gerais no mote família, corrupção, militarismo, economia. Elementos biopolítico e de estado de exceção também estão presentes, embora sejam menos evidentes e se diluam quando relacionado as tratativas de controle e gestão da pandemia. Percebemos também que o presidente optou por posicionar a pandemia de COVID-19 como tema de menor relevância, deixando para esse assunto poucos minutos limitando-se a atacar as medidas de contenção adotadas pelos

estados e municípios, incentivar o uso de medicação comprovadamente sem eficácia ou relacionar pandemia/desemprego/economia.

Verificamos ainda que o bolsonarismo instaura e usufrui de um estado de violência constante necessário a manutenção da ordem pública. Morais (2019) explica que a

“relação entre violência estruturante e ordem pública funda-se nos ideais de hierarquia, de verticalidade, de conservadorismo e de autoritarismo, bem como pela afirmação dos privilégios como direitos das classes mais abastadas e dos direitos dos grupos marginalizados como assistencialismos”.(p.154)

Em todas as transmissões o medo e o terror estão presentes, entretanto não é um medo geral, que pode alcançar a todos brasileiros indistintamente. Bolsonaro amedronta seus apoiadores com a possibilidade da ditadura comunista, ofensas a família tradicional e a propriedade privada e a presença da esquerda (PT) nos espaços de poder. A mera possibilidade desses acontecimentos atordoa seus eleitores, cidadãos de bem e verdadeiros patriota.

Observando as formas de dominação hegemônicas eleitas pela direita e pela extrema direita nos Brasil, a ADC faircloughiana articulada com os entendimentos sobre as tecnologias de poder biolíticas e necropolíticas de Foucault (1999) e Mbembe (2018) conseguimos compreender que o discurso bolsonarista está circunscrito a ordem do discurso conservador/liberal. Não há reorganização ou inovação no discurso político, mas sim o desenvolvimento da efetivação da agenda política autoritária de matriz militar que vem tentando se reerguer e fixar desde o processo de democratização. As lides reverberam o período político inaugurado por Bolsonaro em que se exalta o passado e nega a possibilidade de rompimento com estruturas tradicionais que durante séculos negou a acesso a direitos humanos básicos. O saudosismo bolsonarista mantém como imprescindível a presença do militarismo no meio político e social.

Recorremos a Achille Mbembe (2013) para pensar as implicações dos discursos políticos presidenciais por entender que a estrutura discursiva utilizada pelo presidente está carregada de simbologias que legitimam o estado de violência constante sobre “o outro” e que o antagonismo criado pela exploração de opostos põe a sociedade num estado de tensão similar ao de guerra. Esperamos que a partir dessas análises novas pesquisas possam ser realizadas comprometendo-se em observar um pensamento descolonizado e comprometido com a eliminação de todas as formas de submissão eurocentrica. O decolonialismo propõe a reorganização do pensamento numa perspectiva que retira da Europa a centralidade da produção de saberes e poderes, reorganizando-o em África e América.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

ALMEIDA, S. L. **Neoconservadorismo e liberalismo**. In E. S. Gallego (Org.), **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2018.

ALMEIDA, S. L. **Necropolítica e Neoliberalismo**. Caderno CrH, Salvador, v. 34, p. 1-10, 2021. 2

ALMEIDA, D. R. **Bolsonaro (não) me representa**. In **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política** (Orgs). AVRITZER, L., KERCHER, F., MAEONA, M. 1ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2021.

ALVES COSTA, L. P. **Ensaio sobre a verdade: notas para uma compreensão da manipulação dos discursos no ambiente digital**. Gláuks - Revista de Letras e Artes, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 63–76, 2023. Disponível em: <https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/362>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ALVES, B.; SEIXAS, Rogério e NOGUERA, Renato. **A necropolítica na eminência do devir-negro do mundo**. Voluntas: Revista Internacional de Filosofia, Santa Maria, v.10, p. 150-167, 30 de outubro. 2019.

ALVES, E. P. M. . **A digitalização do simbólico e o capitalismo cultural-digital: a expansão dos serviços culturais-digitais no Brasil**. Sociedade E Estado, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010006> Acesso em 12 out 2023

ALVES, V., FURLAN, V. **Biopolítica e fascismo a brasileira em tempos de pandemia**. Psicologia Política, v.21, n.51, p.409-420, 2021.

AVRITZER, L. **Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro**. In **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. AVRITZER, KERCHER, MORONA (Orgs) 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

AMARANTE, Erivelto. **A desinformação como estratégia política: uma análise dos discursos presidenciais durante a pandemia da COVID-19**. Aurora: revista de arte, mídia e política. São Paulo, v.14, n.40, p. 48-67, fev.-maio 2021. <http://dx.doi.org/10.23925/1982-6672.2021v14i40p48-67>

ANONYMOUS Brasil (org), Anonymous Brasil - **As 5 causas!** Youtube, 19 de jun. de 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=v5iSn76I2xs> acesso em 21 mai 2023

AVILA, Silvane. **O potencial de aprendizagem e as representações pedagógicas na plataforma YouTube: entre conhecimento e entre conhecimento e reconhecimento**. Tese [Doutorado]. UFSC. Florianópolis, 2019.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª edição. São Paulo: Hucitec. 2006. (1ª edição 1979)

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2019.

BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. **Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação**. Portal BBC Brasil, 19 de Abril de 2016. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb Acesso em 12 out. 2023

BARBOSA, L., MACHADO, D., MIRANDA, J. **Contribuições para o debate sobre o bolsonarismo enquanto movimento totalitário**. UEPG Appl. Soc. Sci., Ponta Grossa, n.29, pp. 1-14, 2021.

BARROS, D. L. P. de. 2007. **A identidade intolerante no discurso separatista**. Filologia Linguística Portuguesa, v. 9, p. 147-67, 2007.

BATISTA JR., José, SATO, Denise, & MELO, Iran, orgs. **Análise de Discurso Crítica para não linguistas**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2021

BEDINELLI, Talita. **Congresso Nacional se enche de representantes ultraconservadores**. El País - Seção Eleições 2014. São Paulo, 09/10/2014. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/08/politica/1412729853_844912.html Acesso em 21 mai 2023

BENTO, C. **Uma Análise do Discurso Político de Bolsonaro que Contribuiu para a Chegada da Extrema-Direita Brasileira ao Poder**. Dissertação (Mestrado em Estudos Lusófonos 2º ciclo de estudos). Universidade Beira do Interior. Portugal. p. 101, 2020.

BOLSONARO EM 25 frases polêmicas. Carta Capital. 28/10/2018. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/Politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/> Acesso em 14 out. 2023.

BOLSONARO, Jair Messias. **Verbetes**. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009c. Disponível em <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro> Acesso em 15 jul. 2023

BRANCO, J., ROCHA, L. **Medo, terror e inação segundo Hannah Arendt**. Kínesis, Vol. VIII, nº 19, Ed. Especial, Dezembro 2016, p.39-53 Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/7718/4905>

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. **Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016)**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online], n.26, pp.7-62, 2018

BRANDÃO, H.; DIAS, P. PELLEGRINI, D.; REIS, D.; **Análise do Discurso da Campanha Publicitária de Barack Obama nas eleições norte-americanas**. Biblioteca

On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/bocc-heber-discurso-obama.pdf> Acesso em: 18/02/2023

BRASIL, Câmara dos Deputados. Câmara Hoje, Programas da TV Câmara, 31 de março de 2011. **“Resposta de Bolsonaro pode levá-lo ao Conselho de Ética”** Disponível em <https://www.camara.leg.br/tv/212043-resposta-de-bolsonaro-pode-leva-lo-ao-conselho-de-etica/> Acesso em 15 jul. 2023

BRASIL, Câmara dos Deputados. DETAQ. **Transcrição Sessão: 047.3.54.O Hora: 10:12 Orador: JAIR BOLSONARO**, PP-RJ. Data: 27/03/2013. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=047.3.54.O&nuQuarto=37&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:12&%20PP-RJ> Acesso em 09 out. 2023

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Transcrição DETAQ Sessão: 039.2.52.O Hora: 14:44 Orador: JAIR BOLSONARO**, PTB-RJ Data: 31/03/2004. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=039.2.52.O&nuQuarto=23&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:44&sgFaseSessao=PE&Data=31/03/2004&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PTB-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:44&txEtapa=> Acesso em 12 out 2023

BURGESS, J. GREEN, J. **YouTube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.

CANAVILHAS, João - **A Comunicação Política na Era da Internet. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/bocc-heber-discurso-obama.pdf> Acesso em: 18/02/2023.

CARDOSO, Adalberto. **À beira do abismo. Uma sociologia política do bolsonarismo**. 1 ed. Rio de Janeiro, Amazon, 2020.

CAREGNATO, R., MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84

CASSIMIRO, Paulo, LYNCH, Christian (2022). **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. Editora Contracorrente, 2022

CHARAUDEAU, P. – **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2011.

CIOCCARI, D., & PERSICHETTI, S. **Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro**. *Revista Alterjor*, 18(2), 201-214. 2018. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/144688> Acesso em 15 out 2023

COIMBRA, Mayara, CARVALHO, Willian. **Uma análise das estratégias argumentativas nos pronunciamentos de Bolsonaro**. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Juiz de Fora. Dez. 2020

COSTA, J., **Quem é o “cidadão de bem”?** Psicologia USP, 32, e190106. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190106>

COSTA, Rafael. **A interface como prática discursiva em redes sociotécnicas: um estudo no Youtube.** Tese (doutorado) Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016

COUTO, C. **Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In. Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** AVRITZER, KERCHER, MORONA (Orgs) 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

CRIAR UMA transmissão ao vivo em dispositivos móveis. Ajuda do Google, Portal do Google Suporte. Sem Data. Disponível em <https://support.google.com/youtube/answer/9228390?hl=pt-BR&co=GENIE.Platform%3DAndroid#:~:text=Requisitos,ter%20pele%20menos%2050%20inscritos>. Acesso em 16 jul. 2023

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus.** Estudos Linguísticos, São Paulo, n. 44 (3): p. 972-980, set.-dez. 2015.

DUTRA, P. **Pressupostos e implicações do conceito de raça no alvorecer do século XXI a partir de Achille Mbembe.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul. p. 66. 2021.

EM 2018, BOLSONARO disse que não concederia indulto: “Criminoso tem que cumprir sua pena”. Portal O Antagonista. 21/04/2022. Disponível em <https://oantagonista.com.br/brasil/em-2018-bolsonaro-disse-que-nao-concederia-indulto-criminoso-tem-que-cumprir-sua-pena/> acesso em 16 out. 2023

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FEDERICO, W. **A filosofia política de Achille Mbembe.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p. 127. 2020

FERNANDES, E., LIMA NETO, V. **Discursos de ódio em perfis de lideranças políticas: uma análise de discurso crítica no Twitter.** Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli, v. 9, n. 3, p. 342-361, set.-dez. 2020

FERRAZ, M., CLAIR, E. **Políticas da assombração: o populismo bolsonarista como produção de inquietantes duplos.** Galáxia. São Paulo. v. 47, pp.1-21, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no no Collège de France (1975-1976)** / Michel Foucault: tradução Maria Ermantina Galvão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 1999

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. São Paulo: Edições Graal. 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

GOMES, R., Behr, J. e Miranda, L.. **Biopolítica em plataforma digital: Análise das lives do Presidente Jair Bolsonaro nos primeiros seis meses da pandemia da COVID-19**. RP3 Revista de Pesquisa em Políticas Públicas. n 22, p. 84-100, 2022.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. **Discurso e prática social**. In BATISTA JR., José, SATO, Denise, & MELO, Iran, orgs. *Análise de Discurso crítica para não linguistas*. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2018.

GOODROW, Cristos. You know what's cool? A billion hours. Official Blog of Youtube Enterprise. Seção News ands Events. Publicado em 27 de fevereiro de 2017. Disponível em <https://blog.youtube/news-and-events/you-know-whats-cool-billion-hours/> Acesso em 16 jul. 2023

GOVERNO BOLSONARO é condenado a pagar R\$ 5 milhões por ofensas a mulheres, em Jornal Estado de Minas. Portal do Jornal O Estado de Minas, seção Política. Publicado em 25 de junho de 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/25/interna_politica,1280564/governo-bolsonaro-e-condenado-a-pagar-r-5-milhoes-por-ofensas-a-mulheres.shtml Acesso em 15 jul. 2023

KOCHI, Ingedore Villaça. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. 2ª edição (4ª reimpressão), São Paulo: Contexto, 2021.

LOPES, Gilmar. 20 boatos que circularam durante as eleições de 2014. Portal E-farsas. 27 de outubro de 2014. Disponível em <https://www.e-farsas.com/20-boatos-que-circularam-durante-eleicoes-de-2014.html> Acesso em 21 mai 2023

LÖWY, MICHAEL – **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise Marxista**. São Paulo: Cortez, 1988.

JAIR BOLSONARO. Canal Oficial no Youtube. Disponível em <https://www.youtube.com/@jbolsonaro/> Acesso em 16 jul. 2023

MANOVICH, Lev. **A Prática da Vida (Midiática) Cotidiana**. Revista Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 28, p. 134-135, maio/ago. 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio – **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES SILVA, Alexandre. **(Não) é só uma gripezinha: argumentação e realidade forjada nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro sobre a COVID-19.** EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 20, v. 2, p. 4-28, ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.47369/eidea-20-2-2736>.

MARTINEZ, V. C. Fascismo. **O pior crime contra a democracia**. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 14, p. e4050148, 2020. DOI: 10.14244/198271994050. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4050>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MBEMBE, A. **Crítica a Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Revista *Arte & Ensaios*, n. (32), p. 122 – 151, dez. 2016.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada**. 1ª edição [2010]. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2019.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. 1ª edição [2016]. São Paulo: N-1, 2020.

MELO, Iran, “**Histórico da análise de discurso crítica.**” In BATISTA JR., José, SATO, Denise, & MELO, Iran, orgs. *Análise de Discurso Crítica para não linguistas*. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2021

MIGUEL, F. L. **A reemergência da direita brasileira**. In E. S. Gallego (Org.), *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2018.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Meio de comunicação de massa e eleições no Brasil: a influência simples à interação complexa**. Revista USP, [S. l.], n. 90, p. 74-83, 2011. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i90p74-83. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34013>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MOITINHO, B.; LIMA, C.; SALLES, S.; PAULA, D.; **A pandemia no discurso político de Bolsonaro**. Brazilian Journal of Policy and Development e-ISSN:2675-102X. v. 2, n. 4, p.47- 66, 2020.

MORAIS, A. **O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade**. Cadernos De Linguagem E Sociedade, 20(1), 152–172. 2019. Disponível em <https://doi.org/10.26512/les.v20il.12129> Acesso em 10 jul. 2023

MURATORI, Patrícia; MORESCHI, Samuel. **Pesquisa inédita mostra o impacto econômico, cultural e social do YouTube no Brasil**. Portal Think With Google. Seção Brasil. Publicado em Outubro de 2021. Disponível em <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/estrategias-de-marketing/video/impacto-economico-cultural-social-youtube-brasil/> Acesso em 16 jul. 2023

NASCIMENTO, G. **O Animal Político Midiático: Imagens e Representações na Político Contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, p. 148. 2012.

NAVA, Aline. **“EU NÃO ERREI NENHUMA”**: Uma análise de lives de Jair Bolsonaro sobre a pandemia da COVID-19. Brasília. Artigo (Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília. 2021.

NEVES, J. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisas em administração. São Paulo. v.1, n.3, 1996.

OLIVEIRA, R., LIMA, F. **O Golpe Parlamentar de 2016, o aprendizado com os golpes do século XX e os desdobramentos do golpe**. Trama Interdisciplinar, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 139-149, maio/ago. 2017 <http://dx.doi.org/10.5935/2177-5672/trama.v8n2p139-149>

ORMUNDO, J.; GRANZOTTO; G., PAULA, D. **As configurações das livestreams no contexto da pandemia e as vozes da globalização**, v.02, n.4, p. 24-46, 2020.

OS PEDIDOS de impeachment de Bolsonaro. Portal “A pública”, Agência de Jornalismo Investigativo. Membro da Associação de Jornalismo Digital. Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/quantos-pedidos-de-impeachment-os-ultimos-presidentes-receberam/> Acesso em: 30 mar. 2022.

OSMAN, Maddy. **Estatísticas e Fatos Surpreendentes do YouTube** (2º Site Mais Visitado). Portal Kinsta, publicado em 16 de janeiro de 2023. Disponível em <https://kinsta.com/pt/blog/estatisticas-do-youtube/> Acesso em 16 jul. 2023

PELLEGRINI, D.; REIS, D.; MONÇÃO, P.; OLIVEIRA, R. **Youtube. Uma nova fonte de discursos**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação.

PIERUCCI, Antônio F. **As bases da nova direita**. Novos Estudos CEBRAP, n 19, pp. 26-45, 1987.

PINTO, C. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2015-2013)**. Lua Nova, São Paulo, n.100, pp. 119-153, 2017.

PINTO, C. R. J. **Elementos para uma análise de discurso político**. Barbarói, p. 78-109, 21 abr. 2009.

PROGRAMA CQC. Youtube. Perfil do Canal. Disponível em <https://www.youtube.com/user/ProgramaCQC?app=desktop> Acesso em 15 jul 2023

RAYMOND, Williams. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

RECUERO, Raquel. **Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, núm. 38, p. 118-128, abr. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550194016>

SANTOS, T. T. **As interseções entre o racismo estrutural e a necropolítica.** *Sapere Aude*, v. 10, n. 20, p. 815-824, 23 dez. 2019.

SCHARGEL, Sergio. **Interpretações múltiplas para um fenômeno complexo: explorando as multifacetadas da origem do bolsonarismo.** *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v.37, n.1, p.355-359, jan. - abr., 2022.

SILVA, R. **Bolsonarismo, eleições e redes sociais: uma análise das estratégias discursivas dos deputados supervotados do PSL no Facebook.** Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p.132, 2020.

SOLANO; ROCHA **A ascensão de Bolsonaro e as classes populares.** In. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** AVRITZER, KERCHER, MORONA (Orgs) 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

SPONHOLZ, Liriam – **O papel do discurso de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico.** *Confluências*. ISSN: 1678-7145, E-ISSN: 2318-4558. Niterói/RJ. V. 22, n.3, 2020. dez. 2020/mar. 2021. pp. 220-243

STABILE, M. BÜLOW, M. **O velho não morreu, o novo já está aqui: informação e participação digital na era do bolsonarismo.** In. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** AVRITZER, KERCHER, MORONA (Orgs) 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

STYCER, Maurício. **Qual foi o papel de CQC, SuperPop e Pânico na popularização de Bolsonaro.** Portal Uol, seção TV e Famosos. Publicado em 29 de outubro de 2018. Disponível em <https://tvefamosos.uol.com.br/blog/mauriciostycer/2018/10/29/qual-foi-o-papel-de-cqc-superpop-e-panico-na-popularizacao-de-bolsonaro/> Acesso em 16 jul. 2023

TJ MANTÉM **condenação de Bolsonaro por resposta a Preta Gil e falas ao CQC.** Portal da Revista Veja, seção Política. Publicado em 10 de maio de 2019. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/tj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-resposta-a-pret-a-gil-e-falas-ao-cqc/> Acesso em 15 jul. 2023

TSE **DIZ que “kit gay” não existiu e proíbe Bolsonaro de disseminar notícia falsa.** Congresso Em Foco, Seção País. Publicado em 16 de outubro de 2018. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/> Acesso em 16 jul. 2023

VAZ, J. C. **A necrotecnologia como uma dimensão da necropolítica: Entre Fanon e Mbembe.** *MetaXY Revista brasileira de cultura e políticas em direitos humanos*. v. 4, n. 1, p. 83-95, 2023.

VISÃO GERAL dos ganhos como parceiro do YouTube. Ajuda do Youtube, Portal do Google Suporte. Sem Data. Disponível em <https://support.google.com/youtube/answer/72902?hl=pt-BR#zippy=> Acesso em 16 jul. 2023

YOUTUBE TIRA do ar live de Bolsonaro de 2021 sobre urnas. Portal Poder 360. Publicado em 19 de julho de 2022. Disponível em <https://www.poder360.com.br/brasil/youtube-tira-do-ar-live-de-bolsonaro-de-2021-sobre-urnas/> Acesso em 15 jul. 2023

WALSH, B. A noção de discurso na AD Peuchetiana e a ACD de Fairclough e implicações nos diferentes métodos. Raído, Dourados, Mato Grosso do Sul, v. 5, n. 9, p. 9-23, jan./jun. 2011.